MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA EXECUTIVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MARÇO/2014

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA EXECUTIVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

Brasília, março/2014

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS 7

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS 10

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS 14

1.1. Relatório de Gestão Consolidado 14

1.2. Finalidade e Competências Institucionais 16

1.3. Organograma Funcional 19

1.4. Macroprocessos Finalísticos 23

1.5. Macroprocessos de Apoio 23

1.6. Principais Parceiros 24

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS 24

2.1. Planejamento da Unidade 24

2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados 29

2.2.1. Programa Temático 29

2.2.1.1. Análise Situacional 35

2.2.2. Objetivo 36

2.2.2.1. Análise Situacional 37

2.2.3. Ações 39

2.2.3.1. Ações – OFSS 39

2.2.3.2. Ações/Subtítulos - OFSS 47

2.2.3.3. Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS 47

2.2.3.4. Ações - Orçamento de Investimento – OI 48

2.2.3.5. Análise Situacional 48

2.3. Outros Resultados da Gestão 52

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO 55

3.1. Estrutura de Governança 55

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos 55

3.3. Remuneração Paga a Administradores 56

3.4. Sistema de Correição 57

3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU 57

3.6. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos 57

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 57

4.1. Execução das despesas 57

4.1.1. Programação 57

4.1.1.1. Análise Crítica 58

4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa 59

4.1.3. Realização da Despesa 62

4.1.3.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total 62

4.1.3.2 . Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ 63

4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total 64

4.1.3.4. Despesas POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS Diretamente pela UJ 66

4.1.3.5 . Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação 69

4.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação 70

4.1.3.7. Análise crítica da realização da despesa 72

4.2. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos 75

4.2.1. Análise Crítica 75

4.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores 75

4.3.1. Análise Crítica 76

4.4. Transferências de Recursos 76

4.4.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício 76

4.4.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios 78

4.4.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse 78

4.4.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse 79

4.4.5. Análise Crítica 79

4.5. Suprimento de Fundos 80

4.5.1. Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo 80

4.5.2. Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B” 80

4.5.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) 80

4.5.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos 81

4.5.5. Análise Crítica 82

4.6. Renúncias sob a Gestão da UJ 82

4.7. Gestão de Precatórios 82

4.7.1. Requisições e Precatórios da Administração Direta 82

4.7.2. Requisições e Precatórios da Administração Indireta 82

4.7.3. Análise Crítica 82

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS 82

5.1. Estrutura de pessoal da unidade 82

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada 82

5.1.1.1. Lotação 82

5.1.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada 83

5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho 84

5.1.2.1. Estrutura de Cargos e de Funções 84

5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade 84

5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade 85

5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada 86

5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas 88

5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria 88

5.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada 88

5.1.5. Cadastramento no Sisac 88

5.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC 88

5.1.5.2. Atos Sujeitos à comunicação ao TCU 89

5.1.5.3. Regularidade do cadastro dos atos no Sisac 89

5.1.5.4. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico 90

5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos 90

5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos 90

5.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos 90

5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários 94

5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão 94

5.2.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados 94

5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva 95

5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão....96

5.2.5. Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4....107

5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários....107

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO....107

6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros....107

6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário....113

6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial....113

6.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional 113

6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ....113

6.3. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros....113

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO....113

7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)....113

7.1.1. Análise Crítica....115

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL....115

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis....115

8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água....116

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS....117

9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do Gestão do TCU....117

9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício....117

9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício....140

9.2. Tratamento de Recomendações do OCI....140

9.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício....140

9.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício....142

9.3. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna....145

9.4. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93....145

9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93....145

9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações....145

9.5. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário....146

9.6. Alimentação SIASG E SICONV....146

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE....148

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS....149

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público 149

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis 153

11.2.1. Declaração Plena 153

11.2.2. Declaração com Ressalva 154

11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 154

11.4. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 154

11.5. Composição Acionária das Empresas Estatais 154

11.6. Relatório de Auditoria Independente 154

12. CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE 'PRODUTO" NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS 154

13. AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS 155

14. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO 158

14.1. Informações Consideradas Relevantes 158

CONCLUSÃO 159

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.2 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado....14

Quadro A.2.2.1 – Programa Temático 29

Quadro A 2.2.2 – Objetivos 36

Quadro A.2.2.3.1 - Ações – OFSS 39

Quadro A.2.2.3.2 – Ações/Subtítulos - OFSS....47

Quadro A.2.2.3.3 – Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS 47

Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento....48

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ 55

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas 57

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa 59

Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa 62

Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total 63

Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários Valores Executados diretamente pela UJ 63

Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total....65

Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ....67

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação 69

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação 70

Quadro A.4.2 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos....75

Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores....75

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência Posição em 31.12.2013....77

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios....78

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse Valores em R$ 1,00....78

Quadro A.4.4.4 – Visão Geral das Análises das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse....Posição 31/12 em R$ 1,00.79

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)....80

Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo "B")....80

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....80

Quadro A.4.5.4 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundo (Conta Tipo "B" e CPGF).....81

Quadro A.4.7.1 – Requisições e Precatórios – Administração Direta 82

Quadro A.4.7.2 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta.....82

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 82

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ 83

Quadro A.5.1.2.1– Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro).....84

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12 .84

Quadro A.5.1.2.3 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....85

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores 86

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12 ..88

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....88

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....88

Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....89

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....89

Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....90

Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.....94

Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.....94

Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva ...95

Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....96

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários 2013 107

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União 113

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....113

Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ, ...113

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....113

Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....115

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....116

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....117

Quadro A.9.1.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....140

Quadro A.9.2.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....140

Quadro A.9.2.2 – Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....142

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores, Obrigação de Entregar a DBR.....145

Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013.....146

Quadro A.9.6 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV 146

Quadro A.11.2.1 – Declaração de Que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial 153

Quadro A.11.2.2 – Declaração de Que as Demonstrações Contábeis do Exercício Não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial 154

Quadro B.15.1 - Consultores Contratados na Modalidade "Produto" no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais 154

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ANP – AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO

BIRD – BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

CADIM – CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITO NÃO QUITADO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES FEDERAIS

CCONT – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE

CGFC – COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE

CGGA – COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

CGGO – COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

CGGP – COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

CGU – CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

CI – CIENTIFICAÇÃO

CIEE – CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA

CNAE – CADASTRO NACIONAL DE ATIVIDADE ECONÔMICA

CNPJ – CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA

CODEBAR – COMPAHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA

CONFEA – CONFEDERAÇÃO DE FEDERAL ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA

CPF – CADASTRO E PESSOAS FÍSICA

CRC – CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE

CREA – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA

CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

DAAM – DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS para A AMAZÔNIA E CONTROLE DO DESMATAMENTO

DAS – DIREÇÃO DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

DAU – DEPARTAMENTO DE AMBIENTE URBANO

DE – DETERMINAÇÃO

DGE – DEPARTAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

DI – DILIGÊNCIA

DIEF – DIVISÃO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

DN – DECISÃO NORMATIVA

DOU – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

DQAM – DEPARTAMENTO DE QUALIDADE AMBIENTAL NA INDÚSTRIA

ESAD – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS

FNMA – FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

GCM – GERÊNCIA DE QUALIDADE COSTEIRA E MARINHA

GQA – GERÊNCIA DE QUALIDADE DO AR

GRP – GERÊNCIA DE RESÍDUOS PERIGOSOS

GSQ – GERÊNCIA DE SEGURANÇA QUÍMICA

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

IN – INSTRUÇÃO NORMATIVA

LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

MF – MINISTÉRI DA FAZENDA

MINC – MINISTÉRIO DA CULTURA

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

MPOG – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

NA – NÃO SE APLICA

NL – NOTA DE LANÇAMENTO

NM – NÍVEL MÉDIO

PGPE – PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO

PLOA – PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

PORT. - PORTARIA

PPG7 - APOIO A COORDENACAO DO PROGRAMA - PPG7

QTD – QUANTIDADE

RE - RECOMENDAÇÃO

RG – RELATÓRIO DE GESTÃO

RH – RECURSOS HUMANOS

SAIC – SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL

SECEX – SECRETARIA EXECUTIVA

SEDR – SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

SFC – SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE

SIAFI – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

SIASG – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

SICONV – SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE

SIOP – SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SIORG – SISTEMA DE INFORMAÇÕES ORGANIZACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL

SISAC – SISTEMA DE APRECIAÇÃO DE ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES

SIT – SITUAÇÃO

SMCQ – SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL

SPOA – SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

SRHU – SECRETARIA E RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

STN – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TAC – TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

TC – PROCESSO (REFERÊNCIA ESTABELECIDA NA DESCRIÇÃO DO CAMPO RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU)

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

UG – UNIDADE GESTORA

UJ – UNIDADE JURISDICIONADA

UO – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA,

INTRODUÇÃO

A Secretaria Executiva do MMA, na condição de unidade jurisdicionada, apresenta ao Tribunal de Contas da União o presente relatório de gestão, estruturado e elaborado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, que dispõe, dentre outras determinações, sobre o conteúdo a ser abordado no relatório, constante nos seguintes itens da parte A: 1.1, 1.2, 1.3. 1.4, 1.5, 1.6, 2.1, 2.2, 2.3, 3.2, 3.4, 3.5, 4.1, 4.2, 4.3, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 6.1, 6.2, 7.1, 7.2, 8.1, 9.1, 9.2, 10.1, 10.3, 10.4, 11.1, 11.2 e 12.1, além dos itens 27.1 e 28 da parte B.

Embora os itens: 3.3. Remuneração Paga a Administradores; 4.6. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ; 4.7.2. Gestão de Precatórios da Administração Indireta; 11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964; 11.4. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976; 11.5. Composição acionária do capital social das Empresas Estatais; 11.6. Relatório da Auditoria Independente; e 12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ sejam previstos na mencionada DN para as unidades dos órgãos da administração direta do Poder Executivo, não se aplicam à realidade da SECEX/MMA pelas seguintes razões, respectivamente: trata-se de remuneração dos administradores das empresas estatais; o MMA não possui competência nem autonomia para realizar renúncias tributárias; são obrigações referentes à Administração Indireta; a SECEX executa sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; refere-se a registros não realizados no SIAFI; a natureza jurídica do MMA é de órgão e não de sociedade de economia mista ou empresa pública, ou seja, não possui capital social; não há auditoria independente no MMA; e, por fim, porque não houve informações que não tivessem sido contempladas dentro da estrutura proposta pelos normativos do TCU.

Apesar de se aplicarem à natureza dessa unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2013 referente aos itens: 1.6. Principais Parceiros; 3.1. Estrutura de Governança; 4.2. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos; 4.3.1. Análise Crítica referente a restos a pagar de exercícios anteriores; e 9.1.2 – Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.

Por se tratar de uma Secretaria não finalística, o foco das atividades da SECEX consiste no gerenciamento de metas para o alcance de resultados nas políticas ambientais formuladas pelo Ministério, o que implica análise, estudo e desenvolvimento de ações específicas.

Nesse sentido, ressaltam-se no exercício de 2013 os seguintes resultados: elaboração do Planejamento Estratégico do MMA para o período de 2014 a 2022; desenvolvimento de metodologias e ferramentas de apoio à ação política governamental; apoio às ações desenvolvidas pelo Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II; fortalecimento da política de pessoal; gestão do PPA 2012-2015; e construção dos indicadores ambientais, todos apresentados detalhadamente no item 2.3 deste relatório. Ainda se encontram informações referentes ao PNMA II no item 13. Avaliação sobre o Andamento dos Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos.

A SECEX ainda contribuiu na implementação das ações da área ambiental focadas na discussão sobre a gestão de resíduos sólidos; na prevenção e no combate ao desmatamento da Amazônia Legal; além de ter participado ativamente da construção do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR).

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1. Relatório de Gestão Consolidado

Quadro A.1.1.2 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente			**Código SIORG**: 1927
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Secretaria Executiva			
Denominação Abreviada: SECEX			
Código SIORG: 3205	**Código LOA:** 440002		**Código SIAFI:** 440002
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		**CNPJ**: 37.115.375/0001-07	
Principal Atividade: Administração Pública em geral			**Código CNAE:** 84.11-6-00
Telefones / Fax de contato:	(61) 2028-1205	(61) 2028-1205	(61) 2028-1205
Endereço Eletrônico: se@mma.gov.br			
Página na Internet: http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=171			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios - Bloco B, 70.068-901, Brasília - DF			

Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Secretaria Executiva	37.115.375/0001-07	440002	ativa	3205

Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
Decreto 6.101, de 26/04/2007, publicado no DOU de 27/04/2007
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
-

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas
1. **Abono de Permanência** – Orientação (atualização) publicada no boletim de serviço nº 11/2013, de 25/11/2013, pg. 15 a 20. (atualização);
2. **Ajuda de Custo** - Orientação (atualização) publicada no boletim de serviço nº 09/2013, de 02/09/2013, págs. 05 a 15;
3. **Aposentadoria** - Orientação (atualização) publicada no boletim de serviço nº 04/2013, de 18/04/2013, pg. 8 a 41;
4. **Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição** - Orientação (atualização) publicada no boletim de serviço nº 04/2013, de 18/04/2013, pg. 8 a 41;
5. **Conflito de Interesses** - Orientação publicada no boletim de serviço nº 11/2013, de 25/11/2013, pg. 8 a 14;
6. **Contratação de Pessoal por Tempo Determinado** - Orientação (atualização) publicada no boletim de serviço nº 04/2013, de 18/04/2013, pg. 8 a 41;
7. **Identidade Funcional** - Norma Operacional (atualização) nº 1, de 04/07/2013, publicada no boletim de serviço nº 07/2013, de 09/07/2013, pg. 11 a 18;
8. **Pensão Civil** - Orientação (atualização) publicada no boletim de serviço nº 04/2013, de 12/04/2013, pg. 16 a 23;
9. **Recadastramento de Aposentado e Pensionista** - Orientação (atualização) publicada no boletim de serviço nº 04/2013, de 18/04/2013, pg. 8 a 41.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
440001	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/MMA
440002	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/MMA
440096	Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA
440101	Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
00001	Tesouro Nacional
00001	Tesouro Nacional
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
440001	00001

440002	00001
440096	00001
440101	00001

1.2. Finalidade e Competências Institucionais

Com base na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e de acordo com o Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente, à Secretaria Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, compete, precipuamente, assistir de forma direta e imediata ao Ministro de Estado de Meio Ambiente na definição de diretrizes e na implementação das ações da área ambiental, bem como na coordenação, no monitoramento e na avaliação das atividades das secretarias integrantes da estrutura do Ministério e na supervisão das entidades a ele vinculadas.

Além disso, a Secretaria Executiva deve promover ações específicas para a implementação da agenda ambiental; supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com o planejamento e o orçamento do Ministério; supervisionar e coordenar as atividades do Fundo Nacional do Meio Ambiente; elaborar, coordenar e acompanhar a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental; exercer as atividades de secretaria executiva do Conama e outras competências que lhe forem conferidas pelo Ministro de Estado.

Exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA e do Departamento de Gestão Estratégica - DGE, unidades a ela subordinadas.

Ao desenvolver suas atividades, a Secretaria Executiva não visa cumprir somente uma competência legal, mas, principalmente, melhorar a gestão e os resultados das ações institucionais que se encontram sob a responsabilidade do Ministério, bem como contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da política do governo estabelecida para a área ambiental.

Nesse sentido, em 2013, foram desenvolvidas atividades por essa Unidade que podem ser classificadas em duas categorias:

1. as relacionadas à coordenação e ao fortalecimento da política ambiental; e

2. as relacionadas ao gerenciamento/coordenação e à implementação de um conjunto de objetivos, iniciativas e ações integrantes do PPA 2012-2015, além daquelas afetas à elaboração do planejamento estratégico institucional.

Na primeira categoria merecem destaque:

a) as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Gestão Estratégica (DGE) em conjunto com as demais unidades da SECEX:

Monitoramento e acompanhamento do processo de implementação do PPA 2012-2015, e de sua avaliação no exercício 2013.

Coordenação do processo de avaliação de desempenho institucional do MMA, realizado por meio da análise e validação dos indicadores de desempenho institucionais definidos pelas unidades finalísticas do Ministério para o ciclo 2013/2014, bem como acompanhamento da apuração e dos resultados parciais.

Coordenação do processo de elaboração do relatório de Prestação de Contas do Presidente da República – exercício de 2013; da Mensagem Presidencial referente à abertura da Sessão Legislativa de 2014; e do Relatório de Gestão da SECEX referente ao exercício de 2013.

4. Monitoramento e acompanhamento do Sistema de Programação e Gestão de Metas por Resultados – Sistema de Metas, módulo informatizado do Sistema de Gestão para a Governabilidade (SIGOB).

5. Apoio do DGE às outras unidades do Ministério, em particular à SPOA, no processo de modernização de normas afetas ao MMA. Isso se evidencia a partir da elaboração de orientações normativas, portarias e normas operacionais em conjunto com as coordenações.

6. Participação relevante do DGE no processo de elaboração do sistema informatizado para o Cadastro Ambiental Rural – CAR, conforme prevê o artigo 29, da Lei nº 12.651/2012. Em razão do CAR ser uma agenda estratégica e prioritária para o Ministério, o DGE atuou junto aos demais atores institucionais envolvidos para a disponibilização da ferramenta aos Estados da Federação, a fim de que seus cadastros sejam efetuados e a questão ambiental possa ser objeto de regularização.

7. Coordenação do processo de elaboração do planejamento estratégico do MMA. Avalia-se como imprescindível a existência de um planejamento que estabeleça objetivos estratégicos, aponte para o redesenho de macroprocessos, identifique produtos, priorize resultados, defina metas para os resultados e crie indicadores para a construção de um novo patamar de gestão do MMA.

8. Continuidade ao processo de construção dos indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável, definidos e sistematizados para o Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente – Sinima. Em 2012, foi elaborada proposta preliminar da versão-piloto do Painel Nacional de Indicadores Ambientais - PNIA 2012, o qual foi revisado e validado pelas áreas técnicas para compor o PNIA 2013. A proposta, constituída de oito temas, tem um total de 18 subtemas e 37 indicadores propostos. O PNIA permitirá uma avaliação das questões ambientais do país de uma forma estratégica e estruturada.

b) As atividades executadas pelo Programa Nacional de Meio Ambiente – PNMA II, o qual desde o final de 2011 passou a responder diretamente ao Secretário Executivo, o que tornou mais fácil a relação do Programa com outros órgãos internos do MMA.

c) as atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama, que tem como finalidade assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à qualidade de vida. Em 2013, o Conselho aprovou 5 resoluções, 01 recomendação e 02 moções. Foram realizadas 42 reuniões, sendo 4 Plenárias; 2 Reuniões do Comitê de Integração de Políticas Ambientais - CIPAM; 1 Reunião da Câmara Especial Recursal; 20 Reuniões de Câmaras Técnicas; 14 Reuniões de Grupos de Trabalho; e o Seminário "Licenciamento Ambiental - da Resolução 01/86 aos Dias Atuais".

Resoluções

1. Resolução CONAMA nº 456/2013 - "Corrige a Tabela I do Anexo da Resolução Conama nº 432, de 13 de julho de 2011" – Data: 29/04/2013.
2. Resolução CONAMA nº 457/2013 - "Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1º do art. 25, da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências." – Data: 25/06/2013.
3. Resolução CONAMA nº 458/2013 - "Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária, e dá outras providências." – Data: 16/07/2013. Revoga a Resolução nº 387, de 27 de dezembro de 2006.
4. Resolução CONAMA nº 459/2013 - "Altera a Resolução nº 413, de 26 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências." – Data: 04/10/2013. Revisão da Resolução Conama nº 413/2009.
5. Resolução CONAMA nº 460/2013 - "Altera a Resolução CONAMA n. 420, de 28 de dezembro de 2009, que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e dá outras providências." - Data: 30/12/2013. Altera a Resolução CONAMA nº 420/2009 (altera o prazo do art. 8º, e acrescenta novo parágrafo).

Recomendações

1. Recomendação CONAMA nº 016/2013 - "Recomenda a aprovação do Plano Nacional de Saneamento Básico-PLANSAB" - Data: 04/10/2013 - Publicação DOU nº 194, de 07/10/2013, pág. 76.

Moções

1. Moção CONAMA nº 122/2013 - "Moção ao Ministério da Justiça, aos Ministérios Públicos Federal e dos Estados, e aos órgãos componentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, para a tomada de providências hábeis a coibir e punir os atos de violência cometidas contra ambientalistas" - Data: 04/09/2013;

d) as atividades voltadas para a melhoria da composição do quadro de pessoal efetivo, destacando-se a nomeação de cem candidatos aprovados no concurso público para o cargo de Analista Ambiental, realizado em 06/02/2011, entre outras iniciativas.

Quanto à segunda categoria, estão compreendidos os seguintes objetivos, iniciativas e ações (finalísticos), cuja execução é de responsabilidade da Secretaria Executiva e de seus Departamentos. É importante destacar que, apesar de a SECEX possuir objetivos estratégicos sob sua execução, as metas respectivas destes objetivos são implementadas por outras unidades, que as apresentarão em seus respectivos relatórios de gestão, Os resultados alcançados estão descritos no item "2. Planejamento e resultados alcançados" -

- Programa 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios:

- **Objetivo 0475** - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados. Secretaria Executiva;
- **Objetivo 0231** - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

- Ações Finalísticas e suas respectivas Iniciativas:
  - **Ação 6687** - Formação e Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais nos Estados e Municípios; **Iniciativa 01NB** - Fortalecer os órgãos integrantes do SISNAMA para a gestão compartilhada por meio da capacitação de gestores e conselheiros ambientais (Plano Nacional de Capacitação e Gestão Ambiental - PNC) desenvolvimento institucional dos órgãos integrantes do SISNAMA responsáveis pelo licenciamento ambiental;
  - **Ação 8499** - Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II); **Iniciativa 01N9** - Aperfeiçoamento de normas e da gestão das informações, e desenvolvimento institucional dos órgãos integrantes do SISNAMA responsáveis pelo licenciamento ambiental.

1.3. Organograma Funcional

Para exercer suas competências, a Secretaria Executiva dispõe de uma estrutura formal (Decreto nº 6.101/2007) constituída pelas seguintes unidades: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA; Departamento de Gestão Estratégica – DGE; Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento – DPCD; Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – DConama; Departamento de Economia e Meio Ambiente – DEMA; Departamento de Articulações de Ações da Amazônia; e Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável - DFDS.

No entanto, o MMA tem passado por mudanças estruturais internas para adequar-se às modificações nas legislações ambientais e atender às demandas crescentes relativas às questões ambientais. A despeito de não se ter ainda publicado um novo decreto de reestruturação do órgão, uma nova proposta está em negociação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de que a reestruturação reflita as competências e distribuição das unidades na instituição.

As competências que serão apresentadas pautaram-se na Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente aprovada pelo Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, excetuando-se aquelas referentes às Coordenações da SPOA, que não estão previstas na legislação. Entretanto, estão descritas apenas as unidades que de fato compõem a Secretaria Executiva. Apresenta-se, ainda, a estrutura informal, demonstrando-se porém, a seguir, dois organogramas: um baseado no decreto e outro na realidade.

Cabe à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração executar atividades relacionadas aos sistemas federais de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de recursos humanos, de serviços gerais e de administração dos recursos de informação e informática, no âmbito do Ministério; realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou irregularidade que resulte em dano ao erário; planejar e definir padrões, diretrizes, normas e procedimentos relacionados com a administração dos recursos de informação e contratação de bens

e serviços de informática, no âmbito dos órgãos e entidades do Ministério; e executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

A SPOA executa suas atividades por meio das seguintes subunidades a ela vinculadas: Coordenação-Geral de Gestão Financeira e Contabilidade – CGFC; Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária – CGGO; Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP; Coordenação-Geral de Gestão Administrativa – CGGA; e Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI.

No que se refere aos Departamentos, reserva-se ao Departamento de Gestão Estratégica a função de planejar e coordenar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas com o sistema federal de planejamento, resultando, daí, a coordenação, a elaboração e a consolidação dos planos e programas anuais e plurianuais das atividades finalísticas e a coordenação das ações de acompanhamento e avaliação da execução dos planos e programas anuais e plurianuais.

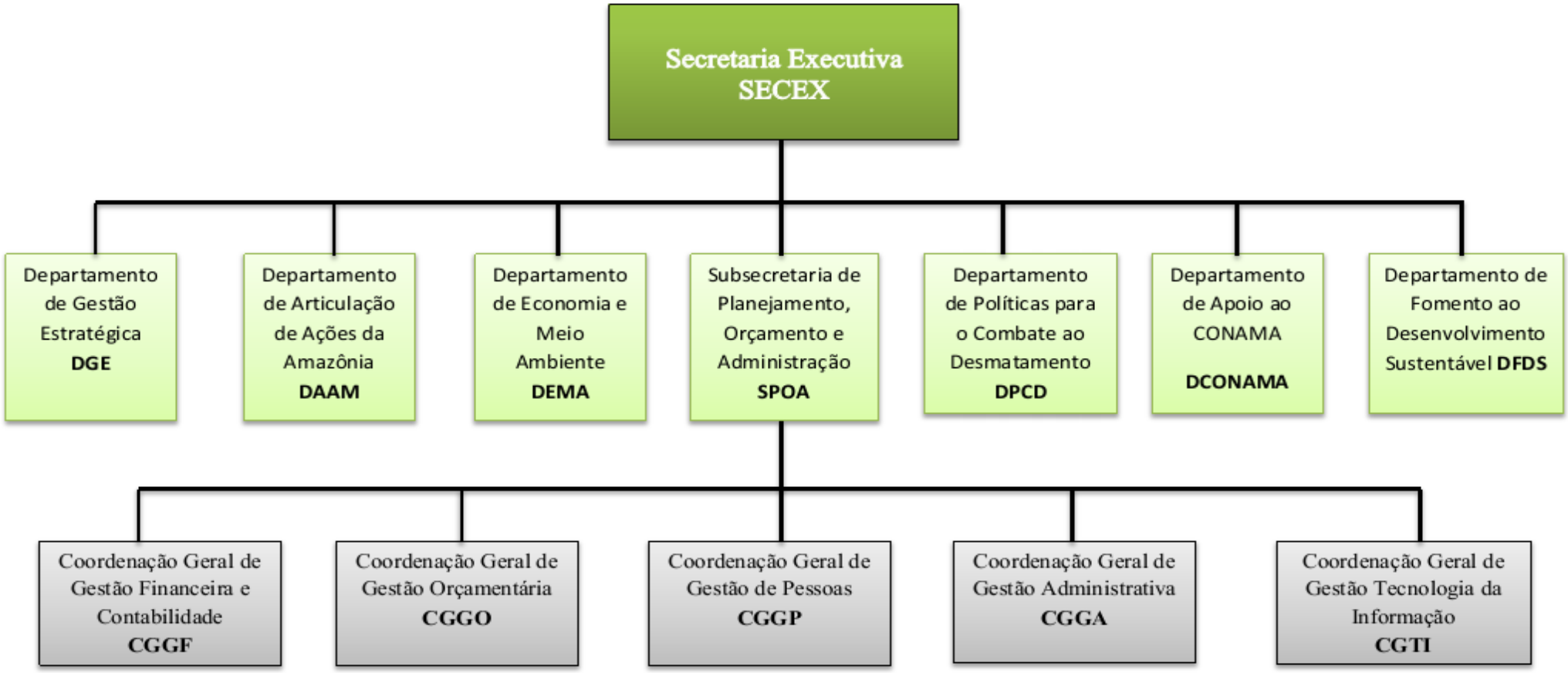
Também cabe ao DGE propor e implementar ações voltadas para o aperfeiçoamento da organização e gestão das diversas áreas do Ministério, especialmente no que se refere à sistematização, padronização e implantação de seus processos de trabalhos; apoiar a Assessoria de Assuntos Internacionais nas negociações com os organismos internacionais, entidades e governos estrangeiros, dos programas e projetos de cooperação técnica internacional; e coordenar a elaboração dos relatórios anuais de gestão do Ministério, tratando de propiciar maior transparência junto à sociedade em geral.

Reserva-se ao Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento, unidade que irá compor a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, a competência de subsidiar a formulação de políticas e normas e a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados à promoção da sustentabilidade no processo de ordenamento fundiário e territorial dos biomas brasileiros; à promoção da presença efetiva do Estado nas ações integradas de combate ao desmatamento ilegal; à promoção do desenvolvimento, com fomento a atividades produtivas sustentáveis e aprimoramento de tecnologias de conservação e uso dos recursos naturais; e à elaboração e implementação de Plano de Contingência para Prevenção e Resposta Rápida no Combate a Queimadas e Incêndio Florestal.

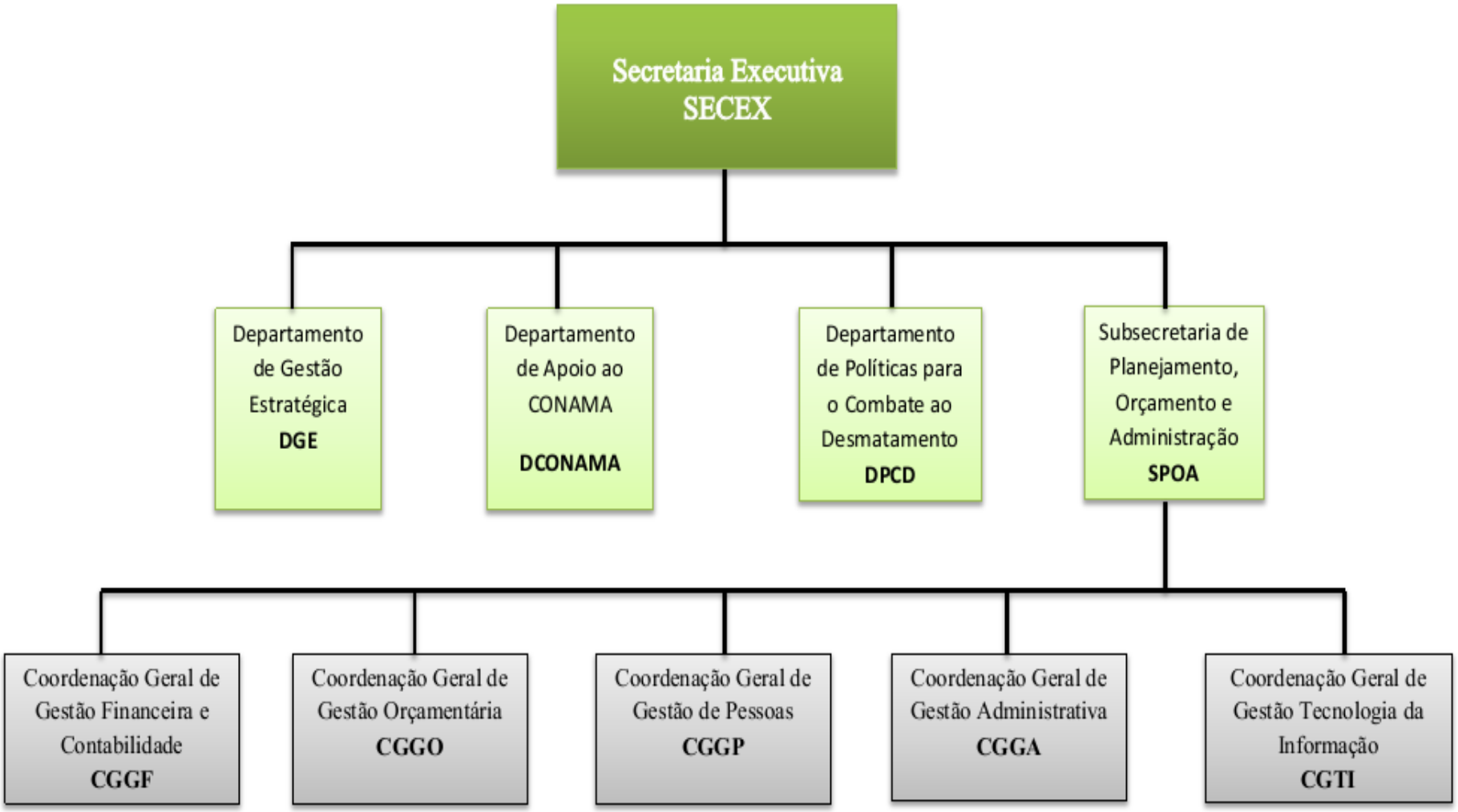
Compete, ainda, ao DPCD sistematizar e disseminar informações provenientes do monitoramento do desmatamento, queimadas e exploração ilegal de madeira; apoiar a criação de unidades de conservação e demarcação de terras indígenas; promover o tratamento transversal do controle do desmatamento e do fomento às atividades produtivas sustentáveis junto aos ministérios e órgãos vinculados; propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência; acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de atuação, bem como coordenar e executar as políticas públicas decorrentes dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil; e assistir tecnicamente aos órgãos colegiados, no que for cabível.

O Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente presta apoio técnico-administrativo ao funcionamento do Conselho, suas câmaras técnicas permanentes ou temporárias e seus grupos de trabalho, assim como ao Secretário Executivo do Conselho, para que ele possa desempenhar as funções regimentais da secretaria executiva conforme definido no regimento interno dessa unidade. Ademais, o Dconama atua como ponto focal para as concertações internas ao Ministério e suas vinculadas e ao Governo Federal nos assuntos referentes às atividades do Conselho, além de promover a articulação entre o Conama e os demais órgãos colegiados do Ministério.

Decreto nº 6.101/2007



Situação Real



1.4. Macroprocessos Finalísticos

Dado que a SECEX não possui papel finalístico na estrutura organizacional do Ministério, suas ações e atividades executadas revelaram-se em um grande esforço de coordenação voltado à gestão de metas e resultados das políticas ambientais. Nesse sentido, desde janeiro de 2013, foram iniciados os trabalhos de monitoramento e acompanhamento das metas institucionais definidas no Sistema de Gestão para a Governabilidade – SIGOB e conduzido o processo de elaboração do planejamento estratégico do MMA.

O objetivo do SIGOB é desenvolver metodologias e ferramentas para apoiar a ação política governamental, contribuindo para manter ou criar condições para a governabilidade democrática. Essas ferramentas pretendem reduzir a distância entre as decisões dos condutores políticos de ação governamental e a capacidade do executivo para implementá-las. Já em 2012, foram selecionadas as metas do MMA que deveriam ter um monitoramento prioritário. Em 2013, este processo foi aperfeiçoado, existindo atualmente 15 metas que são monitoradas sistematicamente pela SECEX.

A partir de março de 2013, deu-se início ao processo de elaboração do planejamento estratégico do MMA, o qual tem como horizonte temporal o período 2014-2022. O plano foi elaborado e sua implementação ocorrerá a partir de 2014. A implantação do plano estratégico deverá contribuir para a excelência nos processos de gestão do Ministério e assegurar o aperfeiçoamento da missão da SECEX e o alcance de sua visão.

1.5. Macroprocessos de Apoio

O Ministério tem exercido suas atividades conforme as exigências da Portaria MMA nº 61/2008, que estabeleceu diversos critérios de sustentabilidade.

Por meio da Coordenação-Geral de Gestão Administrativa (CGGA), realizou-se a prorrogação dos contratos continuados, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, bem como os amparados no inciso IV do mesmo art. e lei.

Todas as contratações foram conduzidas mediante procedimentos estabelecidos na Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e demais legislações em vigor. Essas contratações são essenciais ao bom funcionamento da SECEX e de algumas unidades do MMA (item 3 do Memº 028/2013/DGE/SECEX).

Ademais, têm-se incluído nos editais exigências para que as empresas contratadas adotem padrões sustentáveis e façam uso de boas práticas ambientais, mediante utilização de materiais e capacitação de seus empregados para o uso racional de água, energia elétrica, redução de produção de resíduos sólidos e separação de material reciclável.

Ainda no que tange aos macroprocessos de apoio, cabe à SECEX elaborar e disponibilizar manuais e orientações internas aos servidores. Dessa forma, o DGE elaborou em conjunto com a SPOA os seguintes manuais e orientações referentes às atividades da UJ:

- **Orientações:**
    - Abono de Permanência - Boletim de Serviço nº 11/2013, de 25/11/2013, pg. 15 a 20. (atualização);
    - Ajuda de Custo - Boletim de Serviço nº 09/2013, de 02/09/2013, págs. 05 a 15 (atualização);
    - Aposentadoria - Boletim de Serviço nº 04/2013, de 18/04/2013, pg. 8 a 41. (atualização);

- Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição - Boletim de Serviço nº 04/2013, de 18/04/2013, pg. 8 a 41 (atualização);
- Conflito de Interesses - Boletim de Serviço nº 11/2013, de 25/11/2013, pg. 8 a 14;
- Contratação de Pessoal por Tempo Determinado - Boletim de Serviço nº 04/2013, de 18/04/2013, pg. 8 a 41 (atualização);
- Identidade Funcional - Norma Operacional nº 1, de 04/07/2013 - Boletim de Serviço nº 07/2013, de 09/07/2013, pg. 11 a 18. (atualização);
- Pensão Civil - Boletim de Serviço nº 04/2013, de 12/04/2013, pg. 16 a 23. (atualização);
- Recadastramento de Aposentado e Pensionista - Boletim de Serviço nº 04/2013, de 18/04/2013, pg. 8 a 41 (atualização). Abono de Permanência - Boletim de Serviço nº 11/2013, de 25/11/2013, pg. 15 a 20. (atualização).

- **Manuais:**
  - Cartilha do Servidor, disponibilizada na intranet do MMA (link: http://intranet.mma.gov.br/index.php/sample-sites-2/cartilha-do-servidor-do-mma), trazendo as informações sobre a estrutura do Ministério do Meio Ambiente, direitos e deveres do servidor, benefícios e incentivos.
  - Manual sobre a Avaliação de Desempenho, disponibilizada na intranet do MMA (link: http://intranet.mma.gov.br/index.php/avaliacao-de-desempenho/2013-07-23-20-04-17), que busca informar aos servidores e dirigentes do MMA, por meio de perguntas e respostas, procedimentos e conceitos, sobre a Avaliação de Desempenho Individual e Institucional, além de esclarecer dúvidas.
  - Plano Anual de Capacitação - PAC/2013 do MMA é um instrumento de gestão no fortalecimento da Política de Desenvolvimento dos servidores, destinado a incrementar os processos de capacitação e orientar as práticas de qualificação e desenvolvimento deste Ministério.
  - Manual de Orientações ao Estagiário – o manual traz diretrizes importantes para a atuação do estagiário, de maneira a ambientá-lo em seu local de trabalho, zelando pela qualidade do serviço que será prestado.
  - Exames Periódicos – Programa "Exames Médicos Periódicos", lançado em novembro de 2013, tem como objetivo avaliar o estado de saúde do servidor e identificar possíveis alterações, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho, além de possibilitar medidas de prevenção e promoção à saúde.

1.6. Principais Parceiros

Obs.: Não se aplica.

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. Planejamento da Unidade

Reconhecendo-se a necessidade de uma estrutura de planejamento estratégico formalmente constituída que contribua para a implantação de políticas ambientais eficazes, em 2013, o Ministério do Meio Ambiente, por meio de sua Secretaria Executiva (SECEX), iniciou a elaboração de seu Planejamento Estratégico com horizonte temporal de 2014 a 2022.
Além desse importante passo para a transformação da cultura organizacional do órgão, que tem por objetivo uma administração pública mais eficiente e profissional, sempre com foco no cidadão, destacam-se como prioridades do exercício de 2013 o desenvolvimento de metodologias e ferramentas de apoio à ação política governamental; as ações desenvolvidas pelo Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II; o fortalecimento da política de pessoal; a gestão do PPA 2012-2015; e o processo de construção dos indicadores ambientais.

a) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Por meio de um amplo processo participativo, em que dirigentes e servidores puderam expressar suas ideias, o MMA definiu sua missão, visão, diretrizes, valores e seus grandes objetivos estratégicos para os próximos 8 anos. A metodologia escolhida para orientar a formulação e implementação da estratégia foi o *Balanced Scorecard – BSC*, uma ferramenta já consagrada, inclusive no setor público, como uma eficiente maneira de comunicar e gerir os objetivos de uma organização.

Ao planejar, a organização aprende a definir suas metas, a traçar caminhos mais seguros para alcançá-las e a reconhecer a necessidade de se ter um contínuo monitoramento dos compromissos assumidos. Assim, 2014 será o ano em que o MMA colocará em prática seus objetivos, metas e iniciativas estratégicas pactuadas durante todo o processo de construção do seu plano estratégico.

O referido projeto foi estruturado da seguinte maneira: ETAPA 1: Construção do Plano Estratégico e Mapa Estratégico; ETAPA 2: Indicadores e Metas; ETAPA 3: Iniciativas Estratégicas; ETAPA 4: 1ª Reunião de Análise Estratégica (RAE); ETAPA 5: Alinhamento dos processos de gestão à estratégia.

O mapa estratégico do MMA apresenta quatro perspectivas, sendo: 1ª) Resultados – objetivos que expressam os grandes resultados que o MMA almeja entregar à sociedade até 2022 dentro de suas agendas prioritárias (15); 2ª) Compromisso com as partes Interessadas – trata dos objetivos desenhados a partir das demandas do público externo (sociedade civil organizada, setor público e privado), ouvidos durante o diagnóstico realizado no processo; 3ª) Processos Internos – objetivos que se destinam a tratar de processos estruturantes que precisam ser aprimorados, inclusive aqueles ligados à gestão, comunicação, orçamento e atuação institucional; 4ª) Base para Ação – apresentam-se os objetivos ligados à gestão de pessoas, infraestrutura e tecnologia da informação.

Para todos os 21 objetivos estratégicos do mapa foram construídos indicadores e metas ou plano de metas (quando necessário). A partir do estabelecimento das metas, a etapa de elaboração das iniciativas estratégicas (projetos) foi então elaborada, para que assim se pudesse ter um plano de trabalho com atividades práticas e entregas parciais que possibilitassem o alcance das metas e a consecução dos objetivos traçados.

Com o intuito de garantir que a estratégia seja implementada, um novo modelo de gestão será introduzido nas rotinas de monitoramento e acompanhamento do Ministério. Reuniões trimestrais de análise da estratégia (RAEs) estão previstas para que os responsáveis diretos possam reportar as análises de desempenho (*performance*) de seus objetivos e indicadores, identificando possíveis entraves e propondo ações corretivas que viabilizem o alcance das metas, o que tornará a execução da estratégia uma realidade.

Além das RAEs trimestrais, ocorrerão ainda reuniões prévias de 8 (oito) fóruns temáticos (quatro finalísticos e quatro de processos), os quais tratarão do monitoramento das iniciativas estratégicas definidas no planejamento. O resultado desses fóruns produzirá subsídios às RAEs.

b) **SIGOB**

Na busca do desenvolvimento de metodologias e ferramentas para apoiar a ação política governamental, foi implantado em 2012 o Sistema de Gestão para a Governabilidade (SIGOB), ferramenta que tem por objetivo reduzir a distância entre as decisões dos condutores políticos de ação governamental e a capacidade do executivo para implementá-las.

Dentre os módulos informatizados do SIGOB implementados no Ministério do Meio Ambiente sob a coordenação da SECEX, destaca-se o Sistema de Programação e Gestão de Metas por Resultados – Sistema de Metas. Esse módulo se fundamenta na premissa de que é necessário formular metas institucionais que possam ser monitoradas nos níveis de sua programação: metas intermediárias, os indicadores de progresso, alertas/restrições políticas, financeiras e outras que possam atrasar sua realização. A ferramenta permite também gerar ações comunicativas ou políticas associadas aos resultados.

Para o monitoramento das metas institucionais definidas, o Departamento de Gestão Estratégica da Secretaria Executiva acompanha diariamente os reportes dos avanços das metas junto às equipes responsáveis pela execução das mesmas, tudo isso via sistema informatizado.

Além disso, foi criada a instância do Comitê de Metas, que se reúne semanalmente, com a função de acompanhar os Alertas, Restrições e Oportunidades de Comunicação das metas prioritárias, na perspectiva de encaminhar soluções para os entraves, a partir de ações do Comitê junto às áreas técnicas.

São membros permanentes do Comitê: Departamento de Gestão Estratégica (Coordenação), Secretaria Executiva (chefia de gabinete e assessoria), Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração (SPOA), Consultoria Jurídica (CONJUR), Assessoria de Comunicação (ASCOM), Gabinete da Ministra, além das equipes técnicas implementadoras das metas.

Atualmente o Ministério do Meio Ambiente possui 15 projetos/iniciativas finalísticas sendo acompanhadas e monitoradas pelo Sistemas de Metas do SIGOB, a saber:

1. Reduzir o desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado;
2. Regularizar a situação fundiária das unidades de conservação federais;
3. Monitorar a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima;
4. Promover a implantação dos sistemas de logística reversa para as diversas cadeias produtivas;
5. Bolsa Verde - Pagamento a famílias pela prestação de serviços de conservação ambiental;
6. Ampliar a produção florestal sustentável em florestas públicas da União;
7. Implantar o Sistema de Cadastramento Ambiental de Imóveis Rurais no Brasil (CAR);
8. Eliminar o consumo de Hidroclorofluorcarbonos - HCFCs;
9. Qualificar e atualizar informações sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
10. Realizar o Inventário Florestal Nacional.

11. Implantar sistemas de dessalinização de água (Programa Água Doce);
12. Aumentar o número de autorizações de acesso a amostras do patrimônio genético;
13. Fortalecimento dos sistemas estaduais de monitoramento hidrológicos;
14. Realizar operações de monitoramento e fiscalização na Amazônia Legal;
15. Implementar o Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SiCAR.

c) PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (PNMA II)

Muitos dos problemas que as instituições ambientais brasileiras enfrentam não estão relacionados à questão ambiental especificamente, e sim, com temas relacionados à gestão das instituições. A partir dessa realidade, o MMA em conjunto com o BIRD decidiram por solicitar a reestruturação do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA II).

Em 10 de Julho de 2013, o grupo técnico da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) recomendou a aprovação do pleito apresentado pelo MMA. A proposta foi aprovada pela presidência da COFIEX em 24 de Julho de 2013 e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em 02 de Setembro de 2013. Desde então, é aguardada a minuta de aditivo contratual por parte do BIRD.

Em termos simplificados, a proposta previa a ampliação de 18 meses do prazo do contrato de empréstimo a partir da inclusão do subcomponente "gestão de processos" dentro do componente "desenvolvimento institucional". O objetivo desse subcomponente é auxiliar as instituições ambientais a se tornarem mais eficientes e a destinarem uma proporção maior de seus recursos para a execução de ações das áreas finalísticas.

d) GESTÃO DE PESSOAS

No que tange ao fortalecimento da força de trabalho do MMA, em 2013 foram delineadas metas estratégicas para o estabelecimento de uma política de pessoal ativa, abrangente e fortemente indutora, mesmo com a consciência de que alguns dos propósitos estavam além da governança do Ministério.

Nesse sentido, foi autorizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP a nomeação de mais cem candidatos aprovados no último concurso público para o cargo de Analista Ambiental, realizado em 06/02/2011. Os candidatos foram nomeados por meio das Portarias nº 158/MP, de 11 de abril de 2012, publicada no DOU de 12 de abril de 2012, e nº 113/MP, de 23 de abril de 2013, publicada no DOU de 24 de abril de 2013.

Posteriormente, a Portaria MP nº 113 autorizou a nomeação adicional de cinquenta candidatos aprovados no concurso. Em conformidade com o Aviso nº 117/SECEX/GM/MMA, de 07 de agosto de 2012, todos os cinquenta novos Analistas Ambientais foram lotados no Serviço Florestal Brasileiro - SFB, unidade do Ministério do Meio Ambiente. A convocação deu-se por meio da Portaria SECEX/MMA nº 81, de 03 de maio de 2013, publicada no DOU de 06 de maio de 2013.

O MMA também solicitou autorização ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP para nomeação do adicional de 50% das vagas do concurso de Analista Ambiental, por meio do Aviso nº 69/GM/MMA, de 17 de maio de 2013, solicitação que foi reiterada por meio do Aviso nº 171/GM/MMA, de 05 de novembro de 2013.

Até o momento, entretanto, não se obteve resposta, mas cabe salientar que o MMA tem feito constantes tratativas com o MP para obter autorização para nomeação de candidatos excedentes, com o objetivo de prover os cargos vagos existentes em seu cadastro. Entretanto, a autorização para nomeação será limitada ao número de vagas existentes no MMA à época de sua concessão.

Quanto ao cargo de Agente Administrativo, o último concurso público foi realizado em 2008, tendo seu prazo de validade expirado em 29 de maio de 2013. Em 24 de maio de 2013, foi encaminhado o Aviso nº 76/GM/MMA ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, submetendo proposta para a realização de um novo certame, para o preenchimento de cem cargos de Agente Administrativo do quadro de pessoal do Ministério do Meio Ambiente. Entretanto, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informou, em reunião, que a proposta não entraria no Projeto de Lei Orçamentária de 2014 e que o MMA poderia reiterar a solicitação para o exercício de 2015.

Finalmente, por meio do Aviso nº 151/GM/MMA, de 26 de setembro de 2013, foi solicitado, ainda, autorização para a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação de 60 profissionais, em caráter temporário, para o quadro de pessoal do Serviço Florestal Brasileiro - SFB, com fundamento no art. 2º, inciso VI, alíneas "h", "i", "j", da Lei nº 8.745/1993. A referida solicitação encontra-se em análise no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

e) PLANO PLURIANUAL (PPA)

Com relação ao PPA 2012-2015, esclarece-se que, para otimizar o processo de monitoramento dos objetivos de governo a cargo do Ministério, foi publicada a Portaria MMA nº 331, de 08 de agosto de 2013, que institui e regulamenta no âmbito do Ministério do Meio Ambiente a Política de Monitoramento e Avaliação do PPA 2012-2015. A coordenação deste processo de monitoramento e avaliação está a cargo da Secretaria Executiva do MMA, por meio de seu Departamento de Gestão Estratégica Logo, a estratégia de monitoramento e avaliação do PPA adotada pelo Ministério pretende acompanhar a execução de cada programa que o Ministério e suas entidades vinculadas participam, buscando o aperfeiçoamento das políticas públicas e o alcance dos objetivos e metas traçados no plano. A prática da gestão do Plano implicará a adoção de mecanismos de estímulo à cooperação federativa, particularmente o intercâmbio e a disseminação de informações, e à participação da sociedade civil.

Em decorrência da Portaria supracitada, as atividades de monitoramento e avaliação são realizadas, preferencialmente, pelo próprio Ministério, considerando atividades de avaliação os estudos, pesquisas ou relatórios referentes às políticas, programas e ações que contribuam para subsidiar o processo decisório e/ou que gerem recomendações e sugestões de aperfeiçoamento das políticas, dos programas e das ações. Ademais, as atividades de monitoramento e avaliação possuem natureza e objetivo distintos das de fiscalização e auditoria, com as quais não se confundem.

A Política de Monitoramento e Avaliação tem como diretriz contribuir para o aprimoramento da gestão pública, fornecendo elementos que contribuam para o aumento da responsabilização, eficiência, eficácia e efetividade das políticas de meio ambiente.

A Portaria nº 331 instituiu, ainda, o Comitê de Acompanhamento e Avaliação dos objetivos que são implementados pelo MMA no PPA 2012-2015, sendo esse comitê composto pelos responsáveis diretos pelos objetivos vinculados ao MMA.

> *“ Art. 9o Ao Comitê de Acompanhamento e Avaliação dos Programas compete:*
>
> *I - atuar de forma proativa na eliminação de restrições à implementação dos objetivos e seus atributos;*

II - monitorar a implementação dos objetivos dos programas e avaliar seus resultados e metas;

III - realizar oficina semestral para avaliar os resultados dos programas e produzir documento sintético com os principais resultados alcançados;

IV - aprovar os textos referentes às análises situacionais dos objetivos e metas a serem inseridos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento-SIOP;"

No período entre 10 de dezembro de 2013 e 27 de janeiro de 2014, foram realizadas oficinas com os membros do Comitê para avaliar os principais resultados dos programas referente ao exercício de 2013. Nestes eventos o MMA contou com o assessoramento da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPI/MPOG. As oficinas, para cada um dos Programas Temáticos foram realizadas na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e promoveram uma integração entre os atores que estão envolvidos diretamente na implementação dos programas, permitindo um aprimoramento na execução das ações, bem como uma melhor qualificação das informações prestadas durante o monitoramento.

f) INDICADORES AMBIENTAIS

Por fim, destaca-se a construção do Painel Nacional de Indicadores (PNIA), baseado na elaboração de macroindicadores ambientais, com a primeira versão sendo produzida em dezembro de 2013. A proposta, constituída por indicadores que retratam oito temas ambiental, tem um total de 18 subtemas e 37 indicadores propostos. O PNIA permitirá uma avaliação das questões ambientais do país de uma forma estratégica e estruturada

2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1. Programa Temático

Conforme orientação constante do item 2.2 da Portaria TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, o quadro referente a programa temático deve ser preenchido apenas pela Secretaria executiva dos Ministérios. Portanto, ainda que não haja programas específicos do MMA, a seguir estão apresentadas as informações orçamentárias sobre programas em que o MMA possui atuação direta.

Quadro A.2.2.1 – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2018			
Título	Biodiversidade			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)				
Esfera	**a) Global PPA 2012-2015**	**b) Dotação Posição final - 2012**	**c) Dotação Posição final - 2013**	**d) Remanescente (a-b-c)**
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	1.289.283.126	388.030.228	337.693.825	563.559.073
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0
Outras Fontes	0	0	0	0
Total	1.289.283.126	388.030.228	337.693.825	563.559.073
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013				(em R$1,00)
Lei Orçamentária 2013				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				**Orçamento de**

					Investimento
e)Despesa Empenhada	**f)Despesa Liquidada**	**g)Despesa Paga**	**h)Restos a Pagar (inscrição 2013)**		**i)Despesa Realizada**
			h.1)Processados	**h.2) Não Processados**	
218.694.551,39	184.931.182,93	180.607.627,32	4.323.555,61	33.763.368,46	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	**j)Posição em 1/01/2013**	**k)Valor Liquidado**	**l)Valor Pago**	**m)Valor Cancelado**	**n)Valor a Pagar**
Não processados	41.625.305,08	27.135.880,16	27.122.522,53	-2.507.647,07	11.995.135,48
Processados	4.072.553,45		4.066.699,03	0,00	5.854,42

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013*					
Dotação OFSS	**328.393.605,00**	**Dotação OI**		**Outras Fontes**	

*** Os valores apresentados são relativos à dotação dos objetivos sob responsabilidade do órgão em questão, independente dos objetivos possuírem ações de outros órgãos.**

Fonte: SIOP – Relatório emitido em 28/03/2014

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2036
Título	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)				
Esfera	**a) Global PPA 2012-2015**	**b) Dotação Posição final - 2012**	**c) Dotação Posição final - 2013**	**d) Remanescente (a-b-c)**
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	1.079.409.581	245.698.292	299.779.429	533.931.860
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0
Outras Fontes	5.214.000.000	1.192.300.000	1.263.000.000	2.758.700.000
Total	6.293.409.581	1.437.998.292	1.562.779.429	3.292.631.860

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R$1,00)

Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					**Orçamento de Investimento**
e)Despesa Empenhada	**f)Despesa Liquidada**	**g)Despesa Paga**	**h)Restos a Pagar (inscrição 2013)**		**i)Despesa Realizada**
			h.1)Processados	**h.2) Não Processados**	
214.191.977,35	189.592.532,59	188.965.109,60	627.422,99	24.599.444,76	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	**j)Posição em 1/01/2013**	**k)Valor Liquidado**	**l)Valor Pago**	**m)Valor Cancelado**	**n)Valor a Pagar**
Não processados	19.314.172,67	12.785.396,46	12.559.796,48	-596.580,43	6.157.795,76
Processados	4.415.198,82		4.415.071,74	0,00	127,08

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013*					
Dotação OFSS	**259.789.729,00**	**Dotação OI**		**Outras Fontes**	**1.338.700.000,00**

*** Os valores apresentados são relativos à dotação dos objetivos sob responsabilidade do órgão em questão,**

independente dos objetivos possuírem ações de outros órgãos.

Fonte: SIOP – Relatório emitido em 28/03/2014

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2050				
Título	Mudanças Climáticas				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)					
Esfera		**a) Global PPA 2012-2015**	**b) Dotação Posição final - 2012**	**c) Dotação Posição final - 2013**	**d) Remanescente (a-b-c)**
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS		1.896.713.856	555.142.282	427.673.140	913.898.434
Orçamento de Investimentos - OI		0	0	0	0
Outras Fontes		355.583.442	99.517.896	85.857.000	170.208.546
Total		2.252.297.297	654.660.178	513.530.140	1.084.106.979

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R$1,00)					
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					**Orçamento de Investimento**
e)Despesa Empenhada	**f)Despesa Liquidada**	**g)Despesa Paga**	**h)Restos a Pagar (inscrição 2013)**		**i)Despesa Realizada**
			h.1)Processados	**h.2) Não Processados**	
398.115.486,00	20.988.417,41	20.716.774,85	271.642,56	377.127.068,59	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	**j)Posição em 1/01/2013**	**k)Valor Liquidado**	**l)Valor Pago**	**m)Valor Cancelado**	**n)Valor a Pagar**
Não processados	385.765.235,43	380.586.628,25	380.549.678,53	-1.230.115,09	3.985.441,81
Processados	1.882.336,08		1.882.336,08	0,00	0,00

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013*					
Dotação OFSS	**404.320.926,00**	**Dotação OI**		**Outras Fontes**	**85.857.000,00**

*** Os valores apresentados são relativos à dotação dos objetivos sob responsabilidade do órgão em questão, independente dos objetivos possuírem ações de outros órgãos.**

Fonte: SIOP – Relatório emitido em 28/03/2014

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2045				
Título	Licenciamento e Qualidade Ambiental				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)					
Esfera		**a) Global PPA 2012-2015**	**b) Dotação Posição final - 2012**	**c) Dotação Posição final - 2013**	**d) Remanescente (a-b-c)**
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS		151.579.243	42.009.504	33.906.074	75.663.665
Orçamento de Investimentos - OI		0	0	0	0

Outras Fontes	0	0	0	0
Total	151.579.243	42.009.504	33.906.074	75.663.665

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R$1,00)

Lei Orçamentária 2013

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					**Orçamento de Investimento**
e)Despesa Empenhada	**f)Despesa Liquidada**	**g)Despesa Paga**	**h)Restos a Pagar (inscrição 2013)**		**i)Despesa Realizada**
			h.1)Processados	**h.2) Não Processados**	
21.973.749,29	13.093.978,13	13.093.978,13	0,00	8.879.771,16	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores

Tipo	**j)Posição em 1/01/2013**	**k)Valor Liquidado**	**l)Valor Pago**	**m)Valor Cancelado**	**n)Valor a Pagar**
Não processados	7.871.038,03	6.300.567,47	6.300.567,47	-622.355,11	948.115,45
Processados	18.906,60		18.906,60	0,00	0,00

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013*

Dotação OFSS	**33.906.074,00**	**Dotação OI**		**Outras Fontes**	

*** Os valores apresentados são relativos à dotação dos objetivos sob responsabilidade do órgão em questão, independente dos objetivos possuírem ações de outros órgãos.**

Fonte: SIOP – Relatório emitido em 28/03/2014

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2067
Título	Resíduos Sólidos

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	**a) Global PPA 2012-2015**	**b) Dotação Posição final - 2012**	**c) Dotação Posição final - 2013**	**d) Remanescente (a-b-c)**
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	662.851.107	234.263.328	132.716.213	295.871.566
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0
Outras Fontes	0	0	0	0
Total	662.851.107	234.263.328	132.716.213	295.871.566

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R$1,00)

Lei Orçamentária 2013

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					**Orçamento de Investimento**
e)Despesa Empenhada	**f)Despesa Liquidada**	**g)Despesa Paga**	**h)Restos a Pagar (inscrição 2013)**		**i)Despesa Realizada**
			h.1)Processados	**h.2) Não Processados**	
73.347.437,31	7.642.284,90	6.637.564,87	1.004.720,03	65.705.152,41	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores

Tipo	**j)Posição em 1/01/2013**	**k)Valor Liquidado**	**l)Valor Pago**	**m)Valor Cancelado**	**n)Valor a Pagar**

Não processados	47.468.849,77	10.610.296,80	10.610.296,80	-2.946.903,05	33.911.649,92
Processados	12.265.838,00		12.265.838,00	0,00	0,00

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013*					
Dotação OFSS	**132.716.213,00**	**Dotação OI**		**Outras Fontes**	

*** Os valores apresentados são relativos à dotação dos objetivos sob responsabilidade do órgão em questão, independente dos objetivos possuírem ações de outros órgãos.**

Fonte: SIOP – Relatório emitido em 28/03/2014

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2026
Título	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	1.323.012.230	323.329.204	319.410.316	680.272.710
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0
Outras Fontes	0	373.375	373.375	-746.750
Total	1.323.012.230	323.702.579	319.783.691	679.525.960

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R$1,00)

Lei Orçamentária 2013

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
277.178.952,42	182.530.609,02	182.099.910,38	430.698,64	94.648.343,40	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores

Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	120.229.453,87	104.655.950,07	104.552.175,27	-2.523.132,07	13.206.742,29
Processados	506.282,24		501.006,81	-1.825,81	3.449,62

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013*					
Dotação OFSS	**319.410.316,00**	**Dotação OI**		**Outras Fontes**	**100.000,00**

*** Os valores apresentados são relativos à dotação dos objetivos sob responsabilidade do órgão em questão, independente dos objetivos possuírem ações de outros órgãos.**

Fonte: SIOP – Relatório emitido em 28/03/2014

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2046
Título	Mar, Zona Costeira e Antártida

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	a) Global PPA	b) Dotação Posição final	c) Dotação Posição final -	d) Remanescente

	2012-2015	- 2012	2013	(a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	450.312.203	125.809.584	124.551.578	199.951.041
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0
Outras Fontes	0	0	0	0
Total	450.312.203	125.809.584	124.551.578	199.951.041

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R$1,00)

Lei Orçamentária 2013

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
90.871.040,24	58.532.757,04	58.136.335,19	396.421,85	32.338.283,20	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores

Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	36.900.470,95	15.329.717,61	15.295.731,05	-19.650.128,79	3.095.697,28
Processados	5.768.930,92		5.765.399,01	-3.406,79	125,15

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013*					
Dotação OFSS	**500.000,00**	**Dotação OI**		**Outras Fontes**	**100.000,00**

*** Os valores apresentados são relativos à dotação dos objetivos sob responsabilidade do órgão em questão, independente dos objetivos possuírem ações de outros órgãos. Fonte: SIOP – Relatório emitido em 28/03/2014**

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2029
Título	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	34.803.692.090	9.110.268.412	10.384.594.909	15.308.828.769
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0
Outras Fontes	5.950.830.000	1.281.830.000	1.410.450.000	3.258.550.000
Total	40.754.522.090	10.392.098.412	11.795.044.909	18.567.378.769

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R$1,00)

Lei Orçamentária 2013

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
9.297.857.391,23	462.889.798,90	447.812.727,58	15.077.071,32	8.834.967.592,33	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	**j)Posição em 1/01/2013**	**k)Valor Liquidado**	**l)Valor Pago**	**m)Valor Cancelado**	**n)Valor a Pagar**
Não processados	5.188.923.333,30	1.788.844.746,80	1.755.575.530,14	-32.193.699,44	3.401.154.103,72
Processados	1.484.838,54		1.403.876,10	-2.899,66	78.062,78

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013*					
Dotação OFSS	2.054.000,00	**Dotação OI**		**Outras Fontes**	**100.000,00**

*** Os valores apresentados são relativos à dotação dos objetivos sob responsabilidade do órgão em questão, independente dos objetivos possuírem ações de outros órgãos. Fonte: SIOP – Relatório emitido em 28/03/2014**

Identificação do Programa de Governo	
Código Programa	2022
Título	Combustíveis

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	348.504.445	51.080.441	105.179.825	192.244.179
Orçamento de Investimentos - OI	127.934.624.148	33.278.866.000	31.210.458.500	63.445.299.648
Outras Fontes	28.278.912.000	7.579.916.000	7.053.822.000	13.645.174.000
Total	156.562.040.593	40.909.862.441	38.369.460.325	77.282.717.827

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R$1,00)

Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
69.533.529,63	57.303.231,13	51.501.763,39	5.801.467,74	12.230.298,50	29.963.542.163,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	**j)Posição em 1/01/2013**	**k)Valor Liquidado**	**l)Valor Pago**	**m)Valor Cancelado**	**n)Valor a Pagar**
Não processados	641.260,68	441.647,87	441.647,87	-100.988,23	98.624,58
Processados	1.363.173,69		1.360.636,47	0,00	2.537,22

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013*					
Dotação OFSS	100.000,00	**Dotação OI**		**Outras Fontes**	45.000.000,00

*** Os valores apresentados são relativos à dotação dos objetivos sob responsabilidade do órgão em questão, independente dos objetivos possuírem ações de outros órgãos. Fonte: SIOP – Relatório emitido em 28/03/2014**

2.2.1.1. Análise Situacional

O novo modelo do Plano Plurianual 2012-2015 implementou uma série de mudanças na programação, tratando o Programa Temático como um reflexo da agenda de governo organizada

pelos temas das políticas públicas, orientando a ação governamental. Entre as mudanças, destaca-se, conforme prevê o inciso I, art. 3º, do Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012, a responsabilização compartilhada pela realização dos objetivos e alcance das metas de cada Programa Temático. Dessa forma, o novo PPA não conta com programas temáticos sob responsabilidade de Unidades específicas, mas sim compõem a programação do Governo Federal, com a centralização do monitoramento no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Assim, a análise global da implementação dos programas temáticos não é possível a partir de uma UJ exclusivamente, mas de um esforço conjunto dos órgãos de governo, coordenados pelo MPOG.

2.2.2. Objetivo

Quadro A 2.2.2 – Objetivos

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.				
Código	0475	**Órgão**	Ministério do Meio Ambiente		
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios			**Código**	2036

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	**Descrição da Meta**	**Unidade medida**	**a)Prevista 2015**	**b)Realizada em 2013**	**c)Realizada até 2013**	**d)% Realização (c/a)**
	Implementar ações de fiscalização em 248 unidades de conservação federais	Unidades de Conservação Federais	248	118	176	71%

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento				
Código	0231	**Órgão**	Ministério do Meio Ambiente		
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios			**Código**	2036

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	**Descrição da Meta**	**Unidade medida**	**a)Prevista 2015**	**b)Realizada em 2013**	**c)Realizada até 2013**	**d)% Realização (c/a)**
	Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura, carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental	Cadeias Produtivas	5	0	0	0
	Propor instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento	Unidade	1	1	1	100%

Obs: Apesar de os dados sobre a análise situacional do objetivo serem informados pela Secretaria Executiva neste relatório, as metas vinculadas aos respectivos objetivos não estão sendo implementadas pela Secretaria Executiva, mas sim monitoradas.

2.2.2.1. Análise Situacional

Conforme esclarecido anteriormente, a Secretaria Executiva do MMA, atendendo ao disposto na Portaria MMA nº 231/2013, realizou entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014 oficinas com as equipes implementadoras dos objetivos e metas dos programas de governo que possuem uma atuação direta deste Ministério, a fim de que se discutissem resultados de 2013, responsabilidades no processo e aperfeiçoamento do monitoramento. Dessa forma, com o apoio da SPI/MPOG, as informações inicialmente disponibilizadas no SIOP foram revistas pelas equipes técnicas e validadas pela SECEX para que possam compor o relatório de avaliação do Plano e transmitam de forma fidedigna e transparente a execução do exercício 2013.
A seguir serão apresentadas a análise situacional dos objetivos 0475 e 0231, com suas respectivas metas. Essas informações comporão o relatório de avaliação do PPA/2013.

Objetivo: 0475 - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.

Para o ano de 2013, estabeleceu-se como linha central de estratégia ao combate ao desmatamento na Amazônia a Operação Onda Verde com objetivo de ocupar todas as áreas da Floresta Amazônica acometidas pelo desmatamento ilegal durante os 12 meses do ano.

A Operação Onda Verde é uma operação permanente de fiscalização ambiental em seis áreas prioritárias para o combate ao desmatamento na Amazônia, por meio de instrumentos de comando e controle, garantindo a presença do Estado e a governança no processo de combate aos ilícitos ambientais, contínua e preventivamente. Essa é uma ação que conta com o apoio da Força Nacional de Segurança Pública.

Em 2013, foram ocupadas de forma ostensiva os estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas, considerados pelo monitoramento ambiental como áreas críticas. Nestes estados, foram instaladas bases avançadas de fiscalização.

O efetivo empregado em cada operação é constituído por Agentes Ambientais Federais do Ibama, Policiais da Força Nacional de Segurança Pública (FNS), e Policiais dos Batalhões de Polícia Ambiental (PM) de alguns dos estados onde as ações estão.

Além da Onda Verde, o Ibama executou outras operações de grande porte, tais como a Operação Hiléia Pátria e Ágata, que são operações de fiscalização voltadas a combater o desmatamento ilegal na Amazônia, especialmente em terras indígenas e unidades de conservação federais. Essa ação integrada, que envolve o Ibama, ICMBio, ABIN, DPF, DRPF, Censipam e especialmente o Exército Brasileiro, tem papel fundamental no combate ao desmatamento ilegal.

Dessa forma, diferentemente de estratégia passadas, em que se planejava um grande número de pequenas operações, a partir do ano de 2013, adotou-se a estratégia de se executar operações de grande porte e com impacto expressivo na dissuasão do ilícito ambiental.

Os resultados das duas grandes operações (Operação Onda Verde e Hiléia) totalizam mais de R$ 1,7 bilhão em multas e mais de 250 mil hectares de áreas embargadas. Foram apreendidos 160 tratores, 85 caminhões, 39 pás carregadeiras, 290 motosserras, 200 mil metros cúbicos de madeira e cerca de 13 mil toneladas de grãos produzidos em áreas desmatadas ilegalmente.

Meta: Implementar ações de fiscalização em 248 unidades de conservação federais

A meta em epígrafe é implementada diretamente pelo Instituto Chico Mendes. No ano de 2013, o orçamento do ICMBio para as ações de fiscalização foi de R$ 6 milhões. Diante do montante de recursos disponíveis, manteve-se a presença institucional nas áreas prioritárias. Com a necessidade de priorização das ações de fiscalização, com foco em combate ao desmatamento na Amazônia, houve fortalecimento das parcerias entre ICMBio e outras instituições de comando e controle, o que permitiu a otimização dos esforços e maior efetividade das ações de fiscalização.

Neste sentido, destaca-se a atuação do ICMBio em operações conjuntas, como parte integrante do Gabinete de Gestão Integrada para a proteção do meio ambiente – GGI/MA, juntamente com outras unidades dos Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça e da Defesa. Como exemplo, pode ser apontado o planejamento e execução da operação Hiléia Pátria, que contou com a participação de agentes de fiscalização do Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Censipam, ABIN e do Exército Brasileiro e Policiais Militares. Quanto ao quantitativo de ações executadas, foram realizadas, no ano de 2013, 293 ações de fiscalização em 118 unidades de conservação federais. Destacam-se as ações de proteção que resultaram na manutenção da desocupação da Floresta Nacional de Bom Futuro – RO e manutenção da retomada do controle da região norte da Reserva Biológica do Gurupi – MA. Foram realizadas ainda ações integradas nas Unidades de Conservação na área de influência da BR 163, incluindo a região conhecida como Terra do Meio, num total de 19 áreas federais protegidas que somam cerca de 15 milhões de hectares de florestas e rios. Essas ações se concentraram no Parque Nacional Jamanxim, Floresta Nacional Trairão, Floresta Nacional do Jamanxim, Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, Parque Nacional Serra do Pardo e Estação Ecológica Terra do Meio. Cabe destacar que a destinação final dos materiais apreendidos permanece como uma das principais dificuldades encontradas na operacionalização das ações de comando e controle, altamente influenciadas pelas dificuldades logísticas para retirada dos materiais apreendidos (máquinas, equipamentos e madeira apreendidos na floresta).

Em relação ao avanço atual da meta, esclarece-se que houve um erro no lançamento das informações no SIOP no exercício de 2012. Em 2012, foram efetuadas 300 ações em UCs Federais da Amazônia Legal, o que corresponde a 132 UCs, além daquelas 19 áreas federais na Terra Do Meio. Portanto, totalizariam 300 ações em 151 UCs. Houve o lançamento das 300 ações e não do quantitativo de UCs, o que poderia gerar uma incongruência no valor cumulativo da meta. Tal situação foi reportada à SPI/MPOG que procederá a correção do dado.

Objetivo: 0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

A integração das políticas para o controle do desmatamento e de mudança do modelo produtivo nas três esferas do governo (federal, estadual e municipal) está sendo implementado por meio da execução das ações do Subgrupo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm. Para tanto, definiu-se como estratégia de monitoramento, o acompanhamento das principais políticas públicas que contribuem para a promoção da viabilidade das cadeias produtivas que constituem alternativas ao desmatamento nos municípios prioritários, o que permitirá identificar suas principais dificuldades e necessidades e, a partir daí, potencializar essas cadeias produtivas.

Meta: Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura, carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental

Houve alteração no foco de implementação desta meta, o qual inicialmente foi definido para atuar sobre as cadeias produtivas indutoras para uma mudança do modelo produtivo, passando para uma análise das principais políticas públicas relacionadas [Bolsa Verde, Cadastro Ambiental Rural – CAR, Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio, Ações para o Fomento à Pesca e Aquicultura – MPA, Crédito Rural/BACEN, Concessão Florestal e Manejo Florestal Comunitário e Familiar/SFB e Plano da Agricultura de Baixo Carbono (ABC)], o que permitirá identificar as principais dificuldades e necessidades de fomento às atividades produtivas sustentáveis. Assim, será possível estruturar estratégias de intervenção nas políticas de fomento de maneira a potencializá-las, principalmente nas áreas prioritárias para a prevenção e controle do desmatamento.
Dessa forma, foi enviada ao MPOG solicitação de revisão desta meta, alterando seu escopo de atuação para os exercícios de 2014 e 2015.

Meta: Propor instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento

O Novo Código Florestal, Lei nº 12.651 de 2012, definiu em seu artigo 41 que o poder público federal é autorizado a instituir o Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente que prevê, entre outros instrumentos, o pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais. A proposta de instrumento normativo que regulamentará o novo Código Florestal foi encaminhada à Casa Civil em novembro de 2013. Portanto, a proposição já foi efetuada e aguarda a publicação.

2.2.3. Ações

2.2.3.1. Ações – OFSS

Quadro A.2.2.3.1 - Ações – OFSS

Identificação da Ação	
Código	6687 **Tipo:** Atividade
Título	Formação e Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais nos Estados e Municípios
Iniciativa	01NB - Fortalecer os órgãos integrantes do SISNAMA para a gestão compartilhada por meio da capacitação de gestores e conselheiros ambientais (Plano Nacional de Capacitação e Gestão Ambiental - PNC) desenvolvimento institucional dos órgãos integrantes do SISNAMA responsáveis pelo licenciamento ambiental
Objetivo	Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental. **Código: 0489**
Programa	Licenciamento e Qualidade Ambiental **Código**: 2045 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013	

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000	500.000	0	0	0	0	0

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado	unidade	0	0	0

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	Gestor capacitado	unidade	-

Identificação da Ação	
Código	8499 **Tipo:** Atividade
Título	Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II)
Iniciativa	01N9 - Aperfeiçoamento de normas e da gestão das informações, e desenvolvimento institucional dos órgãos integrantes do SISNAMA responsáveis pelo licenciamento ambiental
Objetivo	0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental. **Código: 0489**
Programa	Licenciamento e Qualidade Ambiental **Código**: 2045 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.555.000	8.555.000	5.483.476	164.819	164.819	0	5.318.657

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado	unidade	2	2	2

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.096.510	1.385.510	30.000	Projeto apoiado	unidade	2

Identificação da Ação	
Código	20W9 **Tipo:** Atividade
Título	Modernização da Gestão de Atividades Ligadas ao Meio Ambiente
Iniciativa	Ação sem iniciativa

Objetivo	Ação sem objetivo **Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente, **Código**: 2124, **Tipo**: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.287.945	14.287.945	7.275.644	4.228.709	4.228.709		3.046.936

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Estrutura modernizada	percentual de execução	70	70	51

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Estrutura modernizada	percentual de xecução	

Identificação da Ação

Código	4641 **Tipo:** Atividade
Título	Publicidade de Utilidade Pública
Iniciativa	
Objetivo	**Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente, **Código**: 2124, **Tipo**: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	44101
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Identificação da Ação

Código	2B34 **Tipo**: Atividade
Título	Gestão de Políticas de Meio Ambiente
Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo **Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente, **Código**: 2124, **Tipo**: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.805.990	9.805.990	8.816.820	6.191.106	6.031.577	-	2.785.243

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Política implementada	Unidade	1	1	1

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Política implementada	Unidade	-

Identificação da Ação

Código	7U20 **Tipo**: Projeto
Título	Implementação de Compromissos da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - (RIO + 20)
Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo **Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente, **Código**: 2124, **Tipo**: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.000.000	12.000.000	12.383.789	12.383.789	12.383.789	0	0

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto concluído	Unidade	1	1	1

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira	**Execução Física - Metas**

Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Projeto concluído	unidade	-

Obs: Destaca-se que a diferença entre o valor constante da Loa + Crédito (R$ 12.000.000,00) e o valor empenhado (R$ 12.383.788,00) ocorre em função da variação cambial existente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Identificação da Ação

Código	2004 **Tipo**: Atividade
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo **Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente, **Código**: 2124, **Tipo**: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
878.460	1.125.660	1.078.274	990.858	990.858	0	87.415

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada	Unidade	684	500	473

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
63.167	-	63.167	Pessoa beneficiada	Unidade	-

Identificação da Ação

Código	2010 **Tipo**: Atividade
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares
Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo **Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente, **Código**: 2124, **Tipo**: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
114.000	119.000	113.241	113.241	113.241	0	0

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Criança atendida	Unidade	100	94	94

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Criança atendida	Unidade	-

Identificação da Ação	
Código	2011 **Tipo**: Atividade
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares
Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo **Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente, **Código**: 2124, **Tipo**: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
271.716	271.716	241.734	241.734	241.734	0	0

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada	Unidade	126	259	259

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Pessoa beneficiada	Unidade	-

Identificação da Ação	
Código	2012 **Tipo**: Atividade
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares
Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo **Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente, **Código**: 2124, **Tipo**: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.496.000	3.207.300	3.172.593	3.172.593	3.172.593	0	0

Execução Física		
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante

		Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada	Unidade	684	709	709

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Pessoa beneficiada	Unidade	-

Identificação da Ação

Código	20TP
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União
Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo **Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente, **Código**: 2124, **Tipo**: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
61.810.064	68.716.200	68.577.884	68.577.884	68.574.101	3.783	0

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Identificação da Ação

Código	2000
Título	Administração da Unidade
Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo **Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente, **Código**: 2124, **Tipo**: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.410.200	50.327.203	44.873.932	34.420.838	34.420.838		

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
16.504.509	7.646.494	7.473.665			

Identificação da Ação	
Código	0284
Título	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa
Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo **Código:**
Programa	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações), **Código**: 0906, **Tipo**: Operações Especiais
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.827.000	853.932	645.393	645.393	645.393		

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00			

Identificação da Ação	
Código	0181
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo **Código:**
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União, **Código**: 0089, **Tipo**: Operações Especiais
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

2.743.000	3.643.000	3.119.441	3.119.441	3.119.441		

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00			

Identificação da Ação	
Código	09HB
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
Iniciativa	Ação sem iniciativa
Objetivo	Ação sem objetivo **Código:**
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente, **Código**: 2124, **Tipo**: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	44101 - Ministério do Meio Ambiente
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.434.965	11.753.145	11.502.897	11.502.897	11.502.897		

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00			

2.2.3.2. Ações/Subtítulos - OFSS

Quadro A.2.2.3.2 – Ações/Subtítulos - OFSS

Obs.: Não se aplica.

2.2.3.3. Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Quadro A.2.2.3.3 – Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Obs.: Não se aplica.

2.2.3.4. Ações - Orçamento de Investimento – OI

Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Obs.: Não se aplica.

2.2.3.5. Análise Situacional

O cenário orçamentário para o exercício de 2013 iniciou-se com a publicação da Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013, a Lei Orçamentária Anual - LOA 2013, do Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e da Portaria MP nº 147, de 3 de maio de 2013, que detalhou a programação de movimentação e empenho, bem como determinou o limite para movimentação e empenho como sendo o valor publicado na LOA 2013.

Porém, é importante salientar que no decorrer do exercício o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão trouxe uma situação excepcional com a publicação da Portaria nº 267, de 30 de julho de 2013, que reduziu os limites de movimentação e empenho e da Portaria MP nº 268, de 30 de julho de 2013, que limitou a despesa empenhada para a contratação de bens e serviços e para a concessão de diárias e passagens.

Essas portarias criaram a necessidade de uma readaptação das ações planejadas, tendo em vista o novo corte orçamentário e os tetos instituídos para as despesas de funcionamento. Dessa forma, surgiram entraves à execução dessa Unidade Jurisdicionada, pois o perfil do Órgão demonstrou, por meio de levantamentos da área de orçamento, que cerca de 73% (setenta e três por cento) de sua execução correspondia aos grupos elencados pela citada Portaria.

A fim de adequar a execução frente aos limites constantes da Portaria, muitas demandas foram suprimidas e remanejamentos de limites internos, que afetaram a execução orçamentária das demais Secretarias, foram propostos com o objetivo de dar andamento aos projetos prioritários.

Assim, a Secretaria Executiva viabilizou a execução das ações que estavam sob sua responsabilidade dentro dos parâmetros colocados pela alta administração do Órgão e priorizou a execução das ações com maior significância e que já apresentavam projetos alinhados a uma boa gestão orçamentária, com o alcance da eficiência, efetividade e eficácia.

A ação 20W9 - Modernização da Gestão de Atividades Ligadas ao Meio Ambiente teve foco nos Planos Orçamentários - PO 0001 - Modernização da Estrutura de Informática do Ministério do Meio Ambiente e 0002 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, sendo que os demais planos (0003 - Informações, Estatísticas e Indicadores Ambientais e de Desenvolvimento Sustentável e 0004 - Promoção da qualidade de vida dos servidores do MMA) sofreram restrição orçamentária no seu valor integral.

Durante o exercício de 2013, verificou-se a execução física de 40% da Ação de Informática, tal resultado foi inferior ao previsto (65%), e teve como influência negativa os seguintes fatores:

a) Dificuldades de execução de serviços de desenvolvimento de sistemas - Apesar de ter ocorrido a contratação de uma fábrica de software ainda em 2012, poucos serviços foram executados. Este fato ocorreu devido às dificuldades e atrasos apresentados pela empresa durante a execução do contrato. Para corrigir esta falha, em 2014 será contratada uma nova fábrica por meio de um processo licitatório mas rigoroso e melhor documentado, visando à obtenção de um contrato que garanta mais qualidade e produtividade para estes serviços;

b) Limitação de quantitativo de servidores na área de TI do MMA, devido a constante saída de servidores do Ministério para outros órgãos. O quantitativo de pessoal da área de informática vem sendo reduzido a cada ano, com a saída de 4 pessoas em 2012 e 4 pessoas em 2013. Dessa forma, com um quadro de pessoal reduzido, a Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação e Informática - CGTI se vê obrigada a concentrar esforços nas iniciativas prioritárias descritas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Para minimizar esta fragilidade, em 2014 serão adotadas providências para a recomposição do quadro de pessoal da CGTI, tais como concurso temporário e outras medidas que se fizerem realizáveis pela área de gestão de pessoas do MMA.

Iniciativas estratégicas de TI concluídas em 2013:

a) implantação de uma sala-cofre com sistema de alta disponibilidade (no-break, ar-condicionado de precisão e grupo gerador); b) aquisição de 530 (quinhentas e trinta) estações trabalho; c) aquisição de projetores multimídia; d) substituição do cabeamento lógico estruturado dos cabos categoria 5e para categoria 6; e) Ampliação do link de acesso à internet (de 45MB/S para 150MB/S); f) substituição do portal corporativo e intranet do MMA.

Iniciativas estratégicas de TI iniciadas em 2013 que deverão apresentar os resultados em 2014:

a) contratação de soluções de auditoria e segurança da informação; b) contratação de switches de borda camada 3; c) aquisições de 132 estações de trabalho; d) contratação de solução de gestão de conhecimento.

Em relação às iniciativas ligadas à gestão de pessoas, cabe ressaltar que, baseado na Política de Capacitação e Desenvolvimento para os servidores do MMA, foi ampliado o atendimento ao Programa de Incentivos (Língua Estrangeira, Graduação e Pós Graduação) com o objetivo de atender aos servidores já inscritos no programa e novas demandas. Segundo a legislação interna que rege estes programas, novas solicitações para ingressos foram protocoladas nos primeiros meses do ano, porém no segundo semestre após novos ingressos no programa foi necessário fazer uma readequação orçamentária para atender a todas as demandas do programa até o fim do exercício.

Fatores que contribuíram para a execução da ação - o Plano Anual de Capacitação - PAC ajudou na orientação dos cursos a serem realizados durante o período, juntamente com a colaboração das áreas envolvidas no processo de tramitação dos cursos;

Fatores que dificultaram - período de incerteza com relação à disposição orçamentária para capacitação e o contingenciamento de passagens e diárias a partir do segundo semestre; e o surgimento de demandas de cursos de turma fechada que não estavam contemplados no PAC, dificultando o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Anual de Capacitação.

Os resultados obtidos na implantação do programa a partir dos recursos da ação orçamentária 20W9 são: 19 cursos de turma fechada, com 418 capacitações; 78 cursos de turma aberta, com 240 capacitações. Foram 13.760 horas de capacitação, tendo uma média de 18,22 horas por capacitação. Foram 450 servidores capacitados, representando 45% dos servidores do Ministério do Meio Ambiente. No programa de incentivo, foram 189 servidores capacitados, divididos em 3 programas (Programa de Incentivo à Língua Estrangeira - 111 servidores participantes; Programa de Incentivo à Graduação - 43 servidores participantes e Programa de Incentivo à Pós-Graduação - 35 servidores participantes.

Neste exercício também foi implementada a Gratificação de Qualificação para os servidores efetivos do Ministério do Meio Ambiente; fator que aumentou a demanda dos servidores por capacitação.

A ação 8499 - Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) apresentou execução de 77% (setenta e sete por cento) em relação à meta financeira prevista (limite orçamentário disponibilizado para execução orçamentária). A execução priorizou a implementação da política de meio ambiente mediante a celebração de termos de cooperação técnica com organismos internacionais, termos de cooperação com outros órgãos do Governo Federal, a contratação de serviços, entre outras ações.O programa apoiou cinco projetos de grande porte para o cenário das políticas ambientais em âmbito nacional. Dos projetos apoiados somente o convênio com Estado do Acre atende às necessidades de desenvolvimento institucional da entidade ambiental daquele estado. No que tange aos demais projetos, todos os outros alcançam benefícios diretos ou indiretos para todas as unidades da federação. Como exemplo podemos destacar o Projeto de Modernização do Portal do Licenciamento Ambiental, que em poucas palavras busca a consolidação das informações sobre o status das licenças ambientais requeridas a todas entidades ambientais no nível estadual de todos os estados da Federação.

Abaixo seguem as principais dificuldades e ações corretivas que foram utilizadas para o alcance das metas do Programa:

Diversidade de atores no processo (Consultoria Jurídica - CONJUR, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, área demandante, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Secretaria Executiva - SE, Comissão de Supervisão, etc) - Ação Corretiva: os processos foram mapeados de forma que cada ator tem mais clareza sobre suas responsabilidades e o limite de sua intervenção nos processos de contratação e gerenciamento de contratos. Ademais, foi negociado que cada ator deverá indicar um ponto focal para os processos relacionados ao PNMA;

Dificuldade das áreas técnicas em elaborar termos de referência - Ação Corretiva: foi realizada uma capacitação em conjunto com o BIRD relacionada à elaboração de termos de referência. No entanto, para temáticas técnicas muito específicas será discutido com a CONJUR a possibilidade de contratação de consultores para auxiliar a elaboração dos documentos;

Equipe técnica reduzida: O PNMA não dispões de governança para a contratação de equipe e as regras nacionais impedem a contratação de equipe base para o Programa;

Conciliar regras do BIRD com as regras nacionais (o tempo médio de uma licitação de grande porte do BIRD são 10 meses) - Ação Corretiva: Apesar de mapeamento, reengenharia e otimização do processo de contratação pelo PNMA, o tempo esperado para esta modalidade de licitação ainda é bastante alto, devido, principalmente, a necessidade de se cumprir, quando possível, as regras de contratação do BIRD e ainda as regras nacionais, conforme entendimento do TCU;

Baixa execução orçamentária dos parceiros institucionais - Ação Corretiva: é importante verificar uma evolução consistente na execução orçamentária dos parceiros institucionais do PNMA. Cabe notar ainda que a as dificuldades acima citadas são potencializadas quando o processo de contratação e a execução dos contratos são descentralizadas. Por exemplo, o PNMA tem que intermediar a relação entre estes parceiros e o BIRD. Uma solicitação de alteração no edital ou termo de referência tem uma tramitação bastante demorada. Como ação corretiva o PNMA tem dado todo o suporte técnico para a elaboração dos termos de referência e auxiliado ativamente nos processos de contratação, desde a elaboração de editais até a negociação com as empresas vencedoras**.**

Esclarece-se que os créditos inscritos em restos pagar referentes à dotação de 2012 são relativos somente ao convênio firmado com estado do Acre. Esse convênio encontra-se com sua execução comprometida devido a problemas nas licitações por diversas situações. Nesse sentido, a direção do IMAC (Instituto do Meio Ambiente do Estado do Acre – órgão convenente) solicitou o cancelamento do convênio. Para os projetos que tiveram restos a pagar inscritos referentes à dotação de 2013 estão em execução e estão assegurados o repasse de tais recursos.

Adicionalmente, o PNMA II, efetuou descentralização de créditos orçamentários via termo de cooperação para quatros órgãos federais, são eles: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, todos co-executores de projetos da ação orçamentária 8499. Para esses projetos, o PNMA II não acompanha a execução financeira dos recursos repassados, mas somente a execução física dos planos de trabalhos pactuados nos termos de cooperação.

A ação 2B34 - Gestão de Políticas de Meio Ambiente apresentou execução somente no plano orçamentário 0001 - Gestão de Política de Meio Ambiente, mas esse constitui sua principal linha de implementação. O referido Plano Orçamentário apresentou uma execução da ordem de 90,8% do valor de Lei + Crédito, tendo sido utilizado para a implementação da política de meio ambiente mediante a celebração de Termos de Cooperação técnica com organismos internacionais, Termos de Cooperação com outros órgãos do Governo Federal, a contratação de serviços, entre outros. O Plano orçamentário 0002 - Cadastramento Ambiental Rural nos Municípios Prioritários para o Controle do Desmatamento não foi executado face à priorização de limites para a formulação de políticas e o 0003 - Desdobramentos da RIO + 20 teve a dotação cancelada.

A ação 7U20 - Implementação de Compromissos da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20) teve a execução orçamentária realizada em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores -MRE, órgão responsável pela execução da política externa do Brasil, face as características do compromisso assumido pelo País durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO +20). Cabe ressalvar que o MRE co-presidiu a Comissão Nacional para a Conferência (RIO +20), juntamente com o MMA. A diferença entre o valor constante da Loa + Crédito (R$ 12.000.000,00) e o valor empenhado (R$ 12.383.788,00) ocorre em função da variação cambial existente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

As ações vinculadas aos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da Secretaria Executiva tiveram média de execução na ordem de 92% (noventa e dois por cento) da dotação disponível nas programações orçamentárias para o exercício de 2013.

Cabe destacar que estão incluídas nesta relação as ações que se referem à despesa com Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios aos Servidores e Empregados e seus Dependentes (0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões, 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União, 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados, 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos e 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais), e que dessa forma não sofrem limitação, sendo que para o grupo Pessoal e Encargos Sociais não existe limitação de empenho, conforme art. 50, inciso I da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 - LDO 2013 e para os Benefícios é disponibilizado limite orçamentário integral.

No que se refere ao grupo de despesas contingenciáveis, a execução ficou na ordem de 85%, e contemplou as despesas que envolvem o funcionamento do Órgão, tais como os compromissos

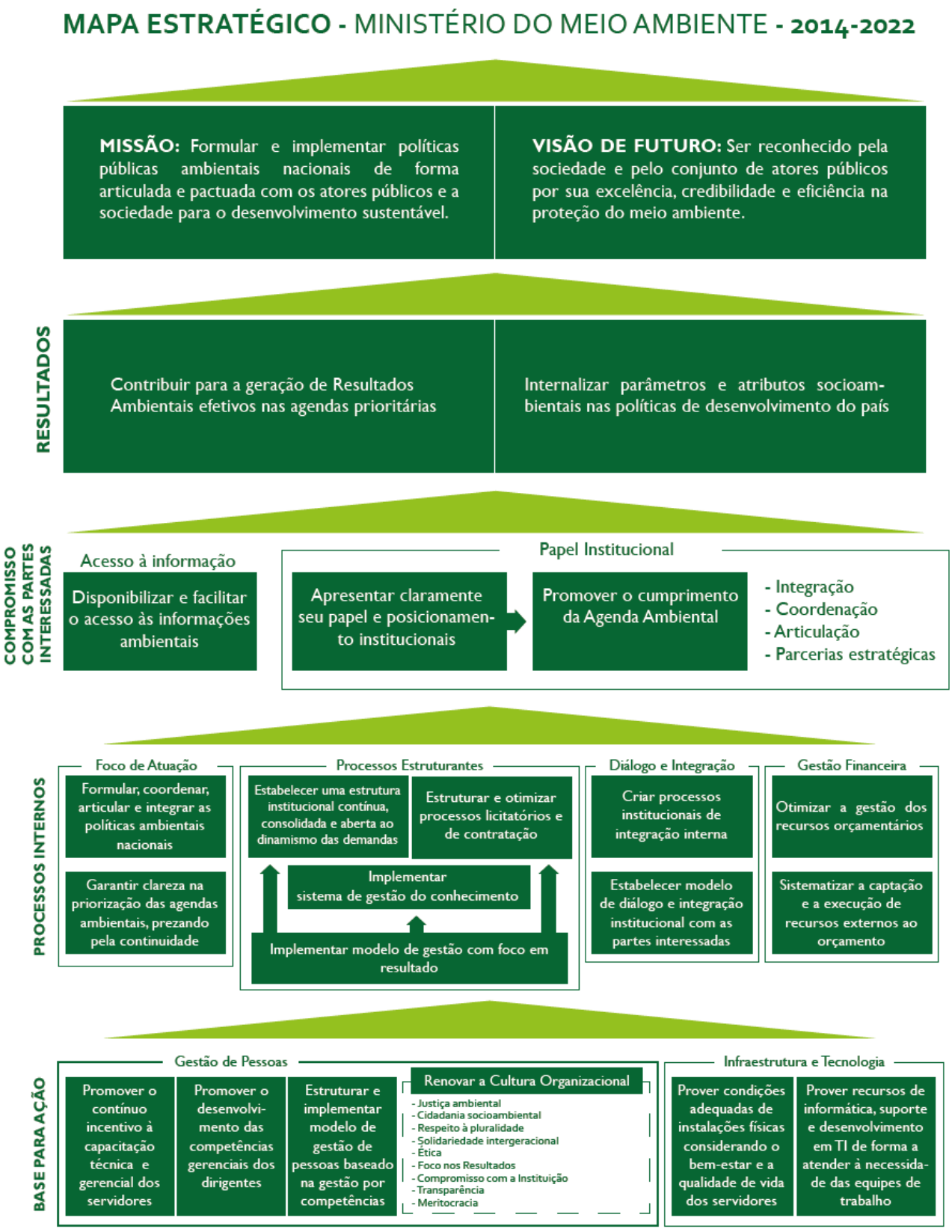
firmados por meio dos Contratos Administrativos, manutenção predial, aluguel de prédio para abrigar parte das Secretarias que compõem a estrutura do Órgão, despesas com diárias, passagens, dentre outras aqui não elencadas. Cabe ressaltar que nem todas as demandas que surgiram ao longo do exercício foram ser atendidas, haja vista que essa Unidade também se adequou ao cenário de contenção econômica colocado pelo Governo Federal.

Face ao cenário de contingenciamento enfrentado por este órgão no exercício de 2013, que foi da ordem de 21,3%, para as despesas discricionárias (exceto emendas parlamentares), a ação 6687 - Formação e Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais nos Estados e Municípios, que está sob responsabilidade de departamento da Secretaria Executiva, teve sua execução orçamentária totalmente contingenciada. Sendo assim, a atuação desse departamento foi somente com o apoio técnico e institucional à área finalística voltada para a formação e capacitação de gestores. Em função do histórico de baixa execução da ação, a mesma não foi orçada para o exercício de 2014.

2.3. Outros Resultados da Gestão

Conforme descrito nos itens anteriores, em 2013, foi elaborado o plano estratégico do MMA, no qual o mapa estratégico com seus objetivos, missão, visão e valores compõe um dos produtos. Assim, apresentamos a seguir o mapa do MMA e a matriz de agendas prioritárias e resultados que o Ministério estabeleceu como prioridades para o período 2014-2022 (página seguinte).

O planejamento estratégico foi lançado no dia 27/02/2014 para toda a Casa, iniciando portanto sua implementação. Para tanto, será necessário um esforço conjunto para que o modelo de gestão desenhado seja de fato efetivo e auxilie o MMA no alcance de suas metas.


MAPA ESTRATÉGICO - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - 2014-2022
MISSÃO: Formular e implementar políticas públicas ambientais nacionais de forma articulada e pactuada com os atores públicos e a sociedade para o desenvolvimento sustentável.
VISÃO DE FUTURO: Ser reconhecido pela sociedade e pelo conjunto de atores públicos por sua excelência, credibilidade e eficiência na proteção do meio ambiente.
RESULTADOS
Contribuir para a geração de Resultados Ambientais efetivos nas agendas prioritárias
Internalizar parâmetros e atributos socioambientais nas políticas de desenvolvimento do país
COMPROMISSO COM AS PARTES INTERESSADAS
Acesso à informação
Disponibilizar e facilitar o acesso às informações ambientais
Papel Institucional
Apresentar claramente seu papel e posicionamento institucionais
Promover o cumprimento da Agenda Ambiental
- Integração
- Coordenação
- Articulação
- Parcerias estratégicas
PROCESSOS INTERNOS
Foco de Atuação
Formular, coordenar, articular e integrar as políticas ambientais nacionais
Garantir clareza na priorização das agendas ambientais, prezando pela continuidade
Processos Estruturantes
Estabelecer uma estrutura institucional contínua, consolidada e aberta ao dinamismo das demandas
Estruturar e otimizar processos licitatórios e de contratação
Implementar sistema de gestão do conhecimento
Implementar modelo de gestão com foco em resultado
Diálogo e Integração
Criar processos institucionais de integração interna
Estabelecer modelo de diálogo e integração institucional com as partes interessadas
Gestão Financeira
Otimizar a gestão dos recursos orçamentários
Sistematizar a captação e a execução de recursos externos ao orçamento
BASE PARA AÇÃO
Gestão de Pessoas
Promover o contínuo incentivo à capacitação técnica e gerencial dos servidores
Promover o desenvolvimento das competências gerenciais dos dirigentes
Estruturar e implementar modelo de gestão de pessoas baseado na gestão por competências
Renovar a Cultura Organizacional
- Justiça ambiental
- Cidadania socioambiental
- Respeito à pluralidade
- Solidariedade intergeracional
- Ética
- Foco nos Resultados
- Compromisso com a Instituição
- Transparência
- Meritocracia
Infraestrutura e Tecnologia
Prover condições adequadas de instalações físicas considerando o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores
Prover recursos de informática, suporte e desenvolvimento em TI de forma a atender à necessidade das equipes de trabalho

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
GESTÃO PARA RESULTADOS | 2014 - 2022

MATRIZ DE AGENDAS E RESULTADOS PRIORITÁRIOS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

OBJETIVO ESTRATÉGICO:
CONTRIBUIR PARA A GERAÇÃO DE RESULTADOS AMBIENTAIS EFETIVOS NAS AGENDAS PRIORITÁRIAS

RESULTADOS	AGENDAS														
	Política Nacional sobre Mudança do Clima	Política Nacional de Resíduos Sólidos	Política Nacional de Recursos Hídricos	Política Nacional de Educação Ambiental	Plano de Produção e Consumo Sustentável	Política Nacional de Biodiversidade	Política de Desenvolvimento Florestal	Cadastro Ambiental Rural e Implementação da lei 12.651/12	Conservação ambiental com inclusão social - Bolsa Verde	Licenciamento Ambiental - Implementação da LC 140	Avaliação ambiental estratégica	Implementação do novo marco legal para acesso aos recursos genéticos, aos conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios	Consolidação do SistemaNacional de Unidades de Conservação	Gestão Ambiental Urbana e Territorial	Prevenção e Controle da Poluição
Mitigação das emissões de gases de efeito estufa e resiliência às mudanças do clima	X	X	X				X						X	X	
Redução do desmatamento, da degradação e dos incêndios florestais.	X		X			X	X	X	X				X		
Ampliação da conservação, recuperação e uso sustentável da biodiversidade e demais recursos naturais.			X	X		X	X	X	X		X	X	X		
Manutenção e ampliação de serviços ecossistêmicos	X		X			X	X	X	X			X	X		
Regularização ambiental dos imóveis rurais				X			X	X					X	X	
Uso e ocupação sustentáveisdo solo e do território	X	X	X	X		X	X	X		X	X		X	X	
Gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e substâncias químicas		X		X	X									X	X
Uso múltiplo e sustentável da água	X	X	X	X	X	X	X				X		X	X	X
Expansão da repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do acesso aos componentes da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados .						X	X					X	X		
Incorporação de parâmetros de sustentabilidade nos processos e produtos dos setores produtivos		X	X	X	X		X					X		X	X
Incorporação de parâmetros de sustentabilidade nos processos de consumo da sociedade		X	X	X	X		X					X		X	X
Qualificação dos projetos de infraestrutura em relação aos parâmetros ambientais.	X		X				X			X	X	X		X	X
Ampliação da cidadania socioambiental		X	X	X	X	X	X	X	X				X	X	

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Estrutura de Governança

Não há estrutura orgânica de controle formalizada no âmbito da Secretaria Executiva. Conforme prevê o Decreto nº 6.101/2007, que trata da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, compete à Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, assistir ao Ministro de Estado no controle interno dos atos administrativos a serem implementados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob sua coordenação jurídica. Além da Consultoria Jurídica, há, ainda, a figura do Assessor Especial de Controle Interno - AECI, responsável pelo assessoramento ao Ministro de Estado nos assuntos de controle interno.

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**x**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				**x**	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**x**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				**x**	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**x**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		**x**			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				**x**	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				**x**	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**x**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**x**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				**x**	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				**x**	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				**x**	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		**x**			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				**x**	

16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x

Análise Crítica:
A avaliação do sistema de controles internos da UJ foi realizada pela Secretária Executiva em conjunto com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Avaliaram-se os controles empregados em 2013, os aperfeiçoamentos, pontos negativos e ações corretivas que poderão ser adotadas.

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3. Remuneração Paga a Administradores

Obs.: Não se aplica.

3.4. Sistema de Correição

Com base na Portaria 1.043/2007-CGU e nas demais orientações desta Controladoria, em 2010 foi realizado um trabalho de levantamento dos processos do MMA que deveriam ser cadastrados no Sistema CGU-PAD. A partir desse levantamento, os processos passíveis de cadastramento passaram a ser inseridos nesse sistema. Quanto aos processos atuais, informa-se que eles estão sendo rigorosamente acompanhados e cadastrados conforme Política de Uso do Sistema no MMA e demais normativos internos que regulamentam o tema.

3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Declara-se que a Secretaria Executiva está em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

3.6. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Obs.: Não há informações a declarar.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Execução das despesas

4.1.1. Programação

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: Ministério do Meio Ambiente			**Código UO: 44101**	**UGO: 440002**	
Origem dos Créditos Orçamentários			**Grupos de Despesa Correntes**		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	**2 – Juros e Encargos da Dívida**	**3- Outras Despesas Correntes**
DOTAÇÃO INICIAL			74.988.029,00	710.500,00	94.413.642,00
CRÉDITOS	**Suplementares**		9.124.316,00		963.500,00
	Especiais	**Abertos**			
		Reabertos			
	Extraordinários	**Abertos**			
		Reabertos			12.000.000,00
	Créditos Cancelados			(324.739,00)	(13.583.000,00)
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)			84.112.345,00	385.761,00	93.794.142,00
Dotação final 2012(B)			72.793.870,00	427.488,00	78.359.152,00
Variação (A/B-1)*100					

			15,55	(9,76)	19,70
Origem dos Créditos Orçamentários			**Grupos de Despesa Capital**		**9 - Reserva de Contingência**
			4 – Investimentos	**5 – Inversões Financeiras**	**6- Amortização da Dívida**
DOTAÇÃO INICIAL			5.005.672,00	-	1.116.500,00	1.724.745.305,00
CRÉDITOS	**Suplementares**		1.500.000,00			
	Especiais	**Abertos**				
		Reabertos				
	Extraordinários	**Abertos**				
		Reabertos	2.261.371,00			
	Créditos Cancelados		(2.261.371,00)		(648.329,00)	
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			6.505.672,00	-	468.171,00	1.724.745.305,00
Dotação final 2012(B)			10.417.068,00	-	902.000,00	1.016.544.066,00
Variação (A/B-1)*100			(37,55)	-	(48,10)	69,67

4.1.1.1. Análise Crítica

O crescimento da dotação no Grupo Outras Despesas Correntes, em despesas correntes, pela Unidade Orçamentária, de 2012 para 2013, da ordem de 19,70%, indica que a Unidade se encontra em processo contínuo de crescimento e vem demandando uma maior necessidade de crédito para manter sua atuação e honrar seus compromissos. Já com relação ao grupo Investimentos (despesas de capital) ocorreu um decréscimo de 37,55%, cerca de 3,9 milhões de reais, tendo em vista a conclusão da construção da sala cofre, realizada no exercício anterior. Esse investimento acarretou também um incremento nas despesas correntes do Órgão, haja vista a necessidade de manutenção.

As despesas de pessoal e encargos sociais de 2013 apresentam um acréscimo de 15,55% com relação ao exercício de 2012. Isso se deve, principalmente, ao fato do ingresso de novos servidores no Ministério do Meio Ambiente, o preenchimento de cargos e funções comissionados vagos, a concessão de gratificações temporárias, a progressão de servidores e a concessão da Gratificação de Qualificação - GQ, instituída pela Portaria nº 85, de 20 de março de 2013.

Quanto às despesas com juros e encargos da dívida do exercício de 2013, pode-se observar uma continua redução da dotação em relação aos exercícios anteriores, como verifica-se na comparação à LOA 2012. No exercício de 2013, foi realizada a transferência, para a STN, de obrigação sob responsabilidade deste Ministério com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, em conformidade com o Decreto 5.994, de 19 de dezembro de 2006. Trata-se do contrato BIRD 7331-BR, o qual tinha por objeto: "Financiar o projeto de assistência técnica da Agenda de Desenvolvimento Sustentável – Projeto TAL Ambiental". Desta forma, para o exercício de 2013 foram previstos recursos na Lei Orçamentária Anual 2013 na ordem de R$ 1.116.500,00 (um milhão, cento e dezesseis mil e quinhentos reais) para custear o principal da dívida e R$ 710.500,00 (setecentos e dez mil e quinhentos reais) para custear os juros. Em 16 de julho foi realizado cancelamento de dotação para viabilizar a transferência da obrigação à STN no valor de no valor de

R$ 973.068,00 (novecentos e setenta e três mil e sessenta e oito reais), sendo R$648.329,00 (seiscentos e quarenta e oito mil, trezentos e vinte e nove reais) na natureza de despesa 46.90.00 e R$ 324.739,00 (trezentos e vinte e quatro mil, setecentos e trinta e nove reais) na natureza de despesa 32.90.00. Ainda, no exercício de 2013 foi paga a última parcela do contrato BIRD 7331-BR (principal e juros da dívida) no valor de R$ 645.393,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil, trezentos e noventa e três reais).

Também houve execução orçamentária (pagamento de parcelas de juros) do contrato BIRD-7782/BR - Programa Nacional de Meio Ambiente II - FASE II no valor de R$ 18.462,37 (dezoito mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta e sete reais).

Em 23 de janeiro de 2013, por meio de Decreto da Presidenta da República houve a reabertura de crédito extraordinário em favor da UJ nas programações que se referem às ações: 8499 - Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II), 2000 - Administração da Unidade e 14WJ - Implementação de Compromissos da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - RIO + 20. O referido crédito extraordinário teve origem com a publicação da Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos e empresas estatais, para os fins que específica.", entrou em vigor na data de sua publicação e teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de junho do corrente ano, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, conforme consta no Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 34, de 2013.

Em relação ao processo de execução orçamentária propriamente dita, vale registrar que o limite disponibilizado para movimentação e empenho ficou em 85% do valor constante da Lei + Créditos, considerando somente despesas contingenciáveis. Além disso, do limite concedido para a UJ, 96 % foram empenhados.

4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	440002	440031	441011812221242000			73.978,88
Recebidos	440077	440001	441011812221242000			377.143,69
			4410118128204520VY			538.799,44
			4410118541204520VZ			79.939,14
			4410118541205020M8			22.659,10
			4410118541212420W7			3.043.859,00
			4410118541212420W8			240.557,14
	440069	440001	441011812221242000			580.798,50

			44101185412018101V			25.505,00
			4410118541201820LX			365.156,42
			4410118541201820TS			1.128.313,67
			4410118541201820VN			28.600,00
			4410118541201820VO			2.145,00
			44101185412036829 2			49.122,33
			44101185432036828 8			101.782,70
	440040	440001	44101181222124200 0			513.166,28
			4410118127202920VT			50.000,00
			4410118541201820VP			2.045.621,11
			4410118541201820VQ			117.981,56
			4410118541203620M4			149.536,44
			44101185412036830 8			29.196.227,35
			4410118541205020W2			81.271,00
			4410118542204620W0			60.459,61
	440031	440001	44101181222124200 0			305.363,85
			4410118542204520V W			39.039,39
			4410118542204520VX			402.000,00
			44101185422045834 2			198.000,00
			4410118542205020W1			419.145,21
	440079	440001	44101181222124200 0			595.441,67
			4410118541205420W3			238.788,48
			4410118542206720W6			7.372,22
			4410118544202620VR			150.769,44
			4410118544202620VS			273.755,48
			44101185442069869 5			131.258,00

Origem da Movimentação	**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
	Concedente	**Recebedora**		**4 – Investimentos**	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**

Concedidos						
Recebidos						

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	440096	443032	441011854120458499			5.791,50
	440096	443033	441011854120458499			2.461.903,54
Recebidos	440075	440001	4410218122212409HB	257.042,00		
			4410218122212420TP	989.537,52		
			441021812221242000			85.360,00
			441021830621242012			150.000,00
			441021836521242010			1.000,00
			4410218541203620WA			56.000,00
			4410218573203620WB			168.178,78
	440075	440002	441020927200890181	670.932,00		
			4410218122212409HB	1.914.887,00		
			4410218122212420TP	12.621.337,48		
			441021812221242000			1.456.310,12
			441021830121242004			208.200,00
			441021830621242012			436.600,00
			441021833121242011			53.760,00
			441021836521242010			14.400,00
			4410218541203620WA			1.595.461,29
			4410218541203620WC			3.150.818,87
			4410218541203620WD			358.901,84
			4410218573203620WB			762.817,67
	443024	440002	449011812221242000			378.142,74
	447002	440002	449021812221242000			5.000,00
Origem da	**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		

Movimentação	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	440096	193034	441011854120458499	1.500.000,00		
	440096	443032	441011854120458499	15.300,00		
	440096	443033	441011854120458499	202.860,00		
Recebidos						

Fonte: SIAFI Gerencial (grupos: EXEC_DESPESA_3_CGGO, DESTAQUE RECEB CONC) e SIAFI Operacional (Conta 19.221.01.01 - Créditos recebidos (UG 440002), 29.221.01.01 - Créditos concedidos (Ugs 440001 e 440096))

Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	440096	153033	441011854120458499			349.000,00
	440096	193099	441011854120458499			1.882.673,07
	440001	153032	441011854121242B34			1.500.000,00
	440001	154003	441011854121242B34			8.689,05
	440001	154003	441011854121242B34			556.256,16
	440001	240005	441011854121242B34			7.108,10
	440001	240005	441011854121242B34			60.376,88
	440001	253002	441011854121242B34			100.000,00
	440001	253002	4410118542206720W6			100.000,00
	440001	170009	4410118122212420W9			1.500,00
	440001	240090	441011854121247U20			12.000.000,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

4.1.3. Realização da Despesa

4.1.3.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:	**Código UO: 44101**		**UGO: 440002**	
	Despesa Liquidada		**Despesa paga**	
Modalidade de Contratação	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**58.439.771,44**	**29.355.185,53**	**58.433.569,73**	**28.762.638,07**
a) Convite	-	-	-	
b) Tomada de Preços	-	411.947,30	-	411.947,30
c) Concorrência	-	-	-	
d) Pregão	58.439.771,44	28.943.238,23	58.433.569,73	28.350.690,77
e) Concurso	-	-		
f) Consulta	-	-		
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-		
2. Contratações Diretas (h+i)	**20.441.840,30**	**11.120.448,10**	**20.441.840,30**	**11.119.323,69**
h) Dispensa	18.884.257,64	8.878.873,03	18.884.257,64	8.877.748,62
i) Inexigibilidade	1.557.582,66	2.241.575,07	1.557.582,66	2.241.575,07
3. Regime de Execução Especial	**12.002,15**	**2.275,31**	**12.002,15**	**2.275,31**
j) Suprimento de Fundos	12.002,15	2.275,31	12.002,15	2.275,31
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**95.287.507,34**	**85.696.074,13**	**95.283.726,95**	**85.696.074,13**
k) Pagamento em Folha	93.127.539,70	83.328.667,52	93.123.759,31	83.328.667,52
l) Diárias	2.159.967,64	2.367.406,61	2.159.967,64	2.367.406,61
5. Outros	**74.529.002,81**	**70.452.944,79**	**73.024.361,65**	**68.672.983,67**
6. Total (1+2+3+4+5)	**248.710.124,04**	**196.626.927,86**	**247.195.500,78**	**194.253.294,87**

Obs 1): o campo 5 - OUTROS considera o valor da modalidade de contratação" não se aplica" (08) subtraído os valores de diárias e pessoal, tanto para o exercício de 2012 e 2013.

Obs 2) no campo 4 - PESSOAL foram incluídas o grupo de despesa 1, os auxílios e os temporários que são pagos em folhas (339004,339008, 339036, 339046, 339049, 339104)

Obs 3) no campo 4 - DIÁRIAS foram incluídas as despesas de conselheiros (33903646) e exercícios anteriores (33909214).

4.1.3.2 . Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários Valores Executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:	**Código UO: 44101**	**UGO: 440002**
Modalidade de Contratação	**Despesa Liquidada**	**Despesa paga**

	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**54.515.414,92**	**25.071.148,23**	**54.515.414,92**	**24.525.388,77**
a) Convite	-	-	-	
b) Tomada de Preços	-	288.462,08	-	288.462,08
c) Concorrência	-	-	-	
d) Pregão	54.515.414,92	24.782.686,15	54.515.414,92	24.236.926,69
e) Concurso	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	**14.247.069,51**	**10.560.729,40**	**14.247.069,51**	**10.559.604,99**
h) Dispensa	13.197.760,21	8.422.777,92	13.197.760,21	8.421.653,51
i) Inexigibilidade	1.049.309,30	2.137.951,48	1.049.309,30	2.137.951,48
3. Regime de Execução Especial	**3.548,71**	**2.275,31**	**3.548,71**	**2.275,31**
j) Suprimento de Fundos	3.548,71	2.275,31	3.548,71	2.275,31
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**92.905.157,30**	**84.161.474,73**	**92.901.373,91**	**84.161.474,73**
k) Pagamento em Folha	92.205.902,78	83.328.667,52	92.202.119,39	83.328.667,52
l) Diárias	699.254,52	832.807,21	699.254,52	832.807,21
5. Outros	**6.250.231,24**	**9.497.404,77**	**6.250.231,24**	**8.742.479,60**
6. Total (1+2+3+4+5)	**167.921.421,68**	**129.293.032,44**	**167.917.638,29**	**127.991.223,40**

Obs 1): o campo 5 - OUTROS considera o valor da modalidade de contratação" não se aplica" (08) subtraído os valores de diárias e pessoal, tanto para o exercício de 2012 e 2013.

Obs 2) no campo 4 - PESSOAL foram incluídas o grupo de despesa 1, os auxílios e os temporários que são pagos em folhas (339004,339008, 339036, 339046, 339049, 339104)

Obs 3) no campo 4 - DIÁRIAS foram incluídas as despesas de conselheiros (33903646) e exercícios anteriores (33909214).

4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:			**Código UO: 44101**				**UGO: 440002**	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1. Despesas de Pessoal	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
11-Venc e vant fixas p civil	66.259.573,11	56.688.226,60	66.259.573,11	56.688.226,60	-	-	66.259.573,11	56.688.226,60
13-Obrigações Patronais	12.634.490,94	10.846.724,72	12.634.490,94	10.846.724,72	-	-	12.634.490,94	10.846.724,72
01-Aposentadoria	2.915.289,54	2.683.587,63	2.915.289,54	2.683.587,63	-	-	2.915.289,54	2.683.587,63
Demais elementos do grupo	1.390.868,49	13.110.128,57	1.390.868,49	13.110.128,57	-	-	1.387.085,10	13.110.128,57
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-		-	-	-	-
21-Juros sobre a dívida	193.722,86	377.973,63	193.722,86	377.973,63	-	-	193.722,86	377.973,63
22-Outros encargos s. dívida	-	100,35	-	100,35	-	-	-	100,35
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
39-Outros serv de terceiros	99.363.095,34	75.567.868,80	69.429.746,26	32.820.146,66	29.933.349,08	42.747.722,16	69.429.746,26	32.267.642,79
48-outros auxilios financeiros	51.420.000,00	31.550.100,00	51.420.000,00	30.219.000,00	-	1.131.100,00	51.420.000,00	30.219.000,00
41-contribuições	18.975.296,12	18.409.389,04	75.347,27	17.472.196,85	18.899.948,85	937.192,19	75.347,27	17.472.196,85
Demais elementos do grupo	47.786.432,10	54.372.993,55	37.760.131,14	28.488.668,10	10.026.300,96	25.886.325,45	37.694.861,40	27.194.129,47
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
41-Contribuições	71.346.954,93	5.859.617,50	386.817,90	-	70.960.137,03	5.859.617,50	386.817,90	-
52-Equip e mat Permanente	4.946.813,21	14.999.801,58	1.431.304,27	792.472,99	3.515.808,94	14.207.328,59	1.431.304,27	745.684,99
39-Outros serv de terceiros	4.811.294,25	25.366,65	2.168.601,65	25.366,65	2.642.692,60	-	2.168.601,65	25.366,65
Demais elementos do grupo	2.192.560,33	16.076.620,36	2.192.560,33	2.240.974,22	-	13.835.646,14	746.990,20	1.761.171,73
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
77-Principal corrigido	451.670,28	-	451.670,28	-	-	-	451.670,28	
71-Principal da div. P contrato	-	861.360,89		861.360,89	-	-	-	861.360,89
3º elemento de despesa	-	-		-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-		-	-	-	-	-

Obs: Na coluna valores pagos não foram incluidos os pagamentos relativos aos restos a pagar de 2012 e 2013.

4.1.3.4. Despesas POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS Diretamente pela UJ

Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:			**Código UO: 44101**				**UGO: 440002**	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1. Despesas de Pessoal	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
11 - Vencimentos e vantagens	66.259.573,11	56.688.226,60	66.259.573,11	56.688.226,60	-	-	66.259.573,11	56.688.226,60
13 - Obrigações Patronais	12.634.490,94	10.846.724,72	12.634.490,94	10.846.724,72	-	-	12.634.490,94	10.846.724,72
01 - Aposentadorias	2.915.289,54	2.683.587,63	2.915.289,54	2.683.587,63	-	-	2.915.289,54	2.683.587,63
Demais elementos do grupo	1.390.868,49	1.574.060,41	1.390.868,49	1.574.060,41	-	-	1.387.085,10	1.574.060,41
2. Juros e Encargos da Dívida					-	-		
21 - Juros sobre a dívida	193.722,86	377.973,63	193.722,86	377.973,63	-	-	193.722,86	377.973,63
2º elemento de despesa		100,35	-	100,35	-	-	-	100,35
3º elemento de despesa		-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	-	-	
3. Outras Despesas Correntes								
39-Outros serviços de terceiros	65.846.627,68	38.875.157,93	50.632.123,86	23.126.389,57	15.214.503,82	15.748.765,36	50.632.123,86	22.573.865,70
37-Locação de Mão de obra	18.462.767,99	17.250.429,99	16.557.165,04	13.160.780,08	1.905.602,95	4.089.649,91	16.557.165,04	13.160.780,08
04-Contr.tempo determinado	5.687.765,42	7.653.008,29	5.687.765,42	7.653.008,29	-	-	5.687.765,42	7.653.008,29
Demais elementos do grupo	12.518.297,66	90.765.112,47	10.741.257,22	66.902.144,74	1.777.040,44	23.862.967,73	10.741.257,22	65.607.606,11
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
52 - Equip. e Mat. permanente	1.726.633,98	6.740.648,58	427.324,27	239.628,09	1.299.309,71	6.501.024,49	427.324,27	239.628,09
39-Outros serviços de terceiros	1.200.186,25	25.366,65	30.170,65	25.366,65	1.170.015,60	-	30.170,65	25.366,65
51-Obras e Instalações	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras			-		-	-		
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	
6. Amortização da Dívida					-	-		
77 - Principal corrigido	451.670,28	-	451.670,28		-	-	451.670,28	
71 - Principal da dívida	-	861.360,89	-	861.360,89	-	-	-	861.360,89
3º elemento de despesa	-		-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-		-	-	-	-	-	

Obs: Na coluna valores pagos não foram incluidos os pagamentos relativos aos restos a pagar de 2012 e 2013.

4.1.3.5 . Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**2.104.500,11**	**27.275.006,01**	**2.104.500,11**	**24.236.926,69**
a) Convite	-		-	
b) Tomada de Preços	-		-	
c) Concorrência	-		-	
d) Pregão	2.104.500,11	27.275.006,01	2.104.500,11	24.236.926,69
e) Concurso	-		-	
f) Consulta	-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	**59.842,62**	**-**	**59.842,62**	**-**
h) Dispensa	59.842,62		59.842,62	
i) Inexigibilidade	-		-	
3. Regime de Execução Especial	**-**	**-**	**-**	**-**
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**23.022.071,28**	**12.729.905,56**	**23.015.128,58**	**12.729.905,00**
k) Pagamento em Folha	23.022.071,28	12.729.905,56	23.015.128,58	12.729.905,00
l) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	**404.273,43**	**772.664,84**	**404.273,43**	**772.664,84**
6. Total (1+2+3+4+5)	**25.590.687,44**	**40.777.576,41**	**25.583.744,74**	**37.739.496,53**

4.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1 – Despesas de Pessoal	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
11 - Vencimentos e vantagens	12.976.533,96	10.368.777,67	12.976.533,96	10.368.777,67	-		12.976.533,96	10.368.777,67
13 - Obrigações Patronais	2.232.487,49	1.991.005,83	2.232.487,49	1.991.005,83	-		2.225.544,79	1.991.005,83
01 - Aposentadorias	337.606,74	-	337.606,74	-	-		337.606,74	-
Demais elementos do grupo	76.648,24	370.122,06	76.648,24	370.122,06	-		76.648,24	370.122,06
2 – Juros e Encargos da Dívida								
21 - Juros sobre a dívida	-	-	-	-	-		-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-		-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-		-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-		-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
04-Contr.tempo determinado	6.726.200,53	8.482.620,06	6.726.200,53	8.482.620,06			6.726.200,53	8.482.620,06
39-Outros serviços de terceiros	2.183.662,03	29.007.672,23	2.030.686,99	27.145.050,21	152.975,04	1.862.622,02	2.030.686,99	27.145.050,21
46-Auxilio-Alimentação	609.940,16	655.244,53	609.940,16	655.244,53	-		609.940,16	655.244,53
Demais elementos do grupo	619.597,33	529.632,57	600.583,33	520.223,43	19.014,00	9.409,14	600.583,33	520.223,43
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
52 - Equip. e Mat. permanente	-	-	-	-	-	-	-	-
39-Outros serviços de terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-
51-Obras e Instalações	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
77 - Principal corrigido	-	-	-	-	-	-	-	-
71 - Principal da dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

4.1.3.7. Análise crítica da realização da despesa

Sob os aspectos da Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária - CGGO

A execução orçamentária do exercício de 2013 foi embasada na publicação da Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013, a Lei Orçamentária Anual - LOA 2013, e do Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para 2013.

A realização da despesa orçamentária teve uma alteração significativa por meio da publicação da Portaria nº 267, de 30 de julho de 2013, que reduziu os limites de movimentação e empenho e da Portaria MP nº 268, de 30 de julho de 2013, que limitou a despesa empenhada com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens.

Esses últimos instrumentos de contingenciamento da despesa criaram a necessidade de uma readaptação das ações planejadas, tendo em vista o novo corte orçamentário e os tetos instituídos para as despesas de funcionamento. Dessa forma surgiram entraves para a execução dessa Unidade Jurisdicionada, pois o perfil do Órgão demonstrou, por meio de levantamentos da área de orçamento, que cerca de 73% (setenta e três por cento) de sua execução correspondia aos itens/grupos elencados na citada Portaria.

A fim de adequar a execução frente aos limites constantes da Portaria muitas demandas foram suprimidas e realizados os remanejamentos necessários com o objetivo de dar andamento aos projetos prioritários. Dessa forma, a Secretaria Executiva - SECEX, viabilizou a execução das ações que estavam sob sua responsabilidade dentro dos parâmetros colocados pela alta administração do Órgão.

As ações vinculadas aos Programas Temáticos e de Gestão e Manutenção, sob a responsabilidade da Secretaria Executiva - SECEX, tiveram média de execução (despesa empenhada) na ordem de 82% (oitenta e dois por cento), em relação à dotação disponível (Lei + Crédito), nas programações orçamentárias para o exercício de 2013.

No que se refere à despesa com Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios aos Servidores e Empregados e seus Dependentes, que inclui as ações 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões, 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União, 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados e 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, a execução finalizou o exercício com média de execução (empenho e liquidação) na ordem de 99% (noventa e nove por cento). Cabe destacar que para as despesas com Pessoal e Encargos Sociais não existe limitação de empenho, conforme art. 50, inciso I da Lei nº 12.708, de 17 agosto de 2012 - LDO 2013 e para as despesas com Benefícios é disponibilizado limite orçamentário integral.

Quanto às despesas com juros e encargos da dívida referente ao exercício de 2013, a execução ficou na média de 76% (setenta e seis por cento) e cabe destacar a contínua redução da dotação em relação aos exercícios anteriores, como verifica-se na comparação à LOA 2012. Em 2013, foi realizada a transferência, para a STN, de obrigação sob responsabilidade deste Ministério com o

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 5.994, de 19 de dezembro de 2006. Trata-se do contrato BIRD 7331-BR, o qual tinha por objeto: "Financiar o projeto de assistência técnica da Agenda de Desenvolvimento Sustentável – Projeto TAL Ambiental". Desta forma, para o exercício de 2013 foram previstos recursos na Lei Orçamentária Anual 2013 na ordem de R$ 1.116.500,00 (um milhão, cento e dezesseis mil e quinhentos reais) para custear o principal da dívida e R$ 710.500,00 (setecentos e dez mil e quinhentos reais) para custear os juros. Em 16 de julho foi realizado cancelamento de dotação para viabilizar a transferência da obrigação à STN, no valor de R$ 973.068,00 (novecentos e setenta e três mil e sessenta e oito reais), sendo R$ 648.329,00 (seiscentos e quarenta e oito mil, trezentos e vinte e nove reais) no GND 6 - Amortização da Dívida e R$ 324.739,00 (trezentos e vinte e quatro mil, setecentos e trinta e nove reais) no GND 2 - Juros e Encargos da Dívida. Ainda, no exercício de 2013, foi paga a última parcela do contrato BIRD 7331-BR (principal e juros da dívida) no valor de R$ 645.393,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil, trezentos e noventa e três reais).

Também houve execução orçamentária (pagamento de parcelas de juros) do contrato BIRD 7782/BR - Programa Nacional de Meio Ambiente II - FASE II, no valor de R$ 18.462,37 (dezoito mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos).

Ainda, cabe ressaltar que em 23 de janeiro de 2013, por meio de Decreto da Presidenta da República, houve a reabertura de crédito extraordinário em favor da UJ nas programações que se referem às ações: 8499 - Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II), 2000 - Administração da Unidade e 14WJ - Implementação de Compromissos da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - RIO + 20. O referido crédito extraordinário teve origem com a publicação da Medida Provisória nº 598, de 27 de dezembro de 2012, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos e empresas estatais, para os fins que específica.", entrou em vigor na data de sua publicação e teve seu prazo de vigência encerrado no dia 3 de junho do corrente ano, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, conforme consta no Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 34, de 2013, não tendo acontecido a execução.

Sob os aspectos da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – CGGP

Com relação à Despesa com Pessoal/Pagamento em Folha, verifica-se que 100% da despesa empenhada no ano de 2012 foi liquidada.

As ações orçamentárias relacionadas à Pessoal apresentaram uma liquidação à maior na ordem de R$ 11.590.814,64 (onze milhões, quinhentos e noventa mil, oitocentos e quatorze reais e sessenta e quatro centavos), ou seja, um crescimento de 16,51% (dezesseis vírgula cinqüenta e um por cento) em relação ao exercício anterior.

Esse crescimento justifica-se, em sua maior parte, em face da implantação da Gratificação de Qualificação – GQ aos servidores efetivos, progressões funcionais e ingressos de 75 novos servidores, sendo que desse total 59 foram nomeados para o cargo de analista ambiental e 16 para o cargo de agente administrativo.

Por fim, cabe destacar que às despesas com pessoal e encargos sociais não sofrem impacto do contingenciamento, uma vez que constituem obrigações constitucionais e legais da União.

No exercício do ano de 2013 a Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento DICAD/CGGP, com base na Política de Capacitação e Desenvolvimento para seus servidores, ampliou o atendimento ao Programa de Incentivos (Língua Estrangeira, Graduação e Pós Graduação) com o objetivo de atender aos servidores já inscritos no programa e novas demandas. Segundo a legislação interna que rege estes programas novas solicitações para ingressos devem ser protocoladas na DICAD nos meses de fevereiro e julho, deste modo, no mês de julho após novos ingressos no programa foi necessário fazer uma readequação orçamentária para atender a todas as demandas do programa até o fim do exercício.

Neste exercício foi implementada a Gratificação de Qualificação para os servidores efetivos do Ministério do Meio Ambiente fator que aumentou a demanda dos servidores por capacitação.

Até o mês de junho foi possível atender todas as demandas de participação em cursos de turma aberta que foram encaminhadas à DICAD/CGGP e que cumpriam os requisitos legais. Porém a partir de 30/07/13 em virtude das restrições orçamentárias que afetaram o Ministério do Meio Ambiente, conforme Decreto nº 8.062, de 29/07/13 e Portaria nº 267, não foi possível autorizar capacitações fora de Brasília e a oferta de turmas abertas diminuiu consideravelmente.

A DICAD/CGGP realizou 19 turmas de cursos fechadas para os servidores deste Ministério. Nos meses de junho a agosto, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração solicitou que diminuíssemos o número de contratações de turmas fechadas em quanto não era feita a readequação orçamentária na casa para atender as necessidades de restrições orçamentárias fez com que as ações do Plano Anual de Capacitações tivesse um pequeno atraso e, considerando que no mês de dezembro é inviável realizar capacitação nossas ações foram prejudicadas. Todos os cursos realizados foram avaliados pelos servidores e resultaram em pontuação de bom para ótimo.

Sendo assim, destacamos que o processo de contingenciamento como uma ação que afeta diretamente as ações de capacitação.

Sob os aspectos da Coordenação Geral de Gestão Administrativa – CGGA

O Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2012, realizou 30 (trinta) Pregões Eletrônicos, totalizando R$ 9.945.500,34. Já em 2013, foram realizados 23 (vinte e três) Pregões Eletrônicos, no valor total de R$ 29.914.728,83. Constata-se nesse particular, que a diferença de R$ 19.969.228,49 a mais observada nos Pregões relativos ao exercício de 2013 não se trata de aumento de despesa, excesso de consumo ou falta de planejamento propriamente dito, pois é proveniente de novas demandas relacionadas às Políticas Públicas e aos serviços essenciais para o atendimento das metas e objetivos definidos por este Ministério. Citamos, por exemplo, os contratos do Projeto Bolsa verde (R$ 3.687.000,00) e dos Serviços de Eventos (R$ 13.577.479,00) realizados em 2013.

No que tange à contratação direta, para o exercício de 2012, foram feitas 60 dispensas e 39 inexigibilidades, totalizando R$ 12.111.008,23. Em 2013, foram realizadas 34 dispensas e 05 inexigibilidades, o que gerou o montante de R$ 11.584.939,33. Nesse sentido, observa-se que as despesas são condizentes, apesar do menor número de contrações diretas realizadas em 2013. O fato é que, em 2013, três contratos vultosos e de extrema importância para o Ministério, quando

somados, apresentam o equivalem a mais de 75% do valor total dessas contratações relativas ao exercício. Citamos: Contratação de remanescente de Licitação nos termos do art. 24, inciso XI da Lei 8.666/93 (Serviços de Secretariado – R$ 3.960.413,97), locação de imóvel (R$ 5.551.200,80) e contratação da Caixa Econômica Federal (PROBIO II – R$ 1.479.970,40). Sem esses contratos, as despesas dessa natureza seriam bem menores do que as realizadas em 2012.

O Ministério, ainda, aderiu a 04 (quatro) Atas de Registro de Preços em 2013, no valor de R$ 7.499.866,39. Em 2012, o MMA havia realizado duas licitações na modalidade concorrência, não tendo acontecido nenhuma nessa modalidade de licitação em 2013.

Sob os aspectos da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI

Não ocorreram alterações significativas no exercício, como também não houve contingenciamento.

Quanto aos eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária, ressalta-se a ausência de um mecanismo de rateio das despesas em TI que beneficiam a todas as unidades do MMA. Por exemplo, um Sistema de RH deve ter seus custos rateados pelas Secretarias na medida da quantidade de servidores em exercício em cada uma.

O valor de restos a pagar em 2014, de R$ 3.041.536,00, deve-se a despesas que não foram pagas relativas a obras de execução de Sala Cofre para abrigar o Data Center do MMA. No momento, antes do pagamento, apura-se o valor de multa a ser aplicado a empresa por atrasos na obra.

4.2. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro A.4.2 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Obs.: Não se aplica.

4.2.1. Análise Crítica

Obs.: Não se aplica.

4.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2013**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2013**
2012	1.301.809,04	898.453,50	0,00	403.355,54
2011	1.456,38	0,00	0,00	1.456,38
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2013**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2013**
2012	29.442.597,63	14.746.446,08	7.539.295,28	7.156.856,27
2011	3.628.595,10	4.131,99	3.624.463,11	0,00

...				

4.3.1. Análise Crítica

Obs.: Não há informações a declarar.

4.4. Transferências de Recursos

4.4.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE									
CNPJ: 37.115.375/0002-98			**UG/GESTÃO: 440001/00001**						
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No Exercício**	**Acumulado até o Exercício**	**Início**	**Fim**	
3	674975	ANVISA	200.000,00	-	200.000,00	-	16/4/2013	16/10/2013	1
3	675014	COORD.-GERAL DE ORÇAM. E FINANCAS	12.000.000,00	-	12.000.000,00	-	9/7/2013	9/7/2014	1
3	675970	COORD.-GERAL DE ORÇAM. E FINANCAS	60.376,88	-	60.376,88	-	3/10/2013	3/3/2014	1
3	676126	UNIV. FEDERAL DE LAVRAS	27.300.000,00	-	27.300.000,00	-	16/9/2013	31/12/2014	1
3	676536	COORD.-GERAL DE ORÇAM. E FINANCAS	7.108,10	-	7.108,10	-	8/11/2013	7/5/2014	1
3	676717	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	564.945,21	-	564.945,21	-	1/11/2013	31/12/2014	1
3	677294	ESCOLA DE ADMIN. FAZENDARIA	36.000,00	-	36.000,00	-	1/9/2013	30/9/2015	1

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

4.4.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**					
CNPJ:	**37.115.375/0002-98**					
UG/GESTÃO:	**440001/00001**					
Modalidade	**Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício**			**Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)**		
	2013	**2012**	**2011**	**2013**	**2012**	**2011**
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	7	1	0	40.168.430,19	1.024.556,47	-
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
Totais	7	1	0	40.168.430,19	1.024.556,47	-

Fonte: SIAFI

4.4.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE					
CNPJ: 37.115.375/0002-98	**UG/GESTÃO: 440001/00001**				
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montante Repassados**		**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	**Termo de Cooperação**	**Contratos de Repasse**
2013	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	0	7	0
		Montante Repassado	-	40.168.430,19	-
2012	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	0	1	0
		Montante Repassado	-	1.024.556,47	-
2011	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	**Contas NÃO Prestadas**	**Quantidade**	0	1	0
		Montante Repassado	-	1.000.000,00	-
Fonte: SIAFI					

4.4.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.4 – Visão Geral das Análises das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.....Posição 31/12 em R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE						
CNPJ: CNPJ: 37.115.375/0002-98			**UG/GESTÃO: 440001/00001**			
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montantes Repassados**				**Instrumentos**	
					Convênios	**Contratos de Repasse**
2013	Quantidade de Contas Prestadas				8	**0**
	Com Prazo de Análise ainda **não Vencido**	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0	**0**
			Quantidade Reprovada		0	**0**
			Quantidade de TCE		0	**0**
			Montante Repassado (R$)		0	**0**
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	**0**
			Montante Repassado (R$)		0	**0**
	Com Prazo de Análise V**encido**	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0	**0**
			Quantidade Reprovada		0	**0**
			Quantidade de TCE		8	**0**
			Montante Repassado (R$)		0	**0**
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	**0**
			Montante Repassado (R$)		-	**-**
2012	Quantidade de contas prestadas				13	**0**
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			1	**0**
		Quantidade Reprovada			0	**0**
		Quantidade de TCE			12	**0**
		Montante repassado			0	**0**
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			0	**0**
		Montante repassado (R$)			-	**-**
2011	Quantidade de Contas Prestadas				16	**0**
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			3	**0**
		Quantidade Reprovada			0	**0**
		Quantidade de TCE			13	**0**
		Montante Repassado			0	**0**
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			0	**-**
		Montante Repassado				
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			-	**0**
		Montante Repassado			0	**-**
Fonte: SIAFI						

4.4.5. Análise Crítica

Por força do disposto nos artigos 1º, 2º e 3º da Portaria nº 292, de 23 de maio de 2007, foi determinada a transferência das gestões dos convênios e outros ajustes às unidades do Ministério do Meio Ambiente constituídas pelo Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007. Cabe ressaltar que não houve instrumentos celebrados e Termos Aditivos no exercício de 2013 e que as atribuições desta Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA se restringem à pratica de atos

de gestão orçamentária e financeira dos recursos executados nesta UJ.

4.5. Suprimento de Fundos

4.5.1. Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				
			Saque		Fatura		Total (R$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			5	2.204,01	4	1.179,80	3.383,81
2012			1	1.000,00	5	1.445,19	2.445,19
2011			1	45,00	4	1.678,19	1.723,19

4.5.2. Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo "B")

Obs.: Não há informações a declarar.

4.5.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R$ 1,00

Código da UG 1	440001		Limite de Utilização da UG	R$ 80.000,00		
Portador		CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
				Saque	Fatura	
ELTON DE SOUZA ARAGAO		70631352104	8.000,00	685,00	407,60	1.092,60
JAIME HELENO CORREA DE LISBOA		80255914172	8.000,00	700,00	0,00	700,00
CLAUDIA SOARES LOPES		95949860187	8.000,00	819,01	772,20	1.591,21
Total Utilizado pela UG				2.204,01	1.179,80	3.383,81
Código da UG 2			Limite de Utilização da UG			
Total Utilizado pela UG				-	-	-
Total Utilizado pela UJ				2.204,01	1.179,80	3.383,81

Fonte:

4.5.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.4.5.4 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundo (Conta Tipo "B" e CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							4	2.043,80	3	1.430,84	2	986,62

Fonte:

4.5.5. Análise Crítica

No âmbito da SECEX, todos os suprimentos concedidos foram por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) para atender despesas na aquisição de materiais e contratação de serviços, de acordo com a Portaria MF nº 95/2002. As prestações de contas foram apresentadas dentro dos prazos, sendo que nenhuma delas foi reprovada.

4.6. Renúncias sob a Gestão da UJ

Obs.: Não se aplica

4.7. Gestão de Precatórios

4.7.1. Requisições e Precatórios da Administração Direta

Quadro A.4.7.1 – Requisições e Precatórios – Administração Direta

Obs.: Não há informações a declarar.

4.7.2. Requisições e Precatórios da Administração Indireta

Quadro A.4.7.2 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta

Obs.: Não se aplica.

4.7.3. Análise Crítica

Obs.: Não há informações a declarar.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1. Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1. Lotação

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não Há	346	34	24
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não Há	1	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não Há	345	34	24
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não Há	284	15	11
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não Há	27	10	6

1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não Há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não Há	34	9	7
2. Servidores com Contratos Temporários	Não Há	13	-	6
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não Há	30	5	6
3. Total de Servidores (1+2+3)	Não Há	**389**	**39**	**36**

Fonte: DataWare House - SIAPENET

Esclarecimentos:

Item 1.2.1 : Somatório dos Ativos e cedidos (inclusive os que ocuparem cargo em comissão ou função)

Item 1.2.2: Somatório somente da Situação Exercício Descentralizado (inclusive os que ocuparem cargo em comissão)

Item 1.2.4: Somatório da situação requisitado e requisitado de outros órgão (inclusive os que ocuparem cargo em comissão)

5.1.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**27**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	10
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (Lei Complementar nº 73/93, Lei nº 9.020/95, Lei nº 9.007/95, Lei nº 11.356/06, Lotação Provisória)	15
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	2
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução *Stricto Sensu* no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De oficio, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	2
4.1. Doença em pessoa da família	2
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	6
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	3
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	3

5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	37

Fonte: DataWare House - SIAPENET

5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1. Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1– Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	**-**	**98**	**14**	**6**
1.1. Cargos Natureza Especial	-	1	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	97	14	6
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	30	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	9	2	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	28	7	2
1.2.4. Sem vínculo	-	30	5	4
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	**-**	**5**	**-**	**-**
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	5	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	**-**	**103**	**14**	**6**

Fonte: DataWare House - SIAPENET

5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	**87**	**107**	**50**	**34**	**8**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	1	-

1.2. Servidores de Carreira	85	100	49	32	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários	2	7	1	1	2
2. Provimento de cargo em comissão	**9**	**26**	**26**	**33**	**9**
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	1	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	8	25	25	30	9
2.3. Funções gratificadas	1	1	1	2	-
3. Totais (1+2)	**96**	**133**	**76**	**67**	**17**

Fonte: DataWare House - SIAPENET

Esclarecimentos:
Nos Itens 2. estão contabilizadas todas as situações em que o servidor ocupe cargo em comissão

5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	**-**	**2**	**-**	**3**	**62**	**219**			
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	**1**			
1.2. Servidores de Carreira	-	2	-	3	62	205			
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	13			
2. Provimento de cargo em comissão	**-**	**-**	**-**	**-**	**19**	**84**			
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	**1**			
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	18	79			
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	1	4			
3. Totais (1+2)	**-**	**2**	**-**	**3**	**81**	**303**	-	-	-

LEGENDA - - - - - - - - -

Nível de Escolaridade -

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: DataWare House - SIAPENET

Esclarecimentos:

Nos Itens 2. estão contabilizadas todas as situações em que o servidor ocupe cargo em comissão

5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	**2013**	-	320.677,56	26.723,13	12.472,92	-	-	-	-	-	359.873,61
	2012	-	320.677,56	26.723,13	-	-	-	-	-	-	347.400,69
	2011	-	304.702,86	26.723,13	8.907,71	-	-	-	-	-	340.333,70
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	**2013**	8.188.202,28	57.238,32	1.289.876,57	658.405,76	1.151.455,03	401.734,76	6.919.609,45			18.666.522,17
	2012	7.449.493,79	26.744,85	1.148.621,34	-	-	-	-	-	-	8.624.859,98
	2011	6.021.936,39	56.213,17	954.828,24	288.733,37	765.542,92	253.153,84	4.277.150,00	-	1.706,72	12.619.264,65
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	**2013**	-	1.233.723,33	100.896,67	32.096,61	15.725,00	2.824,95	37.787,73	-	-	1.423.054,29
	2012	-	1.892.448,33	152.477,50	-	-	-	-	-	-	2.044.925,83
	2011	-	2.471.421,33	208.763,34	62.096,55	105.201,28	4.752,00	110.229,59	-	-	2.962.464,09
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	**2013**	1.293.373,33	-	225.260,26	94.645,93	111.990,02	43.180,92	857.483,64	-	-	2.625.934,10
	2012	866.440,95	-	126.386,88	-	-	-	-	-	-	992.827,83
	2011		573,94						-		

		793.520,01		115.966,91	33.553,04	63.640,37	44.889,12	475.736,06		1.252,03	1.529.131,48
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	**2013**	-	96.274,14	7.388,77	2.462,92	-	98,80	-	4.562,50	-	110.787,13
	2012	-	86.466,12	8.244,68	-	-	-	-	-	-	94.710,80
	2011	-	81.055,16	7.811,78	2.286,37	-	-	11.431,88	-	-	102.585,19
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	**2013**	1.608.266,87	4.249.044,76	629.907,07	247.570,62	289.045,43	127.162,37	1.639.730,08		-	8.790.727,20
	2012	1.280.761,08	4.254.350,69	567.896,67	-	-	-	-	-	-	6.103.008,44
	2011	1.376.613,83	4.329.827,60	560.878,33	180.244,10	252.795,38	118.199,71	1.205.760,31	-	3.118,00	8.027.437,26
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	**2013**	147.801,51	25.253,17	24.620,07	18.191,29	27.541,91	13.752,82	106.969,84		-	364.130,61
	2012	144.058,37	24.842,55	23.437,42	-	-	-	-	-		192.338,34
	2011	188.940,44	28.514,69	27.245,31	11.502,44	22.633,32	7.333,00	95.138,36	-		381.307,56

Fonte: DataWare House - SIAPENet

5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	13	
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	2	1
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	10	
2.2 Compulsória	1	
2.3 Invalidez Permanente	7	2
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	**33**	**3**

Fonte: Sistema SIAPE - Jan/2014

5.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral	2	2
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade	10	
3. Total (1+2)	**12**	**2**

Fonte: Sistema SIAPE - Jan/2014

5.1.5. Cadastramento no Sisac

5.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU	Quantidade de atos cadastrados no SISAC

	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	15	72	17*	81**
Concessão de aposentadoria	3	5	3	20
Concessão de pensão civil	2	0	2	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório		2		3
Totais	**20**	**79**	**22**	**106**

* 1 ato de 2011 e 1 ato de 2012 cadastrados em 2013
** 9 atos de 2011 cadastrados em 2012

5.1.5.2. Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	24	13	25*	15**
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento	1	1	1	1
Totais	**25**	**14**	**26**	**16**

* 1 ato de 2012 cadastrado em 2013
** 2 atos de 2011 cadastrados em 2012

5.1.5.3. Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	**74**	**1**	**0**	**0**
Concessão de aposentadoria		2	1	
Concessão de pensão civil		2		
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	**74**	**5**	**1**	**0**

Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	**76**	**0**	**0**	**0**
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento	**1**			
Total	**77**	**0**	**0**	**0**

5.1.5.4. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias				
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais				

5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Para detectar possível acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) dispõe de formulário próprio que deve ser preenchido no ato da posse do candidato. Além disso, foi divulgada a obrigatoriedade do preenchimento do formulário de "Declaração de Acumulação ou Não Acumulação de Cargos / Funções / Aposentadoria / Pensão", a todos os servidores do MMA, inclusive os nomeados, que deverão efetuar a entrega à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP).
A partir dessa comunicação, a CGGP continuou exigindo de todos os servidores que ingressaram no quadro de pessoal o preenchimento do formulário "Declaração de Acumulação ou Não Acumulação de Cargos / Empregos/ Funções / Aposentadoria / Pensão".

5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Foi identificado no exercício de 2013 acumulação ilícita de cargo referente a servidor temporário. Tão logo o Ministério do Meio Ambiente tomou conhecimento dessa irregularidade, foi dado o direito de opção ao servidor, que optou pela rescisão do contrato com o Ministério, conforme Portaria nº 35, de 04 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 05 seguinte, Seção 2 (http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/04/2013&jornal=2&pagina=55&totalArquivos=68), tendo em vista que, no ato da assinatura do contrato, o servidor declarou não acumular cargo público.

5.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Absenteísmo; Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais:

O Ministério do Meio Ambiente, por intermédio de sua Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), assinou Acordo de Cooperação Técnica com a FUNASA, criando a Unidade Executora do SIASS/FUNASA, previsto no Artigo 7º do Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009.

Essa Unidade, a partir de dados lançados no Sistema SIAPE e do encaminhamento de servidores a perícias médicas, executa ações e atividades de prevenção aos agravos e promoção da saúde dos servidores, com vistas a garantir a implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal.

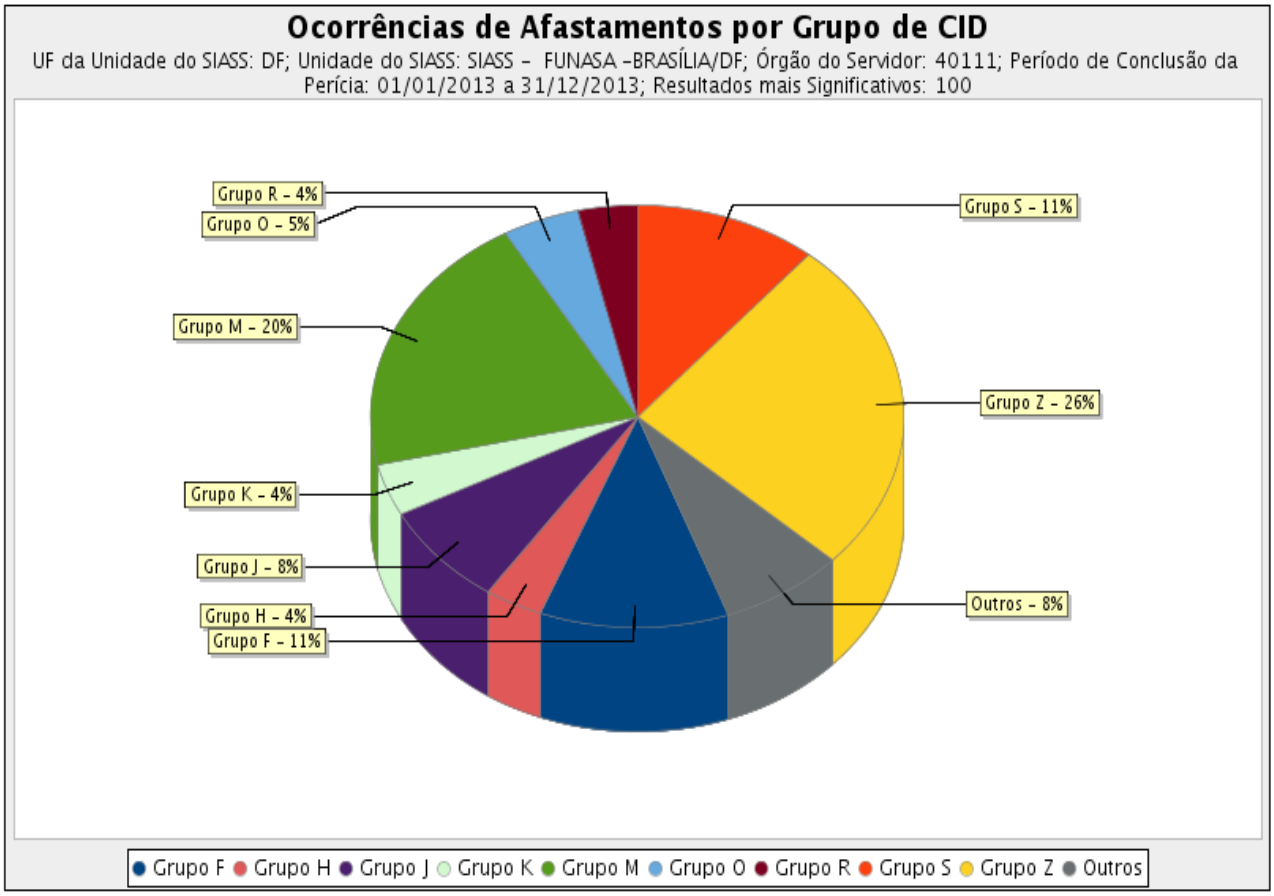
Sob a Supervisão do Ministério do Planejamento, do desenvolvimento da CGGP/MMA e do acompanhamento da Unidade SIASS/FUNASA, já estão em pleno funcionamento as ações e, conforme pode ser observado abaixo, já existem indicadores confiáveis para os tópicos de absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

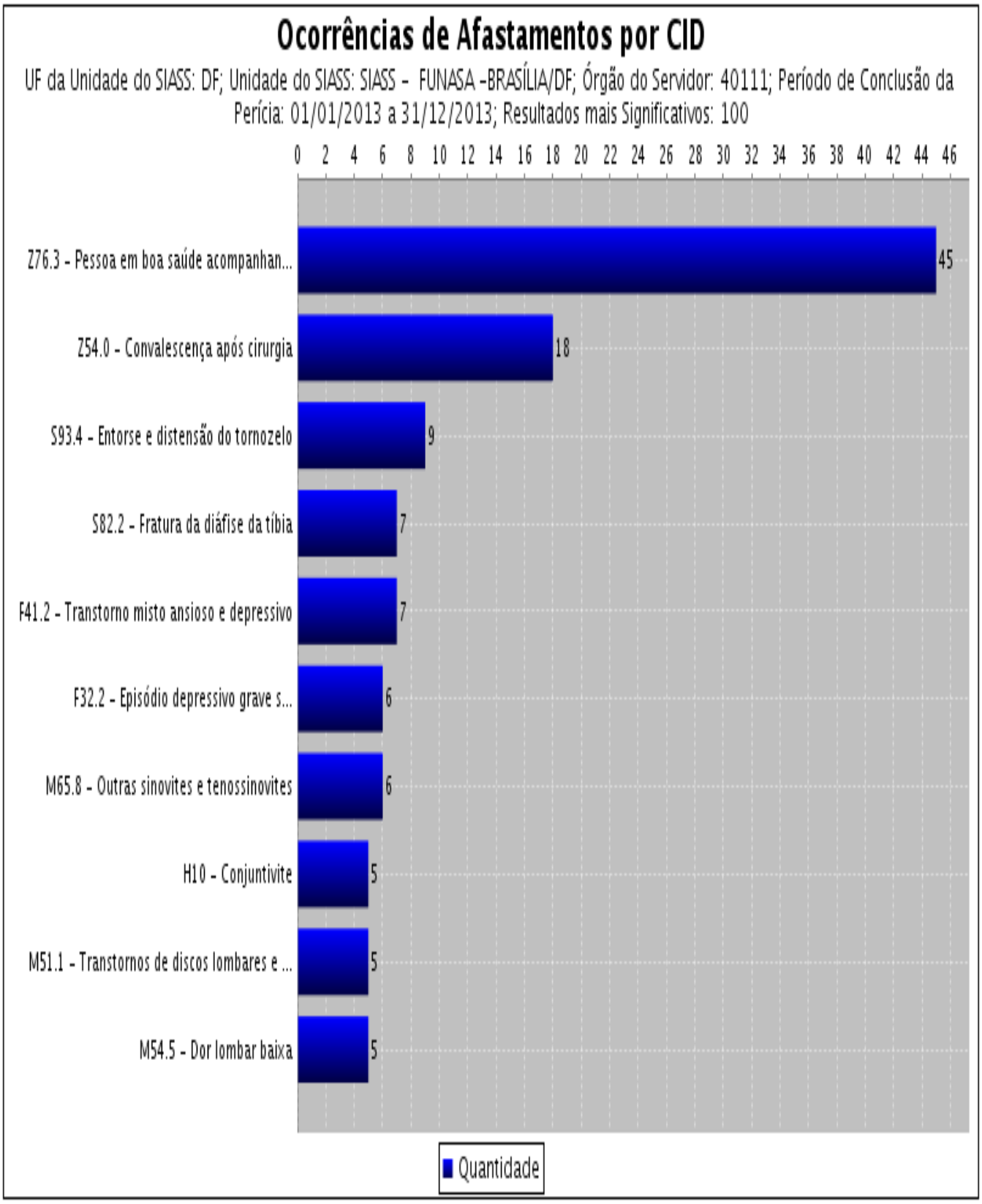
O objetivo é ter indicadores de toda a Administração Pública Federal coletados a partir de Unidades Executoras do SIASS, criadas por Acordos de Cooperação em todo o território nacional.

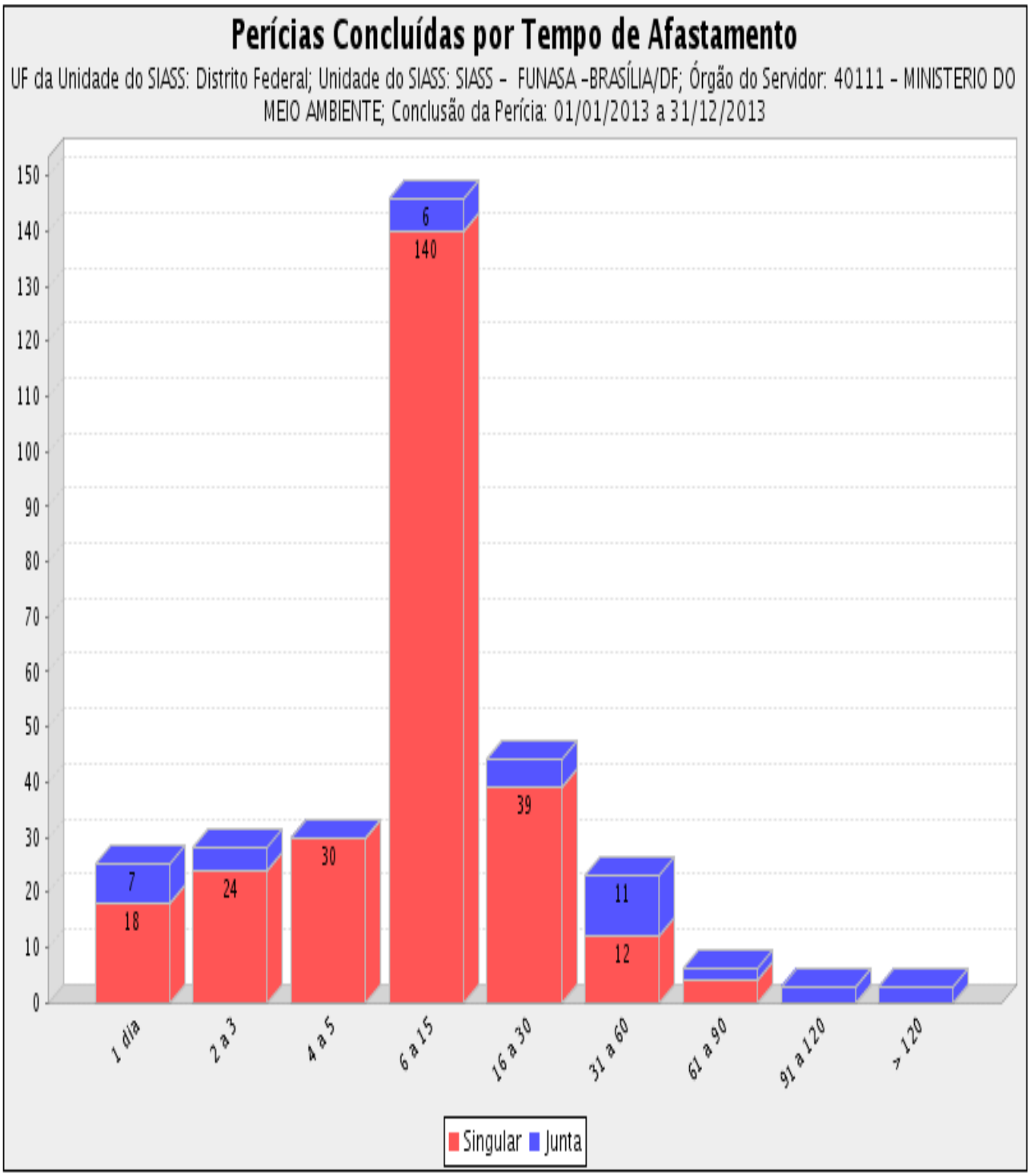
Conforme declarado no Relatório de Gestão elaborado no exercício de 2012, a licitação de Empresas que realizem os Exames Médicos Periódicos já foi finalizada e, desde dezembro/13, os servidores estão se submetendo a tais exames.

Ao final dessa Ação, será realizada nova coleta de indicadores no âmbito do MMA e, certamente, serão observadas melhorias no que diz respeito à diminuição do número de afastamento.

Abaixo, são apresentados gráficos que comparam os dados do exercício de 2013:




Ocorrências de Afastamentos por CID
UF da Unidade do SIASS: DF; Unidade do SIASS: SIASS - FUNASA -BRASÍLIA/DF; Órgão do Servidor: 40111; Período de Conclusão da Perícia: 01/01/2013 a 31/12/2013; Resultados mais Significativos: 100
0 2 4 6 8 10 12 14 16 18 20 22 24 26 28 30 32 34 36 38 40 42 44 46
Z76.3 - Pessoa em boa saúde acompanhan...
45
Z54.0 - Convalescença após cirurgia
18
S93.4 - Entorse e distensão do tornozelo
9
S82.2 - Fratura da diáfise da tíbia
7
F41.2 - Transtorno misto ansioso e depressivo
7
F32.2 - Episódio depressivo grave s...
6
M65.8 - Outras sinovites e tenossinovites
6
H10 - Conjuntivite
5
M51.1 - Transtornos de discos lombares e ...
5
M54.5 - Dor lombar baixa
5
Quantidade


Perícias Concluídas por Tempo de Afastamento
UF da Unidade do SIASS: Distrito Federal; Unidade do SIASS: SIASS - FUNASA -BRASÍLIA/DF; Órgão do Servidor: 40111 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE; Conclusão da Perícia: 01/01/2013 a 31/12/2013
150
140
130
120
110
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
7
18
24
30
6
140
39
11
12
1 dia
2 a 3
4 a 5
6 a 15
16 a 30
31 a 60
61 a 90
91 a 120
> 120
Singular
Junta

5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
O Ministério do Meio Ambiente – MMA, em sua Administração Direta, cumpriu de forma transparente e regular o que foi acordado no Termo de Conciliação Judicial, firmado em 05 de novembro de 2007, entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Advocacia Geral da União e o Ministério Público do Trabalho. Em 17/08/2009, foram extintos 262 (duzentos e sessenta e dois) postos de trabalho terceirizados que se encontravam em situação irregular. A nomeação dos 248 (duzentos e quarenta e oito) candidatos aprovados no concurso público de Agente Administrativo, autorizado para substituir a mão de obra terceirizada, foi efetivada por meio das Portarias nºs 53/SECEX/MMA, de 30 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 31 seguinte, e 31/SECEX/MMA, de 19 de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 22 seguinte. Atualmente o MMA mantém contratos de prestação de serviços apenas para atividades passíveis de terceirização, conforme previsto no Decreto nº 2.271/97.					

Fonte: Site da Imprensa Nacional

5.2.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
MMA e SFB	425	06/10/2011	20
MMA e SFB	499	18/11/2011	21
MMA e SFB	99	20/03/2012	13
MMA e SFB	514	24/10/2012	23
MMA e SFB	180	20/05/2013	12

Fonte: Site da Imprensa Nacional

5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome:Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração														
UG/Gestão: 440001/0001				**CNPJ:** 37.115.375/0002-98										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**CNPJ da Empresa Contratada**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2012	V	O	31/2011	03.601.036/0001-19	01/01/2012	29/12/2017			86	86			P

Observações:

IPANEMA SEGURANÇA LTDA

Trata-se de contrato continuado de acordo com o art. 57 inciso II da lei 8.666/93.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Unidade Contratante									
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração									
UG/Gestão: 440001/0001				**CNPJ:** 37.115.375/0002-98					
Informações sobre os contratos									
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**CNPJ da Empresa Contratada**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**	**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**			**Sit.**
						F	**M**	**S**	

					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	05/2011	00.032.227/0001-19	31/03/2011	26/03/2016	55	55					P

Observações:

SANTA HELENA URBANIZAÇÃO E OBRAS LTDA

Trata-se de contrato continuado de acordo com o art. 57 inciso II da lei 8.666/93.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração													
UG/Gestão: 440001/0001				**CNPJ:** 37.115.375/0002-98									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**CNPJ da Empresa Contratada**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2012	12	O	29/2012	24.784.167/0002-30	01/10/2012	30/09/2013	12	12					P

Observações:

ALMEIDA FRANÇA ENGENHARIA

Trata-se de contrato continuado de acordo com o art. 57 inciso II da lei 8.666/93.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Fonte:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante	
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	
UG/Gestão: 440001/0001	**CNPJ:** 37.115.375/0002-98

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	14/2010	72.620.735/0001-29	01/12/2010	26/11/2015	15	11	90	55			P

Observações:

ÁGIL SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA

Trata-se de contrato continuado de acordo com o art. 57 inciso II da lei 8.666/93.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Fonte:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante	
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	
UG/Gestão: 440001/0001	**CNPJ:** 37.115.375/0002-98

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	10/2010	00.087.163.0001-53	14/09/2010	09/09/2015	52	46					P

Observações:

APECÊ – SERVIÇOS GERAIS LTDA

Trata-se de contrato continuado de acordo com o art. 57 inciso II da lei 8.666/93.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Fonte:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante	
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	
UG/Gestão: 440001/0001	**CNPJ:** 37.115.375/0002-98

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	3	O	02/2012	58.069.360/0001-20	25/01/2012	23/01/2017					14	14	P

Observações:

STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S/A

Trata-se de contrato continuado de acordo com o art. 57 inciso II da lei 8.666/93.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Fonte:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante	
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	
UG/Gestão: 440001/0001	**CNPJ:** 37.115.375/0002-98

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	10	O	19/2010	37.148.798/0001-23	30/12/2010	25/12/2015			20	20			P

Observações:

DF EXTINTORES, CURSOS, SISTEMAS CONTRA INCÊNDIO E INFORMÁTICA LTDA-ME

Trata-se de contrato continuado de acordo com o art. 57 inciso II da lei 8.666/93.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Fonte:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante	
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	
UG/Gestão: 440001/0001	**CNPJ:** 37.115.375/0002-98

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	09/2012	00.482.840/0001-38	10/02/2012	09/02/2017					18	18	P

Observações:

LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA

Trata-se de contrato continuado de acordo com o art. 57 inciso II da lei 8.666/93.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Fonte:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante	
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	
UG/Gestão: 440001/0001	**CNPJ:** 37.115.375/0002-98

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	9	O	27/2012	04.768.702/0001-70	12/09/2012	10/09/2017	23	23					P

Observações:

ENGEMIL ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA

Trata-se de contrato continuado de acordo com o art. 57 inciso II da lei 8.666/93.

LEGENDA

Área:
1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Fonte:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante

Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

UG/Gestão: 440001/0001 | **CNPJ:** 37.115.375/0002-98

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	2	O	25/2008	08.466.488/0001-59	09/01/2009	31/12/2013	12	12					P

Observações:

GVP AUTO LOCADORA & SERVIÇOS LTDA

Trata-se de contrato continuado de acordo com o art. 57 inciso II da lei 8.666/93.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Fonte:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante	
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	
UG/Gestão: 440001/0001	**CNPJ:** 37.115.375/0002-98

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	07/2013	04.268.943/0001-50	01/03/2013	31/12/2016			80	73	10	5	P

Observações:

ELITE SERVIÇOS LTDA

Trata-se de contrato continuado de acordo com o art. 57 inciso II da lei 8.666/93.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Fonte:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante	
Nome: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	
UG/Gestão: 440001/0001	**CNPJ:** 37.115.375/0002-98

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	2	O	24/2008	02.605.452/0001-22	09/01/2009	31/12/2013	7	7					P

Observações:

VIP SERVICE CLUB LOCADORA LTDA

Trata-se de contrato continuado de acordo com o art. 57 inciso II da lei 8.666/93.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móvies
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Fonte:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

5.2.5. Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Obs.: Não há informações a declarar.

5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários 2013

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R$ 1,00)
1. Nível superior	**230**	**246**	**216**	**246**	**594.466,52**
1.1 Área Fim	155	161	150	166	401.144,07
1.2 Área Meio	75	85	66	80	193.322,45
2. Nível Médio	**50**	**58**	**60**	**56**	**85.639,47**
2.1 Área Fim	30	33	32	30	45.878,29
2.2 Área Meio	20	25	26	26	39.761,18
3. Total (1+2)	**280**	**304**	**276**	**302**	**680.105,99**

Fontes: Extrator SIAPE e Divisão de Capacitação e Treinamento e Desenvolvimento - DICAD /CGGP/SPOA/SECEX

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

O presente relatório têm por objetivo oferecer uma visão geral das atividades desenvolvidas pela Setor de Transportes (SETRAN), no que se refere às despesas com combustível, peças e serviços, DPVAT e licenciamento, vistorias e transferências, telefonia e uniformes, assim como os contratos vinculados a esse setor, no ano de 2013.

Atribuições da Área

A característica do Setor de Transporte consiste em coordenar as ações de transporte de funcionário e pequenas cargas no distrito federal e entorno.

Atualmente o Ministério do Meio Ambiente possui uma frota composta por, 05 (cinco) veículos oficiais e mais 19 (dezenove) veículos terceirizados, sendo 12 (doze) veículos comuns e 7 (sete) veículos executivos.

Informa-se que os Contratos nºs 24 e 25/2008, firmados com a empresa VIP SERVICE CLUB LOCADORA LTDA e com a empresa GVP AUTOLOCADORA & SERVIÇOS LTDA, respectivamente, foram prorrogados em virtude da prorrogação contratual em caráter excepcional, pelo período de 06 (seis) meses, ou até que o processo licitatório n° 02000.002855/2013-23 seja concluído.

Foi renovado o contrato nº 14/2013 firmado com a empresa ZETEC MANUTEÇAO DE VEÍCULOS E MOTORES LTDA e finalizado o contrato de nº 32/2012, firmado com a empresa PETROIL COMBUSTÍVEIS LTDA. Foi Firmado o contrato de nº 01/2014 com a empresa BRASAL COMBUSTÍSVEIS LTDA.

Composição do Setor

O Setor de Transporte é composto de servidores e prestadores de serviços terceirizados, totalizando em 27 (vinte e sete) integrantes da seguinte forma:

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
ATIVO PERMANENTE	07
TERCEIRIZADOS	20
TOTAL	**27**

Quilometragem

No período de janeiro a dezembro de 2013, os veículos comuns rodaram cerca de 251.441 Km, enquanto que os veículos executivos rodaram 113.842 KM e os oficiais um total de 29.142 KM, conforme demostrativo abaixo.

Veículos Terceirizados	Km Rodados
Veículos Comuns	251.441
Veículos Executivos	113.842
Veículos Oficiais	29.142

Das Despesas

A quantidade demandada de litros de combustíveis total desse setor, no período de janeiro a dezembro de 2013, totalizaram em 2.734 litros, perfazendo um valor total de R$ 15.867,03, conforme discriminados individualmente no quadro abaixo.

1. QUANTIDADE DE LITROS DE GASOLINA	1.221,76
2. QUANTIDADE DE LITROS DE ÁLCOOL	1.459,73
3. QUANTIDADE DE LITROS DE DIESEL	53.460
4. GASTOS COM GASOLINA	R$ 6.704,53
5. GASTOS COM ÁLCOOL	R$ 6.103,48
6. GASTOS COM DIESEL	R$ 124,03
TOTAL	R$ 66.392,04
Equivalência Mensal	5.532,67
Equivalência Diária	184,42

A despesa total desse setor, no período de janeiro a dezembro, totaliza o valor de R$ 32.559,01, conforme demostrativo abaixo:

DESPESA TOTAL ANUAL	
1. DESPESAS COM COMBUSTÍVEL	R$ 15.867,03
2. DESPESAS COM PEÇAS E SERVIÇOS	R$ 8.431,09
3. DESPESAS COM DPVAT E LICENCIAMENTO	R$ 2.251,94
4. DESPESAS COM VISTORIAS E TRANSFERÊNCIAS	R$ 0,00
5. DESPESAS COM UNIFORMES	R$ 4.591,38
TOTAL	R$ 31.141,44
Equivalência Mensal	2.595,12
Equivalência Diária	86,50

Dos Contratos

Contratos firmados entre o MMA e as empresas prestadoras dos serviços, conforme quadro abaixo.

Portarias de designação	Empresa
Portaria n° 25 de 26/02/2013	**PETROIL COMBUSTÍVEIS**
Portaria n° 169 de 16/09/2013	**ZETEC MANUTEÇAO DE VEÍCULOS E MOTORES**
Portarias nº 142 de 17/07/2012	**VIP SERVICE CLUB LOCADORA**
Portarias nº 143 de 17/07/2012	**GVP AUTO LOCADORA & SERVIÇOS**

a) Contrato nº 032/2012 PETROIL COMBUSTÍVEIS LTDA.

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇAO GERAL DE GESTAO ADMINISTRATIVA

Contrato nº: 32/2012 | Valor do Contrato: R$ 38.583,61 | Total Faturado: R$ 12.932,04 | Saldo do Contrato: R$ 25.651,57

Empresa: PETROIL COMBUSTÍVEIS LTDA.

Objeto: Fornecimento de combustível, gasolina, álcool hidratado e diesel, para atender a frota de veículos oficiais. — 2013

DESPESAS POR UNIDADE

UNIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Kombi JFO-0945					R$ 119,88	R$ 111,30	R$ 108,95		R$ 206,54	R$ 209,40	R$ 92,00	R$ 101,98	R$ 950,05
VW Parati				R$ 145,63									R$ 145,63
GM Ipanema			R$ 159,00										R$ 159,00
Fuzion	R$ 253,95	R$ 535,56	R$ 380,13	R$ 567,08	R$ 406,47	R$ 402,71	R$ 362,40	R$ 606,04	R$ 495,12	R$ 517,05	R$ 393,61	R$ 529,73	R$ 5.449,85
ALCOOL													
Corsa JFP-0766	R$ 127,51	R$ 75,97	R$ 145,16	R$ 396,95	R$ 244,56	R$ 239,97	R$ 225,75	R$ 359,74	R$ 235,78	R$ 275,76	R$ 216,28	R$ 361,50	R$ 2.904,93
FLEX													
Fiesta Sedan FGZ-4156	R$ 168,97	R$ 228,09	R$ 178,40		R$ 106,06	R$ 151,88	R$ 280,86	R$ 280,86	R$ 77,12	R$ 141,60	R$ 69,10	R$ 153,54	R$ 1.836,48
Linea JGL-1361	R$ 66,58	R$ 108,82	R$ 111,13	R$ 197,50	R$ 313,22	R$ 89,33	R$ 160,90		R$ 110,19		R$ 103,53	R$ 100,87	R$ 1.362,07
DISEL													
Mercedes Benz			R$ 124,03										R$ 124,03
TOTAL FROTA	R$ 617,01	R$ 948,44	R$ 1.097,85	R$ 1.307,16	R$ 1.190,19	R$ 995,19	R$ 1.138,86	R$ 1.246,64	R$ 1.124,75	R$ 1.143,81	R$ 874,52	R$ 1.247,62	R$ 12.932,04

b) Contrato nº 14/2013 ZETEC MANUTEÇAO DE VEÍCULOS E MOTORES LTDA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇAO GERAL DE GESTAO ADMINISTRATIVA

Contrato nº 14/2013

Valor do Contrato	Total Faturado	Saldo do Contrato
R$ 61.000,00	**R$ 8.431,09**	**R$ 52.568,91**

Empresa
ZETEC MANUTEÇAO DE VEÍCULOS E MOTORES LTDA

Objeto
Prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores e assistência mecânica, elétrica de lanternagem em geral. 2013

DESPESAS POR UNIDADE

UNIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
GASOLINA													
Kombi JFO-0945					R$ 1.490,65		R$ 1.226,31						**R$ 2.716,96**
Vectra JFP-5806													**R$ 0,00**
Vectra JFP-0711													**R$ 0,00**
Ipanema JFO-7243													**R$ 0,00**
Parati JFX-8256													**R$ 0,00**
Fuzio								R$ 577,10				R$ 32,12	**R$ 609,22**
Santana JFP-0274													**R$ 0,00**
ALCOOL													
Corsa JFP-0766										R$ 656,90		1303,82	**R$ 1.960,72**
FLEX													
Fiesta Sedan FGZ-4156						R$ 526,51		R$ 237,60		R$ 2.160,51			**R$ 2.924,62**
Linea JGL-1361						R$ 219,57							**R$ 219,57**
DISEL													
Caminhão FO-5205													
D10 FO-5215													
TOTAL FROTA	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.490,65	R$ 746,08	R$ 1.226,31	R$ 814,70	R$ 0,00	R$ 2.817,41	R$ 0,00	R$ 1.335,94	**R$ 8.431,09**

c) Contrato nº 024/2008 VIP SERVICE CLUB LOCADORA LTDA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇAO GERAL DE GESTAO ADMINISTRATIVA

Contrato nº

24/2008

Valor do Contrato	Total Faturado	Saldo do Contrato
R$ 721.785,12	R$ 721.785,12	R$ 0,00

Empresa

VIP SERVICE CLUB LOCADORA LTDA

Objeto

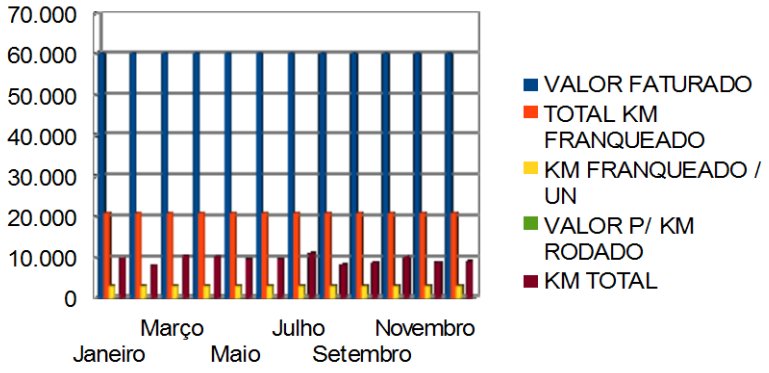
Prestação de serviços de transporte terrestre de pessoas e pequenas cargas, em veículo de pequeno porte, com motorista, combustível e seguro total.

2013

DESPESAS POR UNIDADE

Empresa	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
VIP SERVICE	R$ 60.148,76	R$ 60.148,76	R$ 60.148,76	R$ 60.148,76	R$ 60.148,76	R$ 60.148,76	R$ 60.148,76	R$ 60.148,76	R$ 60.148,76	R$ 60.148,76	R$ 60.148,76	R$ 60.148,76	R$ 721.785,12
									-	-	-	-	-
									-	-	-	-	-
	-				-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-				-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-				-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-				-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-				-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	60.148,76	60.148,76	60.148,76	60.148,76	60.148,76	60.148,76	60.148,76	60.148,76	60.148,76	60.148,76	60.148,76	60.148,76	721.785,12

MÊS	VALOR FATURADO	TOTAL KM FRANQUEADO	KM FRANQUEADO / UN	VALOR P/ KM RODADO	KM TOTAL
Janeiro	R$ 60.148,76	21.000	3.000	2,86	9.859
Fevereiro	R$ 60.148,76	21.000	3.000	2,86	8.074
Março	R$ 60.148,76	21.000	3.000	2,86	10.469
Abril	R$ 60.148,76	21.000	3.000	2,86	10.249
Maio	R$ 60.148,76	21.000	3.000	2,86	9.546
Junho	R$ 60.148,76	21.000	3.000	2,86	9.624
Julho	R$ 60.148,76	21.000	3.000	2,86	11.024
Agosto	R$ 60.148,76	21.000	3.000	2,86	8.203
Setembro	R$ 60.148,76	21.000	3.000	2,86	8.787
Outubro	R$ 60.148,76	21.000	3.000	2,86	10.141
Novembro	R$ 60.148,76	21.000	3.000	2,86	8.860
Dezembro	R$ 60.148,76	21.000	3.000	2,86	9.006
TOTAL ANO					113.842



d) Contrato nº 025/2008 GVP AUTO LOCADORA & SERVIÇOS LTDA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇAO GERAL DE GESTAO ADMINISTRATIVA

Contrato nº: 025/2008

Valor do Contrato: R$ 687.456,00 | Total Faturado: R$ 687.456,00 | Saldo do Contrato: R$ 0,00

Empresa: GVP AUTO LOCADORA & SERVIÇOS LTDA

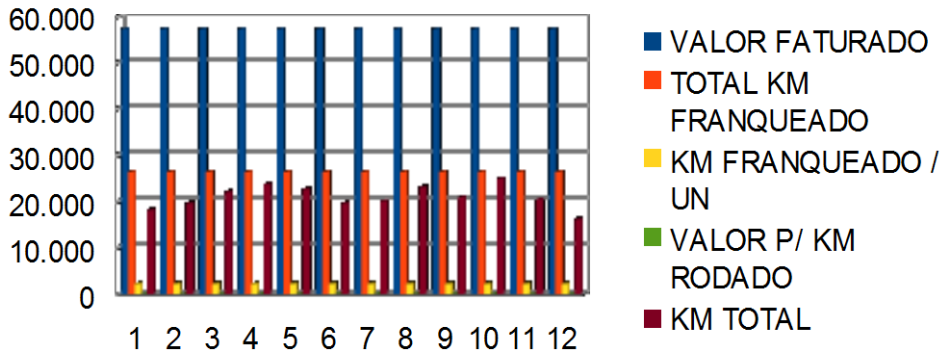
Objeto: Prestação de serviços de transporte terrestre de pessoas e pequenas cargas, em veículo de pequeno porte, com motorista, combustível e seguro total.

2013

DESPESAS POR UNIDADE

UNIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
EMPRSA GVP	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	687.456,00
	-				-	-	-			-	-	-	-
						-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	57.288,00	

Data	VALOR FATURADO	TOTAL KM FRANQUEADO	KM FRANQUEADO / UN	VALOR P/ KM RODADO	KM TOTAL
MÊS					
Janeiro	R$ 57.288,00	26.400	2.200	2,17	18.144
Fevereiro	R$ 57.288,00	26.400	2.200	2,17	19.590
Março	R$ 57.288,00	26.400	2.200	2,17	22.037
Abril	R$ 57.288,00	26.400	2.200	2,17	23.708
Maio	R$ 57.288,00	26.400	2.200	2,17	22.646
Junho	R$ 57.288,00	26.400	2.200	2,17	19.603
Julho	R$ 57.288,00	26.400	2.200	2,17	20.084
Agosto	R$ 57.288,00	26.400	2.200	2,17	23.063
Setembro	R$ 57.288,00	26.400	2.200	2,17	20.938
Outubro	R$ 57.288,00	26.400	2.200	2,17	24.985
Novembro	R$ 57.288,00	26.400	2.200	2,17	20.486
Dezembro	R$ 57.288,00	26.400	2.200	2,17	16.157
TOTAL ANO					251.441



6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	**Distrito Federal**	**1**	**1**
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		**1**	**1**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**-**	**-**
	cidade 1	-	-
Subtotal Exterior		**-**	**-**
Total (Brasil + Exterior)		**1**	**1**

6.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, **e**xceto Imóvel Funcional

Obs: O edifício sede do MMA, bloco B da Esplanada dos Ministérios, não está registrado ou sob a responsabilidade do MMA.

6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ,

Obs.: Não há informações a declarar.

6.3. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Obs.: Não se aplica.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados		
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:		
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.	
	X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.	
	X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à

		gestão e ao uso corporativos de TI.
	X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
		aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
		aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
		aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
		aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.	
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.	
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.	
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:		
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.	
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.	
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.	
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.	
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.	
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:		
	Auditoria de governança de TI.	
	Auditoria de sistemas de informação.	
	Auditoria de segurança da informação.	
	Auditoria de contratos de TI.	
	Auditoria de dados.	
	Outra(s). Qual(is)? _____	
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.	
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:		
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.	
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.	
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.	
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.	
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.	
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).	
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.	
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.	
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.	
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.	
X	O PDTI é publicado na *internet* para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://mma.gov.br/images/arquivos/o_ministerio/PDTI_2013_2015.pdf	
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:		
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.	
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.	
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.	
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:		
	Inventário dos ativos de informação (dados, *hardware*, *software* e instalações).	
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).	
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.	
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.	

7. Em relação às contratações de serviços de TI: *utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre*	
(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de *software* definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

7.1.1. Análise Crítica

O Plano Estratégico do Ministério foi aprovado e publicado em fevereiro/2014. Porém a área de TI possui Planejamento Estratégico que faz parte do seu PDTI.
Dessa forma a partir da publicação do Plano Estratégico Institucional, o PDTI será reavaliado de forma a melhor adequar-se ao Planejamento Institucional.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					**X**
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).					**X**

4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único *in fine*), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			**X**		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).		**X**			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.			**X**		
• Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.			**X**		
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					**X**
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					**X**
Considerações Gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	**Ano de Adesão**	**Resultados**
Programa Esplanada Sustentável	2012	Implementação de ações que visaram alterações de costumes de servidores quanto a consumos com busca de redução de despesas

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	5839	7240	7633	49.875,84	67.954,54	61.449,00
Água (505)	4.670,00 M³	4.545,00 M³	4.502,00 M³	78.680,70	69.405,93	62.604,98
Energia Elétrica	3.241.276,00	2.309.282,00	2.495.331,00	1.454.206,32	984.571,85	1.022.171,13
			Total	1.582.762,86	1.121.932,32	1.146.225,11

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do Gestão do TCU

9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01	TC 038.494/2012-4.	1382/2013	-	CI	Acórdão do TCU nos autos do processo n° TC 038.494/2012-4.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação Encaminhamento de cópia do Acórdão proferido no plenário da referida Corte nos autos do processo n° TC 038.494/2012-4, que cuida de Relatório de Monitoramento das recomendações feitas pelo TCU, o qual apreciou levantamento de auditoria realizada nos órgãos envolvidos na prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Síntese da Providência Adotada					
Por meio da Nota Informativa n° 13/2013/DPCD/SMCQ/MMA, a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental informou sobre as medidas adotadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	3205
Deliberações do TCU	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
02	TC-041.274/2012-1	448/2013	-	CI	Ofício 0293/2013-TCU/SecobEnerg

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	3205

Descrição da Deliberação
Solicita informações com o objetivo de fiscalizar as obras da Av. Marginal Leste, decorrente do Acórdão n° 448/2013 – Plenário (TC-041.274/2012-1)

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	3205

Síntese da Providência Adotada
Atendimento por meio do Mem. N° 29/2013-CGFC/SPOA/SECEX/MMA.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	3205

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
03	-	-	-	CI	Ofício 0776/2013-TCU/SECEX-MG

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	3205

Descrição da Deliberação
O Tribunal de Contas da União – Secretaria de Controle Externo/MG encaminha cópia do Acórdão 2653– TCU, para conhecimento das providências adotadas do mencionado documento, quais sejam, o arquivamento do processo dos responsáveis, sem julgamento de mérito e sem cancelamento da dívida, bem como, determinar a inclusão dos responsáveis nos cadastros de devedores.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	3205

Síntese da Providência Adotada
Para conhecimento.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	3205

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
04		1180	-	-	

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	3205

Descrição da Deliberação
O Tribunal de Contas da União encaminha cópia do Acórdão 1180/2013 – TCU, para conhecimento das providências adotadas do mencionado documento, quais sejam, a não aprovação da prestação de contas de recursos do Convênio 2001CV140-SQA, transferidos ao município para o apoio à implantação de um aterro sanitário.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	3205
Síntese da Providência Adotada	
Para conhecimento.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
05	-	2383/2013	-	CI	Ofício n° 0232/2013/Secex Ambiental
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação O Tribunal de Contas da União encaminha cópia do Acórdão 2383/2013 – TCU, para conhecimento das providências adotadas do mencionado documento, quais sejam, o não conhecimento do recurso de reconsideração por ser intempestivo e não apresentar fatos novos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Síntese da Providência Adotada					
Para conhecimento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
14	TC 021.419/2011-6	1212/2013	-	CI	Ofício 0184/2013 - TCU/Sefti
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação O Tribunal de Contas da União encaminha, para conhecimento e providências, ao Secretario Executivo, cópia do Acórdão 1212/2013 – TCU – Plenário, pelo qual apreciou o processo de Representação TC 021.419/2011-6, que trata de irregularidades identificadas no Contrato 23/2009, firmado entre o MMA e a empresa com Braxis Outsourcing S.A.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Síntese da Providência Adotada					
Diligência atendida por meio do Ofício n° 87/2013/SPOA/SECEX/MMA de 28 de junho de 2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo					

Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
07	-	-	-	CI	Ofício 1613/2013 – TCU/SECEX - AM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação O Tribunal de Contas da União requisita informações acerca de convênios firmados entre o Ministério do Meio Ambiente e a Polícia Militar do Estado do Amazonas					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Síntese da Providência Adotada					
Atendimento da diligência por meio do Ofício n° 139/2013 – SPOA/SECEX/MMA e Nota Informativa n° 23/2013/PCE/DAP/SBF/MMA.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
08	TCE 008.843/2010-4	3717/2013	-	CI	Ofício 1884/2013 – TCU/SECEX-PB
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação Encaminha Acórdão n° 3717/2013 – TCU-1° Câmara, por meio do qual o TCU apreciou Tomada de Contas Especial – 008.843/2010-4, instaurada pelo MMA, em decorrência de não aplicação da contrapartida e inexecução parcial do objeto de Convênio 335/1997, celebrado com o Município de Teixeira/PB, objetivando a construção de redes de eletrificação rural.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado para conhecimento pelo Setorial de Contabilidade do MMA por meio de Despacho n/ 02/SECON/CGFC/SPOA/SECEX.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	3205
Deliberações do TCU	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
09	TCE - 007.425/2003-8	3666/2013	-	CI	Ofício n° 3639/2013 – TCU/SECEX-MA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação Encaminha Acórdão 3666/2013 – TCU – Plenário, por meio do qual o TCU apreciou Tomada de Contas Especial – 007.425/2003-8, referente ao Acórdão 1250/2003 – Obras Vinculadas ao PT 20.607.0379.1836.0053 Projeto Salangô no Estado do Maranhão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Síntese da Providência Adotada					
Para conhecimento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
10	TC 004.632/2003	6687/2009	-	CI	Ofício n° 1776/2013 – TCU/SECEX-PA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação Encaminha Acórdão 4461/2013 – TCU – 2° Câmara, por meio do qual o TCU conheceu dos Embargos de Declaração interpostos pelo Sr. Luiz Furtado Rebêlo contra o Acórdão 6687/2009 proferido em processo TC 004.632/2003, para no mérito, rejeitá-los.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Síntese da Providência Adotada					
Para conhecimento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
11	TCE 019.149/2011-5	6338/2013	-	CI	Ofício n° 3597/2013 – TCU/SECEX-MA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação Encaminha Acórdão 6338/2013 – TCU – 1° Câmara, por meio do qual o TCU apreciou Tomada de Contas Especial –					

019.149/2011-5, instaurada pelo FNMA, em função de irregularidades na execução do Convênio 17/2000, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Chapadinha/MA.
Providências Adotadas
Setor Responsável pela Implementação / **Código SIORG**: Secretaria Executiva / 3205
Síntese da Providência Adotada
Para conhecimento.
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
12	-	1923/2013	-	CI	Ofício 2835/2013 – TCU/SECEX-MA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação Encaminha Acórdão 1923/2013 – TCU – Plenário, pelo qual o TCU avaliou os atos de gestão em convênio firmados com órgãos e entidades do Estado do Maranhão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação / **Código SIORG**: Secretaria Executiva / 3205					
Síntese da Providência Adotada					
Para conhecimento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
13	-	5695/2013	-	CI	Ofício 2518/2013 – TCU/SECEX-MA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação Encaminha Acórdão 5695/2013 – TCU – Plenário, pelo qual o TCU tratou sobre a Tomada de Contas Especial instaurada em razão da não aprovação da prestação de contas do Convenio 060/2000 -MMA/SRH, firmado entre o MMA e a Prefeitura Municipal de Aldeias Altas/MA.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação / **Código SIORG**: Secretaria Executiva / 3205					
Síntese da Providência Adotada					
Para conhecimento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
14	-	3405/2013	-	CI	Ofício 0457/2013-TCU/SECEX-AL
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação Encaminha Acórdão 3405/2013 – TCU – 2° Câmara, pelo qual o TCU apreciou a Tomada de Contas Especial (TC 017.771/2010-2).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Síntese da Providência Adotada					
Para conhecimento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
15	-	1752/2011	-	CI	Ofício 0562/2013 – TCU/SecexAmbiental
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação Encaminha Acórdão 1752/2011 – TCU Plenário, pelo qual o TCU solicitou ao MMA que encaminhe informações qua Foi encaminhado ao TCU ofício n° 291/2013/SECEX/MMA, conforme memorando enviado ao AECI de n° 544/2013/GAB/SAIC/MMA. nto ao atendimento das deliberações do referido acórdão, acompanhado dos devidos documentos comprobatórios.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Síntese da Providência Adotada					
Foi encaminhado ao TCU ofício n° 291/2013/SECEX/MMA, conforme memorando enviado ao AECI de n° 544/2013/GAB/SAIC/MMA.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	3205
Deliberações do TCU	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
16	-	2013/2013	-	CI	Ofício 1884/2013 – TCU/SECEX-PB
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação Encaminha Acórdão 2013/2013 – TCU - 1° Câmara, por meio do qual o TCU apreciou a Tomada de Contas 008.843/2010-4, em decorrência da não aplicação da contrapartida e inexecução parcial do objeto do Convênio 335/1997, celebrado com o Município de Teixeira/PB, para construção de redes eletrificação rural.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Síntese da Providência Adotada					
Para conhecimento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
17	-	1853/2013	-	CI	Aviso n° 856-Seses-TCU-Plenário
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação Encaminha Acórdão 1853/2013 – TCU - Plenário, por meio do qual o TCU tratou acerca da compensação ambiental instituída pela Lei 9.985/2000.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Síntese da Providência Adotada					
Foi interposto Pedido de Reexame, subscrito pela Srª Ministra de Estado do Meio Ambiente e pelo Sr. Presidente do ICMBio, o qual foi recebido pelo TCU com efeito suspensivo. Não obstante a suspensão da eficácia do Acórdão, foi expedido Ofício à Secretaria de Orçamento Federal, solicitando as providências necessárias ao atendimento das determinações aplicáveis.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
18	-	2048/2013	-	CI	Ofício 0538/2013/SECEX-BA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação Encaminha Acórdão 2048/2013 – TCU - 2° Câmara, por meio do qual o TCU tratou acerca da Tomada de Contas					

relativa ao Convênio 056/2000, celebrado entre o Município de Prado/BA e o FNMA.
Providências Adotadas
Setor Responsável pela Implementação / **Código SIORG**: Secretaria Executiva / 3205
Síntese da Providência Adotada
Sem encaminhamento das providências adotadas.
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01	TC 008.325/2007	6560/2009	-	-	Ofício nº 1111/2013/TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Descrição da Deliberação O TCU comunica a Srª Ministra, que de acordo com o **Acórdão 6560/2009**, o tribunal decidiu pelo registro de inclusão do nome do responsável condenado pelo tribunal, no cadastro informativo de créditos(CADIN).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
A SRHU encaminhou Despacho nº 152/2013 para Assessora Técnica solicitando a autorização para inclusão do nome no CADIN, bem como o encaminhamento dos documentos comprobatórios ao TCU. Conforme Ofício nº 699/2013, ouve o cumprimento das determinações contidas no Ofício 1111/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
02	TC 006.231/2008-0	1517/2010	-	-	Ofício nº 1106/2013/TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação O TCU comunica a Srª Ministra, que de acordo com o Acórdão 1517/2010, o tribunal decidiu pelo registro de inclusão do nome do responsável condenado pelo tribunal, no cadastro informativo de créditos(CADIN).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado a SRHU para conhecimento e providências pertinentes, com a recomendação para que as deliberações e providências adotadas façam parte do relatório de gestão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A SRHU encaminhou Despacho nº 153/2013 para Assessora Técnica solicitando a autorização para inclusão do nome no CADIN, bem como o encaminhamento dos documentos comprobatórios ao TCU. Conforme Ofício nº 698/2013, ouve o cumprimento das determinações contidas no Ofício 1106/2013.					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
03	TC 006.636/2012-8	5695/2013	-	CI	Aviso nº 120/2013/TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação					
O Presidente do TCU comunica a Srª Ministra que o **Acórdão nº 5695/2013** produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências serão comunicadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Arquivo Central					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
04			-	-	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Descrição da Deliberação					
O Tribunal de Contas da União encaminha cópia do Acórdão 1180/2013 – TCU, para conhecimento das providências adotadas do mencionado documento, quais sejam, a não aprovação da prestação de contas de recursos do Convênio 2001CV140-SQA, transferidos ao município para o apoio à implantação de um aterro sanitário.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					3205
Síntese da Providência Adotada					
Para conhecimento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
05	TC 019.356/2009-0	7611/2010	-	CI	Ofício nº 0774/2013

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
SRHU	8838
Descrição da Deliberação Encaminhamento de cópia do Acórdão nº 7611/2010, processo nº 019356/2009-0	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
SRHU	8838
Síntese da Providência Adotada	
Por meio do Despacho nº 72/2013/SRHU, foi informado que não há nenhuma providência a ser adotada pela SRHU no SIAFI. Diante disso foi sugerido o arquivamento na pasta de ofícios recebidos pelo TCU para que a medida fosse informada no próximo relatório de gestão da SRHU.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
06	TC 002.141/2012-4	1027/2013	-	CI	Aviso nº 505
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Encaminhamento da cópia do Acórdão nº 1027/2013.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Itens implementados. Arquivo AECI.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
07	TC 020.744/2004-3		-	CI	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Recurso de Revisão interposto pelo MP contra o Acórdão 6706/2009, que trata de TCE contra o Senhor Joélcio Martins da Silva, que trata sobre irregularidades na Aplicação do Convênio 134/2000.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 155/SRHU, foi informado que não há nenhuma providência a ser adotada pela SRHU no					

SIAFI.
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
08	TC 006.368/2013-1	1920/2013	-	CI	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação O Presidente do TCU encaminha para a Srª Ministra o Acórdão nº 1920/2013 para conhecimento e providências.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 133/SRHU, foi sugerida pela SRHU que a pasta de ofícios recebidos do TCU seja arquivada no SIAFI, para que a medida mencionada seja informada no próximo relatório de Gestão da SRHU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
09	TC 022.716/2010-6	157/2013	-	CI	Ofício nº 0554
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Foi encaminhado cópia do **Acórdão nº 157/2013** para SRHU para conhecimento e apreciação.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio da Nota Informativa nº 35/SRHU/2013, foi sugerido o envio da NI ao Operador do SIAFI para proceder a alteração do status correspondente à conta contábil no SIAFI de inadimplência Suspensa para Aprovada além de promover a baixa de responsabilidade do agente no CADIN.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	8838
Deliberações do TCU	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
10	TC 045.016/2012-7	2653/2013	-	CI	Ofício nº 0776
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação					
O Presidente do TCU encaminha para a SRHU cópia do Acórdão nº 2653/2013 para conhecimento e providências.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 111/SRHU, foi solicitado a autorização para inclusão do CPF no CADIN, bem como o encaminhamento dos documentos comprobatórios ao TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
11	TC 017.771/2010-2	157/2013	-	CI	Ofício nº 0457
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação					
Foi encaminhado cópia do Acórdão nº 157/2013 para SRHU para conhecimento e apreciação.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio da Nota Informativa nº 54/SRHU/2013, foi sugerido o envio da NI ao Operador do SIAFI para proceder a alteração do status correspondente à conta contábil no SIAFI de inadimplência Suspensa para Aprovada além de promover a baixa de responsabilidade do agente no CADIN.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
12	TC 005.211/2006-7	273/2011	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação					
Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 273/2011 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**

SRHU	8838
Síntese da Providência Adotada	
Por meio do Despacho nº 94/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
13	TC 019.650/2009-3	1180/2011	-	CI	Ofício nº 1436
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 1180/2011 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 103/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
14	TC 020.055/2006-5	958/2011	-	CI	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 958/2011 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio da Nota Informativa nº 46/SRHU/2013, foram informadas das providências a serem adotadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	8838
Deliberações do TCU	
Deliberações Expedidas pelo TCU	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	TC 027.544/2008-7	732/2012	-	CI	-

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
	8838

Descrição da Deliberação

Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 732/2012 – TCU.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
	8838

Síntese da Providência Adotada

Por meio do Ofício nº 158/SRHU foi informado que em consulta ao SIAFI, foi verificado que o referido Convênio expresso no Acórdão, está registrado na UF nº 530001/00001 do ministério da integração.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria Executiva	8838

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	TC 017.844/2008-0	1101/2012	-	CI	-

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
SRHU	8838

Descrição da Deliberação

Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 1101/2012 – TCU.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SRHU	8838

Síntese da Providência Adotada

Por meio da Nota Informativa nº 05/SRHU/2013, foi sugerido o envio da NI ao Operador do SIAFI para proceder a alteração do status correspondente à conta contábil no SIAFI de inadimplência Suspensa para Aprovada além de promover a baixa de responsabilidade do agente no CADIN.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria Executiva	8838

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	TC 020.542/2004-8	1810/2012	-	CI	-

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
SRHU	8838

Descrição da Deliberação

Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 1810/2012 – TCU.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SRHU	8838

Síntese da Providência Adotada

Por meio da Nota Informativa nº 06/SRHU/2013, foram solicitadas as providência cabíveis.
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
18	TC 025.971/2007-9	396/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 396/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 17/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
19	TC 025.772/2006-7	667/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 667/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 14/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
20	TC 003.285/2010-3	3874/2012	-	CI	

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
SRHU	8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 3874/2012 – TCU.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
SRHU	8838
Síntese da Providência Adotada	
Por meio do Despacho nº 18/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
21		3618/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 3618/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 13/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
22		2704/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 2704/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio da Nota Informativa nº 12/SRHU/2013, foram solicitadas as providências cabíveis.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo					

Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
23	TC 025.969/2007-0	1110/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 1110/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio da Nota Informativa nº 46/SRHU/2013, foram informadas das providências a serem adotadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
24	TC 017.740/2008-5	943/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 943/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 12/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
25	TC 037.647/2011-3	2813/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 2813/2012 – TCU.					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
SRHU	8838
Síntese da Providência Adotada	
Foi encaminhado Ofício nº 431/2012/SRHU reportando-se sobre o referido Acórdão.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
26	TC 002.662/2008-0	7015/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 7015/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 36/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
27	022.824/2007-0	1476/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 1476/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 35/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria Executiva	8838

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
28	TC 009.456/2010-4	4450/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 4450/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 20/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
29	TC 015.013/2010-3	2904/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 2904/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 19/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
30	TC 018.167/2010-1	3626/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 3626/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 40/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
31	TC 004.001/2008-1	2198/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 2198/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 39/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
32	TC 022.326/2006-9	5966/2012	-	CI	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 5966/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 38/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
33	TC 017.852/2008-1	3423/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**

SRHU	8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 3423/2012 – TCU.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
SRHU	8838
Síntese da Providência Adotada	
Por meio do Despacho nº 37/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
34	TC 011.238/2006-6	6240/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 6240/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 41/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
35	TC 010.296/2010-7	6505/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 6505/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Despacho nº 42/2013/SRHU foi sugerido o arquivamento de ofícios recebidos do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
36	TC 017.846/2008-4	8759/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 8759/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio da Nota Informativa nº 04/SRHU/2013, foi sugerido o envio da NI ao Operador do SIAFI para proceder a alteração do status correspondente à conta contábil no SIAFI de inadimplência Suspensa para Aprovada além de promover a baixa de responsabilidade do agente no CADIN.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
37	TC 029.208/2010-6	6518/2012	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 6518/2012 – TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
SRHU					8838
Síntese da Providência Adotada					
Por meio da Nota Informativa nº 01/SRHU/2013, foi sugerido o envio da NI ao Operador do SIAFI para proceder a alteração do status correspondente à conta contábil no SIAFI de inadimplência Suspensa para Aprovada além de promover a baixa de responsabilidade do agente no CADIN.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					8838
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
38	TC 034.496/2012-2	3101/2013	-	CI	-
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SRHU					8838

Descrição da Deliberação Para Conhecimento e Providências do Acórdão nº 3101/2013 – TCU.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
SRHU	8838
Síntese da Providência Adotada	
Por meio Ofício nº 1071/2013/AECI, foi encaminhado o referido Acórdão para o Serviço Florestal Brasileiro para providências caso julgar necessário.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.9.1.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Obs.: Não há informações a declarar.

9.2. Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.9.2.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria Executiva – SECEX			3205
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
1	Parte 2 do Relatório nº 244126	2.1.1.2	Ofício nº 125, de 12/09/2013/SPOA/SECEX/MMA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Secretaria Executiva – SECEX			3205
Descrição da Recomendação			
Recomendação 001: a) Em relação ao convênio n.º 021/2005, celebrado com a Associação Agroextrativista Auati-Paraná, Município de Fonte Boa - AM, recomenda-se ao FNMA que emita parecer conclusivo sobre a execução o não do objeto conveniado ou, conforme o caso, instaure processo de tomada de contas especial, mantendo esta Controladoria informada. ... c) reitera-se ao Fundo para que priorize a análise dos convênios pendentes, visando à sua solução com a brevidade que cada caso requer, em vista do disposto no art. 31 da IN/STN n.º 01/97 e no art. 1º da IN/TCU nº 35/2000, sem prejuízo da apuração de responsabilidade dos agentes responsáveis pelo não cumprimento do dispositivo legal.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável – Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)			92918
Síntese da Providência Adotada			
a) O FNMA procedeu à análise do Relatório de Cumprimento de Objeto Final do CV 021/2005, celebrado com a Associação Agroextrativista Auati-Paraná, Município de Fonte Boa – AM, e concluiu pela aprovação parcial do objeto. Também foi emitido parecer financeiro a respeito da prestação de contas final do convênio, que concluiu pela devolução ao erário do valor de R$46.422,17, devidamente corrigido, na forma da lei. O convenente foi notificado a devolver os			

recursos por meio do Ofício nº 764/2011, de 17/08/2011, e não atendeu à notificação. Assim, a instituição foi inserida na inadimplência em 20/01/2012 e o FNMA emitiu o Ofício nº 057/2012/CFIN/FNMA/DFDS/SECEX/MMA em 24/01/2012 notificando o presidente da associação a atender à notificação anterior. Visando instruir o processo para a instauração da Tomada de Contas Especial, o FNMA encaminhou em 11/03/2013 o Ofício nº 129/2013/GEPRO-CORE/FNMA/SECEX/MMA ao ex-presidente, Sr. Severino Alves de Lima. Em 07/03/2013 a instituição havia recolhido o saldo em conta, no valor de R$32.500,00. Após análise do valor ainda pendente de devolução, o FNMA emitiu o Ofício nº 264/2013/GEPROCORE/FNMA/SECEX/MMA em 09/05/2013, notificando a instituição a devolver o valor de R$26.669,88, além de enviar os extratos bancários e a demonstração dos valores relativos a rendimentos da aplicação financeira. Considerando que não houve resposta, mas também que, atualmente, o valor mínimo para instauração de TCE é R$75.000,00, o FNMA emitiu os Ofícios nº 603/2013/GEPRO-CORE/FNMA/SECEX/MMA, ao ex-presidente, e o nº 604/2013, ao atual presidente, ambos de 30/08/2013, informando que, caso não haja a devolução, haverá a inscrição dos responsáveis e da associação no Cadastro informativo de créditos não quitado do setor público federal – CADIN, no prazo de 75 dias.

...

c) Como relatado nos Relatórios de Gestão do FNMA dos três últimos Exercícios, o Fundo vem priorizando a análise dos convênios com vigência expirada. Em julho de 2011, em resposta à auditoria realizada pela CGU, que solicitou providências junto ao MMA para solução do passivo, o FNMA encaminhou o Memorando nº 151/FNMA à Secretaria Executiva deste Ministério, informando sobre as recomendações apontadas, bem como sobre a necessidade de providências emergenciais para resolução da situação apresentada. O documento propôs, entre as estratégias de enfrentamento do problema, a lotação de mais Analistas Ambientais no FNMA e a distribuição dos processos entre as secretarias e vinculadas, exclusivamente para análise das prestações de contas final sob o aspecto físico, permanecendo a análise financeira no âmbito da equipe FNMA, com apoio da SPOA. A Secretaria Executiva concordou com o encaminhamento proposto e, em reunião realizada com os dirigentes do ministério, em janeiro de 2012, solicitou a cooperação na análise dos processos. A distribuição dos convênios entre as unidades iniciou-se em fevereiro de 2012. No mesmo período, parte da equipe do FNMA foi destacada para analisar as prestações de contas finais dos convênios com vigência expirada. Em 2012, o FNMA recebeu mais três Analistas Ambientais para compor o quadro da Gerência de Projetos, dos quais hoje permanecem somente dois.

Foram destacados 100 convênios do passivo para análise da prestação de contas final, sob os aspectos físicos, pelas secretarias e vinculadas do MMA. Contudo, por falta de servidores para realizar as análises nesses setores, durante o ano de 2012 trinta e três dos convênios foram redistribuídos aos servidores do FNMA para análise. Ficaram a cargo dos parceiros 67 convênios. Desses, 62 já foram analisados, resultando na aprovação de 46 prestações de contas, a reprovação de 6, e o envio de diligências a 10 instituições convenentes. Cinco convênios ainda carecem de análise conclusiva. No total, desde fevereiro de 2012, foram distribuídos 173 convênios para os quatro servidores da área técnica do FNMA, para análise da prestação de contas final. Desses, 137 já foram analisados, resultando em 80 aprovações, 42 reprovações, e diligências enviadas a 15 instituições convenentes. Trinta e seis convênios ainda carecem de análise. Durante o ano de 2012, os convênios que foram analisados nos aspectos técnicos foram distribuídos para análise dos cinco analistas da área financeira do FNMA. Cada analista ficou responsável por uma carteira de 15 convênios do passivo. Cabe destacar que os analistas do FNMA envolvidos nessa agenda também atuam na análise de novos projetos e no acompanhamento de convênios vigentes.

Considerando o número expressivo de convênios finalizados pendentes de conclusão no Siafi (298 em junho de 2013), o FNMA buscou o apoio da Secretaria Executiva do MMA para a encontrar uma solução para o déficit de analistas financeiros lotados no FNMA. O Secretário Executivo decidiu formar um Grupo de Trabalho, a realizar suas atividades no Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável/FNMA, composto por servidores de todas as secretarias do Ministério, para efetuar a análise das prestações de contas de todos os convênios com vigência expirada do MMA, celebrados antes a publicação da Portaria nº 127, de maio de 2008. O MMA tem uma carteira de 531 convênios com vigência expirada, pendentes de análise conclusiva. Contudo, desse total, 142 têm valores irrisórios (abaixo de R$167,00). Portanto, o número total de convênios a ser analisado pelo GT é 389. Em 25/06/2013, foi instituído o Grupo de Trabalho para Análise de Convênios, por meio da Portaria Ministerial nº 235, publicada no D.O.U. de 26 de junho de 2013. A portaria definiu a composição e os procedimentos operacionais do GT. Foram designados 12 servidores para compor o GT, sendo dois do FNMA.

A coordenação do GT ficou por conta da equipe do Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável/FNMA. A partir de 1º de julho de 2013, foram realizadas quatro reuniões com os membros do GT para capacitá-los sobre a análise financeira de convênios e nivelar o entendimento dos servidores sobre o tema.

No dia 24/07, foi publicado o Boletim de Serviço do MMA a Portaria nº 29, que orienta as atividades do Grupo de Trabalho. A partir dessa data, começaram os trabalhos do GT. A Portaria nº 235 estabelece que o Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável apresente ao Secretário Executivo balanço trimestral dos trabalhos executados, constando os avanços e eventuais dificuldades operacionais. Caberá ao Secretário Executivo, após avaliação de, no mínimo, dois balanços trimestrais, estabelecer limite temporal para a conclusão das análises, o qual será submetido à Controladoria Geral da União.

Síntese dos Resultados Obtidos
Atendido Plenamente. Em relação a ambos os itens, a Controladoria-Geral da União (CGU) entendeu que a unidade adotou as providências necessárias a fim de cumprir as recomendações citadas acima. Sendo assim, as recomendações foram implementadas, conforme Nota Técnica nº 2092/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 17/09/2013.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria Executiva – SECEX			3205
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
1	Parte 2 do Relatório Nº 244126	2.1.1.3	Ofício nº 125, de 12/09/2013/SPOA/SECEX/MMA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável – Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)			92918
Descrição da Recomendação			
Recomendação 001: Tendo em vista o término do convênio com a Associação Família Cidadã (Processo n.º 02000.001317/2008-54), ocorrido em 30/11/2009, e as disposições contidas na Portaria Interministerial MPOG/CGU/MF n.º 127/2008, que prevê prazo de 90 dias para apresentação e análise das contas dos objetos conveniados, recomenda-se ao Ministério: a) Caso já tenha sido aprovada a prestação de contas, promover uma reanálise da documentação apresentada, considerando todos os fatos apontados por esta Controladoria, especialmente aqueles que dizem respeito a despesas comprovadas e gastos com servidores públicos; b) Com relação às notas fiscais emitidas pelo posto revendedor de combustíveis Cascol Combustíveis, com fulcro no art. 55 da Lei 8.666/1993, representar à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal; c) Diligenciar a convenente para que restitua à conta do Tesouro os valores gastos com taxas bancárias.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA			92918
Síntese da Providência Adotada			
Foi instaurada Tomada de Contas Especial sobre o (Processo de TCE nº 02000.000388/2013-05), que se encontra na CGU desde o dia 04/07/2013 para análise. Informa-se ainda que a referida TCE foi instaurada pelo Relatório nº 005/2013, de 11/06/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido Plenamente. Tendo em vista a instauração de Tomada de Contas Especial, a Controladoria-Geral da União (CGU) considerou que as recomendações foram atendidas, conforme Nota Técnica nº 2092/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 17/09/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

9.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.9.2.2 – Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria Executiva – SECEX	3205

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201306264	1.1.1.1	Ofício nº 125, de 12/09/2013/SPOA/SECEX/MMA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Secretaria Executiva – SECEX			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 001: Recomenda-se que a Secex/MMA, em atenção às orientações contidas no Guia de Elaboração do PDTI do SISP v1.0, faça constar, na próxima revisão do PDTI 2013- 2015, a Proposta Orçamentária Consolidada de TI para o período de vigência do plano e as Políticas de aquisição, substituição e descarte de equipamentos, conforme previsto na Portaria SLTI nº 02/2010, art. 3º. **Recomendação 002:** Recomenda-se que a Secex/MMA, em atenção às metas propostas na EGTI 2013-2015, especialmente a iniciativa 2.2, ação 2.2.1 (Implementar processo de gestão orçamentária de TI), aperfeiçoe seu processo de elaboração e gestão do orçamento de TI, registrando em documentos a proposta orçamentária de TI, suas adequações e restrições enfrentadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Coordenação Geral da Tecnologia da Informação – CGTI/SPOA/SECEX			7413
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Providências referente à recomendação 001: A CGTI informou que na próxima revisão do PDTI 2013-2015, será considerada a recomendação relativa à Proposta Orçamentária Consolidada de TI e as Políticas de aquisição, substituição e descarte de equipamentos. **Providências referente à recomendação 002:** A CGTI informou que, tendo em vista que a proposta orçamentária de TI, elaborada pela área, faz conjunto e é negociada com o orçamento geral da SPOA/SECEX, o processo de desmembramento será realizado, no próximo exercício, em conjunto com a área orçamentária quando da elaboração da Proposta Orçamentária da SECEX.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria Executiva – SECEX			3205
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201306264	1.1.1.2	Ofício nº 125, de 12/09/2013/SPOA/SECEX/MMA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Secretaria Executiva – SECEX			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 001: Recomenda-se que a Secex/MMA adote as providências necessárias no sentido de editar normativo interno que defina formalmente sua estrutura organizacional, estabelecendo as atribuições e competências de cada coordenação/divisão/área existente, em especial, do setor de Tecnologia da Informação – TI do Ministério. **Recomendação 2:** Recomenda-se que a Secex/MMA - considerando a importância da área de TI para a consecução dos objetivos estratégicos do Órgão e tendo em vista o desvio atualmente existente na distribuição dos DAS pertencentes à CGTI - avalie a possibilidade de se disponibilizar novamente os cargos de DAS previstos no Decreto 6.101/2007, anexo II, à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Informática - CGTI, apresentando as devidas justificativas para o caso de sua inviabilidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Coordenação Geral da Tecnologia da Informação – CGTI/SPOA/SECEX			7473

Justificativa para o seu não Cumprimento
Providências referente à recomendação 001: A SECEX/MMA está conduzindo uma discussão que resultará em nova estrutura organizacional não só para a CGTI, mas que engloba todo o Ministério. Portanto, em função do atual momento de transição institucional, só será possível editar o normativo interno referido na recomendação após aprovada a nova proposta de estrutura regimental, que, após concluída a fase de discussão interna, ainda tramitará pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pela Casa Civil da Presidência da República. **Providências referente à recomendação 002:** Em complementação à justificativa apresentada na recomendação anterior, qualquer providência relativa à área de TI será decorrente do processo que a SECEX/MMA está conduzindo relativo à discussão que resultará em nova estrutura organizacional do Ministério.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria Executiva – SECEX			3205
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201306264	1.1.1.3	Ofício nº 125, de 12/09/2013/SPOA/SECEX/MMA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Secretaria Executiva – SECEX			3205
Descrição da Recomendação			
Recomendação 001: Recomenda-se que a Secex/MMA, em atenção ao art. 5º, incisos IV e VI da Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho 2008, defina, formalmente, o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações e o Gestor de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério. **Recomendação 002:** Recomenda-se que a Secex/MMA - em atenção ao art. 5º da Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho 2008; aos itens 5, 6 e 7 da Norma Complementar nº 03/IN01/DSIC/GSIPR; e visando atender à Estratégia Geral de TI - EGTI 2013-2015 do SISP, ação 6.1.1, aprove, institucionalize e divulgue a sua Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) e, em seguida, com vistas a dar eficácia a sua implementação, edite, publique e divulgue os procedimentos e normas específicas complementares da referida norma, com especial atenção à gestão de risco e à gestão de continuidade de negócio			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Coordenação Geral da Tecnologia da Informação – CGTI/SPOA/SECEX			7473
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Providências referente à recomendação 001: Está em andamento a criação do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações e o Gestor de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério, o que fará com que a recomendação seja atendida. **Providências referente à recomendação 002**: Está em andamento o Processo de criação da Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC), o que fará com que a recomendação seja atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria Executiva – SECEX			3205
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	201306264	3.1.1.1	Ofício nº 125, de

			12/09/2013/SPOA/SECEX/MMA

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	**Código SIORG**
Secretaria Executiva – SECEX	
Descrição da Recomendação	
Recomendação 1: Recomenda-se que o Ministério do Meio Ambiente regularize a documentação do bem imóvel próprio com o objetivo de transferi-lo para a UG do Órgão.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Coordenação Geral de Gestão Financeira – CGFC/SPOA/SECEX	92918
Síntese da Providência Adotada	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A SPOA/SECEX continua realizado gestão junto à Superintendência do Patrimônio da União no DF – SPU/DF órgão, buscando o atendimento da recomendação da CGU, que é a regularização ocupacional do Imóvel ocupado por este Ministério, conforme Ofício nº 96/2013/SPOA/SECEX/MMA, de 11 de julho de 2013, e ligações telefônicas.	

9.3. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Obs.: Não se aplica.

9.4. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores, Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	**Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93**	**Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR**		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	**Final do exercício da Função ou Cargo**	**Final do exercício financeiro**
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			**1**
	Entregaram a DBR			**1**
	Não cumpriram a obrigação			**0**
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	**15**	**12**	**128**
	Entregaram a DBR	**15**	**12**	**128**
	Não cumpriram a obrigação	**0**	**0**	**0**

Fonte: CGGP/SPOA/SECEX/MMA

9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

A respeito do cumprimento das obrigações estabelecidas no art. 1º da Lei nº 8.730/1993, e de acordo com o disposto no art. 14 da Instrução Normativa TCU nº 67, de 06 de julho 2011, informa-se que a Coordenação-Geral de Pessoas é a unidade responsável pelo recebimento e controle das documentações referentes às declarações de bens e rendas dos servidores alcançados pela referida norma.

O controle é realizado por meio de planilha eletrônica, não tendo, portanto, um sistema informatizado para esse gerenciamento. A guarda da documentação é responsabilidade da Divisão de Cadastro e Lotação de Pessoal, que registra sua entrega e arquiva em suas dependências.

A notificação da entrega do formulário de "Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física" ou do formulário de "Declaração de Bens e Rendas" é feita no ato da posse do servidor efetivo, dos servidores requisitados, dos servidores temporários e na admissão dos servidores de cargo em comissão.

Quando há a opção de entrega do formulário de "Declaração de Bens e Rendas", o controle de entrega é feito anualmente informando por memorando o período que deverá ser entregue este formulário, devidamente preenchido

9.5. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R$ 75.000		
0	0	-	-	-	-	-	-	8

9.6. Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.9.6 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO

Eu, **FAUZE MARTINS CHEQUER**, CPF nº **150.807.811-49**, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, da SPOA/SECEX/MMA, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores, e que aquelas referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade não estão disponíveis e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, porque os mesmos foram firmados anteriores à legislação em vigor e, ainda, por força do disposto nos artigos 1º, 2º e 3º da Portaria nº 292, de 23 de maio de 2007.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

FAUZE MARTINS CHEQUER
CPF nº 150.807.811-49
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O acesso à informação pública é direito fundamental de qualquer cidadão, previsto no inciso XXXIII, do art. 5º, Cap. I – dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, da Constituição Federal.

Em cumprimento a esse dispositivo constitucional, foi sancionada a Lei n° 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), em 18 de novembro de 2011, aplicável aos Três Poderes da União, bem como aos Estados, Municípios e Distrito Federal.

A publicação da LAI representa importante passo no que tange ao acompanhamento e fiscalização da sociedade na gestão da coisa pública. De acordo com esse normativo, os órgãos e entidades deverão criar Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, com o objetivo de: i) atender e orientar o público quanto ao acesso à informação; ii) informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e iii) receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Ao SIC compete: i) o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação; ii) o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e iii) o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber.

No caso do Ministério do Meio Ambiente, os pedidos de informação foram cadastrados no sitio da Controladoria Geral da União – CGU (www.cgu.gov.br/acessoainformacao/index.asp) e encaminhados ao SIC/MMA no sitio www.mma.gov.br/acessoainformacao, no mesmo dia da entrada em vigor do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamentou a LAI. As unidades do Ministério são representadas por pontos focais, responsáveis pelas respostas dos pedidos pertinentes a cada área.

De acordo com dados estatísticos extraídos do Sistema CGU, no período compreendido entre janeiro a dezembro de 2013 foram registrados 354 pedidos de acesso à informação referentes ao MMA, o que corresponde a uma média mensal de 29,50 pedidos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação		
Mês	**Número de pedidos**	**Evolução mensal**
Janeiro/2013	25	-
Fevereiro/2013	28	10.71%
Marco/2013	25	-10.71%
Abril/2013	45	44.44%
Maio/2013	21	-53.33%
Junho/2013	23	8.7%
Julho/2013	32	28.13%
Agosto/2013	18	-43.75%
Setembro/2013	41	56.1%
Outubro/2013	51	19.61%

As características dos pedidos de acesso à informação compreendem:

Temas das solicitações		
Categoria e assunto	**Quantidade**	**% de Pedidos**
Governo e Política - Administração pública	131	37,01%
Meio ambiente - Gestão de meio ambiente	63	17,80%
Meio ambiente - Qualidade ambiental	55	15,54%
Meio ambiente - Biodiversidade	18	5,08%
Meio ambiente - Áreas protegidas	14	3,95%
Meio ambiente - Ambientes ocupados pelo homem	14	3,95%
Governo e Política - Fiscalização do estado	11	3,11%
Meio ambiente - Cidadania ambiental	8	2,26%
Governo e Política - Política	4	1,13%
Meio ambiente - Infrações ambientais	4	1,13%

* Tempo médio de resposta: 16,48 dias .

De forma geral, o MMA vem envidando esforços para viabilizar um atendimento de qualidade às demandas da sociedade. Assim, com a finalidade de melhorar o SIC e o Centro de Informação e Documentação – CID Ambiental, deverá contratar mais bibliotecários e servidores de nível intermediário. Não obstante, houve avanços no ano de 2013 no que se refere à aquisição de arquivos deslizantes para a Memória Institucional, instalados na sala S-5; revisão do Acervo da MI; aprovação do projeto para aquisição do sistema de gerenciamento de biblioteca, fase final; e aquisição de mobiliário para a biblioteca, que se encontra aguardando entrega.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.

Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

a) Se a UJ está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e 16.10; b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea "a":

Sim, o MMA aplica os dispositivos contidos nas normas brasileiras de contabilidade contidos nas NBC T 16.9 e 16.10. A partir do exercício de 2010, a Setorial Contábil envidou esforços em busca por melhorias na informação contábil, não somente para o atendimento às instruções do órgão central de contabilidade/CCONT, da Secretaria do Tesouro Nacional/ STN, mas também, de modo oportuno, evidenciar de forma efetiva a situação patrimonial do órgão. Emprega todos os meios disponíveis no acompanhamento e no reconhecimento das variações de seus ativos e passivos e, dentre outras providências, passou a registrar no SIAFI a incidência do fenômeno da depreciação nos bens móveis e a providencial constituição de provisão para perdas de créditos administrativos.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo; d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão; e) as taxas utilizadas para os cálculos:

Olhando retrospectivamente, a partir do exercício contábil de 2010, iniciou-se um processo por busca de melhorias na informação contábil, com a iniciativa e a edição de um normativo, elaborado pelo órgão central de contabilidade/CCONT/STN, estabelecendo, dentre outros, o reconhecimento da incidência do fenômeno da depreciação nos bens moveis da União e o seu respectivo registro no sistema financeiro e patrimonial. Objetivando, assim, uma informação contábil fidedigna, advinda dos demonstrativos contábeis, aproximando-se, dessa forma, da real situação patrimonial da administração pública.

De acordo com a instrução 020300 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, o administrador deveria iniciar imediatamente os procedimentos de depreciação para os bens adquiridos e colocados em uso a partir de 2010. E, ainda, após o encerramento desta fase, deveria ser aplicada incidência da depreciação nos bens adquiridos nos exercícios anteriores a 2010, em conformidade com um cronograma estabelecido e classificado por subgrupos. Os parâmetros adotados pela STN, quanto a metodologia aplicada, a vida econômica do ativo e as taxas utilizadas para o cálculo da depreciação adequaram-se perfeitamente as especificidades deste ministério. Até o momento não houve necessidade de utilização de outras métricas.

O sistema de patrimônio utilizado pelo MMA, quando de sua concepção, não fora prevista a sistemática da depreciação, de forma que o procedimento de apuração da depreciação continua sendo realizado, em planilhas do Excel. No entanto, com o acréscimo e acúmulo de informações tornou-se precário por limitação de alcance. Somente foi possível, até o momento, a apropriação da despesa com depreciação dos itens adquiridos a partir de 2010. Estão sem tratamento os demais ativos adquiridos anteriormente e, inclusive, aqueles recebidos a título de doação.

O atual sistema de patrimônio atende as necessidades de controle do setor de patrimônio, no cumprimento da elaboração do relatório de movimentação de bens moveis/ RMB. Entretanto, fica aquém das atuais necessidades e exigências normativas. Em valores monetários, 70% dos bens móveis estão fora da metodologia da depreciação. Foram depreciados somente os bens adquiridos após 2010. A indisponibilidade de um sistema apropriado às necessidades técnicas prejudica a aplicação plena da depreciação em todos os bens da instituição.

Desse modo, tornou-se imprescindível a disponibilização de um software específico de controle patrimonial, desenvolvido a partir do aplicativo utilizado pelo Setor de Patrimônio ou adquirido pronto no mercado, capaz de gerar informação útil a um custo/ benefício razoavelmente compatível com a informação gerada.

Diante dessa situação, o órgão, após pesquisas de viabilidade econômica, optou pelo desenvolvimento de um novo sistema adequado a metodologia da depreciação sem que houvesse a necessidade de recadastramento de toda a carga patrimonial. A Coordenação de informática, em conjunção com a Setorial Contábil e Setor de Patrimônio, está desenvolvendo o *software*. Atualmente está em fase de conclusão e, após a devida homologação e migração de todos os dados do antigo sistema, estará disponível para utilização, provavelmente, a partir do segundo trimestre de 2014.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido:

Com relação aos créditos administrativos, a exemplo dos valores apurados por meio de processo de instauração de Tomada de Contas Especial/ TCE, geralmente em convênios, são escriturados pela Setorial de Contabilidade em uma conta patrimonial comumente denominada de Diversos Responsáveis. Os Registros dos responsáveis e os respectivos valores consolidados ficam evidenciados no balanço patrimonial da Unidade Gestora, encarregada de tomar as contas dos recursos disponibilizados, em uma conta do ativo e somente são retirados e/ ou ajustados com a

indicação do Tribunal de Contas da União/ TCU, ou seja, pela extinção do processo, aprovação ou rejeição das contas e pelo ressarcimento do dano.

De acordo com o manual da Coordenação Geral de Contabilidade/CCONT/STN os montantes a serem registrados em contas a receber devem ser mensurados pelo seu valor atualizado de realização, inclusive, levando em consideração eventuais correções do valor histórico, para tanto, consultamos o Sistema denominado Débito, disponibilizado pelo TCU.

Os valores lançados como créditos administrativos, com efeito, carregam incertezas em relação à realização, impactando e influenciando qualquer análise que se pretenda sobre os demonstrativos contábeis. Desse modo, fez-se necessário estabelecer um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado.

Portanto, o MMA tomou a iniciativa de constituir provisões, a partir do ano de 2011, procedimento que se adéqua às normas contábeis, devolvendo ao ativo a expressão real de seu valor. Para tanto, as contas correntes, pendentes após cinco anos de sua inscrição, foram provisionadas, baseado no histórico de recuperação. O controle do registro da provisão é realizado em planilha do Excel, onde consta a Nota de Lançamento no SIAFI, valores históricos e atualizações, de modo que, em caso de consulta ou alteração possa ser facilmente revista.

Os estoques do MMA estão mensurados com base no valor de aquisição e correspondem a 0,06% do ativo não financeiro. São constituídos na forma de materiais ou suprimentos utilizados no curso normal das atividades da administração. Durante o ano de 2013 o giro do estoque, em valores monetários, foi de 1,08 vezes. O controle do estoque é realizado pela Coordenação de Gestão de Serviços Gerais que mensalmente encaminha o Relatório Mensal do Almoxarifado/ RMA com a movimentação dos saldos à Setorial de Contabilidade. Acompanhados, ainda, dos registros das respectivas notas de lançamentos no SIAFI para sua validação. E, anualmente, no mês de dezembro é realizado o inventário dos bens.

O intangível perfaz 0,1% do ativo permanente, sendo constituído, basicamente, por softwares. Os investimentos; 0,06%. Não existe saldo no ativo diferido. O MMA até o momento, não realizou e não definiu critérios para mensuração ou avaliação dos ativos intangíveis, de igual sentido, para os investimentos. As disponibilidades registradas no ativo financeiro estão mensuradas pelo valor original e não existem aplicações financeiras. Inexistem saldos em contas transitórias do Ativo Permanente (Estudos e projetos, obras em andamento e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros), exceto em Instalações - 0,25% do ativo permanente - que deverão ser incorporados em imóvel de uso especial, a exemplo do imóvel onde se localiza a Sede do MMA, que se encontra pendente de regularização por parte do SPIUNet. Na mesma situação, existem outros imóveis, também de uso especial registrados no órgão 44000, especificamente na UG 440001, que por pertinência pertencem a outros órgãos, mas devem ser transferidos no decorrer do exercício de 2014, após identificação.

Para o controle da dívida, é seguida a orientação da Coordenação Geral de Controle da Divida Pública - CODIV/STN dispostas na macrofunção 020310 do manual do SIAFI. O registro da variação cambial e a conciliação de saldos no SIAFI são efetuados, de preferência, no primeiro dia útil de cada mês. Até o início do exercício de 2013 era realizado no subsistema dívida das transações CONGERDEX, CONOPEDEX. Atualmente a CODIV encaminha planilha com valores atuais que embasam a conciliação das contas.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício:

O resultado patrimonial em 2013 foi deficitário, em aproximadamente cinco bilhões de Reais. Deve-se essencialmente da desincorporação de ativos de igual valor, resultante das regularizações dos imóveis de uso Especial na Conta 14211.10.09 - Parques e Reservas. Inicialmente, no ano de

2012, estas Unidades de Conservação estavam registradas no Órgão 44000/ MMA, em seguida, no ano de 2013, após identificação de direitos e responsabilidades, foram transferidas para o Órgão 44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ ICMBio. Consequentemente, a operação realizada, repercutiu na forma de decréscimo patrimonial extraorçamentário.

Por sua vez, desconsiderando o impacto da variação patrimonial ocasionada pela eventual baixa de bens imóveis, as provisões para Devedores/ Entidades e Agentes, constituídas no exercício, impactaram as variações passivas extraorçamentárias em aproximadamente 1,6% e 0,7% da totalidade das variações passivas. De igual modo, a despesa com depreciação de bens móveis impactaram em 0,06% às variações passivas extraorçamentárias e 0,025% da total das variações passivas. A depreciação acumulada no final do período corresponde a 9,5% da totalidade dos bens móveis.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1. Declaração Plena

Quadro A.11.2.1 – Declaração de Que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
Secretaria Executiva	**440001/440002/440070/ 440096**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

UG: 440001 – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
a) FALTA/RESTRICAO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO - Restrição 315
b) ACORDO COOPERAÇÃO TECNICA A COMPROVAR - DATA EXPIRADA – Restrição 668
c) SLD ALONG./INDEV CONTAS TRANSITÓRIAS PASSSIVO CIRCULANTE – Restrição 674
d) TERMO COOPERAÇÃO A COMPROVAR DATA EXPIRADA – 767

UG: 440002 - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
a) FALTA/RESTRICAO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO - Restrição 315

UG: 440070 – Projeto Assistido da Agenda Desenvolvimento Sustentável –TAL
a) ACORDO COOPERAÇÃO TECNICA A COMPROVAR - DATA EXPIRADA – Restrição 668
b) ACORDO COOPERAÇÃO TECNICA A LIBERAR - DATA EXPIRADA – Restrição 670

UG: 440096 – Programa Nacional de Meio Ambiente II - Fase II
a) FALTA/RESTRICAO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTAO – Restrição 315

Ressalta-se que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.

Foram encaminhadas diligências às unidades ressaltando a necessidade de regularização das pendências apresentadas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	BRASÍLIA - DF	Data	31/01/2014
Contador Responsável	JANE MÁRCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/0-O

11.2.2. Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2.2 – Declaração de Que as Demonstrações Contábeis do Exercício Não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
Secretaria Executiva	**440007/440052/ 440101**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

UG 440007 - Departamento de Articulação de Ações da Amazônia
UG 440052 – Disseminação de Boas Práticas uso Sustentáveis Rec. Naturais da Amazônia
UG 440101 – Projeto BIRD 7782

Ressalta-se que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	BRASÍLIA - DF	Data	31/01/2014
Contador Responsável	JANE MARCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/0-O

11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Obs.: Não se aplica.

11.4. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Obs.: Não se aplica.

11.5. Composição Acionária das Empresas Estatais

Obs.: Não se aplica.

11.6. Relatório de Auditoria Independente

Obs.: Não se aplica.

12. CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE 'PRODUTO" NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Quadro B.15.1 - Consultores Contratados na Modalidade "Produto" no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Obs.: Não há informações a declarar.

13. AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

a) Efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais e etc;

Código/Sigla Projeto: BIRD 7782-BR (PNMA II)
Título do projeto: Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA II (fase II)
Organismo Financiador: BIRD (Banco Mundial)
Agência Executora: Ministério do Meio Ambiente – MMA
Data de Assinatura: 22/12/2009
Data de Elegibilidade: de 05/02/2010 à 31/12/2014

O Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA II, coordenado pela Secretaria Executiva, tem como objetivo contribuir para o fortalecimento das principais instituições ambientais brasileiras, bem como reforçar a capacidade de gestão ambiental nos níveis federal, estadual, do Distrito Federal e municipal. O montante total previsto para a implementação das ações do PNMA II – fase 2 é da ordem de US$ 34.720.000,00, sendo: i) US$ 24.300.000,00 financiados pelo BIRD (70%); e ii) US$ 10.420.000,00 de Contrapartida do Tesouro Nacional (30%).

O PNMA II - fase 2 é direcionado ao aperfeiçoamento do processo de gestão ambiental no país, nos três níveis de governo, visando obter resultados efetivos na melhoria da qualidade ambiental e, consequentemente, uma maior qualidade de vida.

Esta Fase foi estruturada em três componentes, quais sejam: i) Desenvolvimento Institucional; ii) Gestão Integrada de Ativos Ambientais; e iii) Coordenação, Articulação e Comunicação, com previsão de execução de cinco anos (2009/2014).

Devido a uma série de obstáculos, o bom andamento desta fase do Programa foi prejudicado, entre eles, destacam-se:

- Desenho original do Programa mostrou-se de alta complexidade e difícil execução;
- Problemas na definição de responsabilidades na cadeia de execução;
- Dificuldades técnicas na elaboração de Termos de referência;
- Necessidade de seguir regras de aquisição do BIRD e das leis nacionais.

Neste contexto, no final do ano de 2010, o MMA definiu uma nova estratégia de utilização dos recursos, priorizando o tema do licenciamento ambiental federal e as instituições vinculadas ao MMA, tais como, o Ibama, ICMBio e as próprias secretarias do Ministério. Neste período, foram assinados Termos de Cooperação tanto com Ibama quanto com o ICMBio, nos quais foram acordados produtos, metas, estimativas de custos e prazos de execução. Vale salientar que o BIRD já realizou a avaliação da área financeira e de licitações das duas instituições.

Em Julho de 2012, o MMA em reunião com representante do BIRD, após análise das ações realizadas e do baixo nível de execução, constatou a necessidade de haver uma reestruturação formal do Programa, mantendo os projetos e acordos que já estavam em andamento.

Principais Atividades de 2013

1. Desenvolvimento do Portal Nacional do Licenciamento Ambiental em parceria entre o MMA e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);

2. Aprovação pela Comissão de Supervisão de dois projetos de grande porte e início de seus processos licitatórios1. As atas das reuniões estão disponíveis no site do programa.

3. Condução e auxílio em cerca de 10 licitações de grande. A carteira de projetos do PNMA encontra-se no ANEXO I.

4. Regularização do passivo de convênios do PNMA II – fase 1. O PNMA II em sua fase I efetivou 44 convênios com os vários estados da federação, dentre aqueles 44 convênios no exercício de 2013 restavam 4 com alguma pendência que impedia sua regularização seja ela no sentido que aprovação ou providências de tomada de contas especial. Os referidos convênios foram analisados e suas principais pendências foram depuradas:

4.1.Convênio 2001CV000021 firmado com o estado do Goiás, executora SEMARH. O convênio havia pendências de localização de bens. A Secretaria do estado efetuou a reposição dos bens dados como não localizados, foi efetuada uma vistoria in loco e constatamos a existência de tais bens. Convênio foi aprovado e bens doados ao estado.

4.2.Convênio 2002CV000057 firmado com o estado do Mato Grosso, executor SEMA. Tal convênio tivera reprovação integral por não cumprimento do objeto. Foi levantado um débito residual e o estado concordou em ressarcir o erário. Diante da comprovação do recolhimento débito o convênio foi finalizado com sua respectiva baixa no SIAFI.

4.3.Convênio 2002CV000016 firmado com o estado do Paraná, executor SEMA. Foi realizada uma reavaliação conjunta com o Assessor de Controles Internos deste Ministério, e constatado que havia problema de interpretação quanto ao objeto pactuado. O convênio foi aprovado e encontra-se em fase de doação dos bens adquiridos ao estado.

4.4.Convênio 2002CV00022 firmado com o estado do Rio Grande do Sul, executor SEMA. Tal convênio havia sido recomendado a instauração de tomada de contas especial, entretanto com a entrada em vigor da Instrução Normativa Nº 71 do TCU, que alterou o montante no qual é dispensado a instauração da TCE, tal convênio passou a se enquadrar na situação de dispensa. Débito aproximado convênio é de R$ 13 mil. Nesse sentido a SEMA foi notificada novamente e o responsável arrolado no processo sem êxito na resposta. Nesse sentido o convênio encontra-se em fase de inscrição no CADIN e com os devidos registros no SIAFI.

5. A proposta de reestruturação do PNMA foi apresentada em meados de 2013. Em julho daquele ano, a COFIEX e o MF aprovaram a proposta.

Figura 1 - Base conceitual da proposta de reestruturação.

b) Impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos

Entre os resultados obtidos pelo PNMA II, em 2013, merece destaque:

1. Homologação de 5 licitações acima de 600 mil reais:

a) Elaboração de estudo comparativo dos modelos de Licenciamento Ambiental Federal (LAF), Análise de Impacto Ambiental (AIA) e Compensação Ambiental (CA) em diferentes países e subsídio a elaboração de Matrizes de Impacto por Tipologia (Ibama);
b) Elaboração de Mapeamento e do Inventário de competências da Diretoria de Licenciamento Ambiental (Ibama);
c) Compilação de informações sobre a fauna brasileira (ICMBio);
d) Capacitação de Servidores envolvidos no processo de autorização para o licenciamento ambiental (ICMBio); e
e) Análise do uso de instrumentos econômicos pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).
2. Assinatura do Termo de Cooperação para o subsidiar técnica e juridicamente a regulamentação dos artigos 47 e 48 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). É importante notar que o TCU concluiu que a falta de regulamentação dos artigos 47 e 48 da Lei 9.985/2000 é um dos principais entraves para a efetivação das UCs no Norte do país.
3. Regularização do passivo de convênios do PNMA II – fase 1 (ver descrição dos convênios no item "principais atividades 2013");
4. Seminário sobre instrumentos econômicos na gestão ambiental; e
5. Aprovação da proposta de reestruturação junto à COFIEX e ao MF;

Ressalta-se que a execução orçamentária do programa foi satisfatória, atingindo 5,5 milhões de reais em 2013, o que corresponde a quase 80% do limite orçamentário. A tabela abaixo demonstra a evolução da execução orçamentária nos últimos cinco anos:

Exercício	Dotação	Limite Orçamentário	Empenhado	% Execução. Orçamentária
2009	3.041	3.041	0,0	44%
2010	12.601	6.301	0,0	27%
2011	8.178	3.950	172	4%
2012	7.360	3.550	2.171	61%
2013	8.555	7.120	5.483	77%

Carteira de projetos do PNMA II para o ano de 2012.

	Demandante	Objeto
1	**Ibama**	Estudo Internacional comparativo sobre licenciamento ambiental.
2	**Ibama**	Elaboração de manuais sobre o licenciamento ambiental federal para empreendedores e para a admistração pública.
3	**Ibama**	Mapeamento de competências e estruturação do Programa de capacitação da DILIC.
4	**ICMBio**	Compilação de informações sobre a fauna brasileira, elaboração de análises espaciais para a conservação da fauna brasileira e capacitação de servidores
5	**ICMBio**	Apoio a revisão da IN 05/2009 (que nornatiza a participação do Instituto no processo de licenciamento ambiental)
6	**SECEX**	Modernização do Portal do Licenciamento Ambiental
7	**SBF**	Subsídio para a regulamentação dos art. 47 e 48 do SNUC.
8	**SAIC**	Estudo e seminário sobre uso de instrumentos econômicos na gestão pública ambiental.
9	**ACRE**	Convênio para fortalecimento do processo de licenciamento[3].
10	**IPHAN**	Reengenharia e manualização do processo de licenciamento.
11	**FUNAI**	Reengenharia e manualização do processo de licenciamento.
12	**Fundação Palmares**	Reengenharia e manualização do processo de licenciamento.
13	**Ministério da Saúde**	Reengenharia e manualização do processo de licenciamento.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

14.1. Informações Consideradas Relevantes

Obs.: Não há informações a declarar.

CONCLUSÃO

O exercício de 2013 foi marcado pela persistência da Secretaria Executiva em realizar o projeto de elaboração do planejamento estratégico do MMA, projeto este que há muito vinha sendo idealizado, porém nunca efetivado. Mesmo diante de inúmeras dificuldades e percalços, conseguiu-se finalizar a construção do mapa estratégico do Ministério, com quatro perspectivas: 1ª) Resultados – objetivos que expressam os grandes resultados que o MMA almeja entregar à sociedade até 2022 dentro de suas agendas prioritárias (15); 2ª) Compromisso com as partes Interessadas – objetivos desenhados a partir das demandas do público externo (sociedade civil organizada, setor público e privado), ouvidos durante o diagnóstico realizado no processo; 3ª) Processos Internos – objetivos que se destinam a tratar de processos estruturantes que precisam ser aprimorados, inclusive aqueles ligados à gestão, comunicação, orçamento e atuação institucional; e 4ª) Base para Ação – que compreende os objetivos ligados à gestão de pessoas, infraestrutura e tecnologia da informação.

Não obstante esse esforço ímpar na construção do planejamento estratégico, a SECEX ainda contribuiu para o alcance de resultados significativos como a continuidade das metas do SIGOB, a melhora das ações desenvolvidas pelo PNMA, a busca incessante por uma política de pessoal satisfatória e, ainda, por um melhor relacionamento com a sociedade.

Com relação a esse último item, destaca-se que o MMA, como órgão central do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama, tem se esforçado na formulação e execução de uma política eficiente na gestão da informação ambiental, na implantação de serviços de informação documental que viabilizem um atendimento de qualidade às demandas informacionais da sociedade.

Os demais temas foram bastante explorados no decorrer do relatório, evidenciando todos os resultados de forma muita clara, o que dispensa abordá-los na presente conclusão. Entretanto, é necessário enfatizar que os avanços na gestão institucional do MMA em 2013, principalmente no que tange à iniciativa de construção de um planejamento estratégico para o órgão, deverão contribuir a longo prazo para o fortalecimento da política ambiental, pelo menos nos próximos 8 anos.